

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOSSISTEMAS**

SILVIA VERONA ZANOL

**JUVENTUDE RURAL: PROJETOS JUVENIS NO
CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas.
Orientador: Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Zanol, Silvia Verona

Juventude rural : projetos juvenis no contexto das
novas ruralidades / Silvia Verona Zanol ; orientador,
Valmir Luiz Stropasolas - Florianópolis, SC, 2013.
164 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-
Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Juventude Rural. 3. Novas
Ruralidades. 4. Agricultura Familiar. 5. Empreendedorismo.
I. Stropasolas, Valmir Luiz. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Agroecossistemas. III. Título.

“Juventude rural: projetos juvenis no contexto das novas ruralidades”

Por

Silvia Verona Zanol

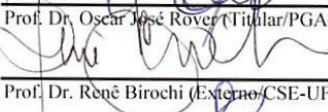
Dissertação julgada adequada, em 30 de outubro de 2013, e aprovada em sua forma final, pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas. Área de Concentração Desenvolvimento Rural e Sociedade, no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias/UFSC.


Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella (Coordenador do Programa)

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas, (Presidente /Orientador)


Prof. Dr. Oscar José Röver (Titular/PGA-UFSC)


Prof. Dr. René Birochi (Externo/CSE-UFSC)


Prof. Dr. Fábio Luiz Búrigo (Externo/ZOT-UFSC)

Candidata ao título:


Eng^a Agr^a Silvia Verona Zanol

Florianópolis, outubro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Meu carinho e meu agradecimento aos meus pais, Darci Ângelo Zanol e Elia Maria Verona Zanol, para que cada um deles saiba o meu reconhecimento. Aprendi com eles a amar o campo e a exercer o sacro ofício do trabalho.

Aos meus irmãos, o doce Cassiano, que é agricultor e realizado com o trabalho no campo, e a graciosa Paola, que é próxima ao trabalho no campo por meio de sua profissão como veterinária, e a minha linda sobrinha Júlia.

Ao Prof. Dr. Valmir Luiz Strapasolas, a quem agradeço, primeiramente, a oportunidade de ter sido sua orientanda, e também a oportunidade de conviver com um grande professor e ter um excelente orientador. Agradeço, ainda, toda a dedicação, a paciência, as sábias palavras e as diretrizes para que fosse possível a realização deste trabalho.

Aos Professores do Mestrado em Agroecossistemas, pelos quais tenho especial apreço e consideração para que continuem a cultivar a alegria permanente de trabalhar e viver assegurando a excelência de suas atividades.

Às instituições que tornaram possível a realização desta pesquisa: a UFSC e a CAPES.

À equipe do CEDEJOR das Encostas da Serra Geral, educadores e funcionários, alunos, egressos e famílias que generosamente se dispuseram a colaborar fornecendo informações essenciais ao desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, Fabiele, Heloysa, Carla, Ana Paula, Aurilédia, Marina, Ricardo, James, Alan Rotta, Alan Rizzoli, Roberth, Débora, Joyce, Larissa, Maiara, Hellen, Cássio, Suzana e Marquito, pelos bons momentos desses tempos de aulas, leituras e estudos.

A todos, que direta ou indiretamente, contribuíram com apoio e informações necessárias para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Essa pesquisa buscou analisar os fatores que definem as escolhas, a implantação e a continuidade dos projetos de empreendedorismo agrícolas e não agrícolas de jovens egressos da instituição não governamental Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural - Cedejor. Para realizar esta análise foram abordados conceitos como juventude rural, novas ruralidades, agricultura familiar e projetos juvenis. Utilizou-se técnicas de pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso, questionário semi estruturado e com análise de conteúdo das entrevistas realizadas. Os dados foram coletados em entrevistas com jovens rurais com idade entre 18 e 29 anos, de ambos os sexos, que realizaram formação para o empreendedorismo no Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural, e residem nas cidades de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Lauro Müller no Sul de Santa Catarina. Foram realizadas vinte e cinco entrevistas com jovens, e entrevistas complementares com os educadores e alguns familiares. Também foram consultados os dados censitários e análise documental foi realizada. De acordo com os resultados obtidos fatores externos e internos interferem nas escolhas, na implantação e na continuidade dos projetos de empreendedorismo juvenil. Como fatores externos temos, sobretudo, as políticas públicas de acesso ao crédito e à terra e como fatores internos temos, particularmente, as questões relacionadas à família diretamente implicadas na concretização dos projetos juvenis. Em suma, a concretização dos projetos e empreendimento em atividades agrícolas ou não agrícolas são condicionados por estes fatores, com implicações fundamentais na permanência dos jovens no espaço rural. Mas se faz necessário políticas públicas para dinamizar esse espaço e ampliar a atuação do jovem.

Palavras-chave: juventude Rural, agricultura familiar, novas ruralidades, empreendedorismo.

ABSTRACT

This research analyzed the factors that define choices, establishment and continuity of agricultural and non-agricultural entrepreneurship projects, young who come from a non-governmental institution. To carry out this analysis were adopted different academic studies on rural youth, new ruralities, family farming and youth projects. Qualitative and quantitative research techniques were applied by means of a study case and content analysis of interviews. It was established an investigation plan which generated a rich material of remarks, interviews and records. Data were collected by interviews with rural youth aged between 18 and 29 years old, both sexes, who performed entrepreneurship training at the Center for Rural Youth Development and live in the cities of Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna and Lauro Müller in the south of Santa Catarina State. Twenty-five interviews with young people were performed and complementary interviews were carried out with educators and some family members. Census data were also consulted and documentary analysis was done. According to the results, external and internal factors interfere in choices, in establishment and in continuity of youth entrepreneurship projects. But public policies are required to revitalize rural areas and expand the activities of rural youth.

Keywords: rural youth, family farming, new ruralities, entrepreneurship.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Organização da juventude nos movimentos sociais rurais | 54 |
| Figura 2 - Esquema na dinâmica da Pedagogia da Alternância | 75 |
| Figura 3 - Localização dos centros de formação do CEDEJOR | 78 |
| Figura 4 - Ações executadas pelo CEDEJOR e seus apoiadores | 79 |
| Figura 5 - Estruturação curricular: eixos temáticos, diretrizes curriculares e conteúdos temáticos do PEJR | 83 |
| Figura 6 - Localização dos municípios de abrangência do CEDEJOR da ESG | 90 |
| Figura 7 - Estrato da composição das unidades familiares segundo a idade e o gênero | 103 |
| Figura 8 - Jovem apresentando seu PJER | 106 |
| Figura 9 – Jovem apresentado o seu PJER | 126 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - População por município de Santa Catarina de 1970 a 2010 | 90 |
| Tabela 2 - População rural e urbana dos municípios pesquisados | 91 |
| Tabela 3 - População masculina e feminina por município pesquisado em Santa Catarina | 92 |
| Tabela 4 - Participação de membros da família em estabelecimentos associativos | 93 |
| Tabela 5 - Perfil dos jovens entrevistados nos municípios selecionados | 99 |
| Tabela 6 - Local de residência dos jovens | 100 |
| Tabela 7 - Perfil da família dos jovens nos municípios pesquisados | 101 |
| Tabela 8 - Tamanho das unidades familiares | 101 |
| Tabela 9 - Situação atual dos estabelecimentos | 102 |
| Tabela 10 - A relação total do número de filhos por casal nas UFs pesquisadas | 104 |
| Tabela 11 - Estratos da escolaridade segundo faixa etária e gênero dos familiares dos entrevistados | 105 |
| Tabela 12 - Fonte de renda das famílias | 108 |
| Tabela 13 - Universo juvenil dos egressos do CEDEJOR ESG | 113 |
| Tabela 14 - Perfil dos jovens egressos | 114 |
| Tabela 15 - Recorte do gênero relacionado à escolaridade | 115 |
| Tabela 16 - Tamanho das UFs dos jovens egressos | 116 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 17 – Projetos de empreendedorismo elaborados pelos jovens | 117 |
| Tabela 18 – Ramo de atividade dos projetos de empreendedorismo elaborados | 118 |
| Tabela 19 – Projetos de empreendedorismo dos jovens entrevistados | 127 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Agência de Desenvolvimento
ADR - Agente de Desenvolvimento Rural
ADS - Agência de Desenvolvimento Sustentável
AED - Agência de Educação para o Desenvolvimento
AGRECO - Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
ALIAR - Cooperativa de Profissionais Prestadores de Serviço
AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera
AMUREL - Associação de Municípios da Região de Laguna
CEDEJOR - Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CEFET - Centro Federal de Ensino Tecnológico
CEFFA - Centro Familiar de Formação em Alternância
CFR - Casa Familiar Rural
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CooperAgrego - Cooperativa dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
CRESOL - Cooperativo de Crédito Rural com Interação Solidária
DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais
DRP - Diagnóstico Rural Participativo
EA - Escola de Assentamento
ECOR - Escola Comunitária Rural
EFA - Escola Família Agrícola
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ESG - Encostas da Serra Geral
ETA - Escola Técnica Agrícola
FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
GRANFPOLIS - Associação de Municípios da Região da Grande Florianópolis
GTJR - Grupo Temático da Juventude Rural
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEPA - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
LAC - Levantamento Agropecuário de Santa Catarina
LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação

LM - Lauro Müller
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC - Ministério da Educação
MEPES - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MFR - Maison Familiale Rurale
MOC - Movimento de Organização Comunitária
MST - Movimento dos Sem-Terra
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIJ - Organização Ibero-Americana da Juventude
OMS - Organização Mundial da Saúde
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONG - Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA - Pedagogia da Alternância
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PEJR - Programa Empreendedorismo do Jovem Rural
PJER – Projeto do Jovem Empreendedor Rural
PJRM - Projeto Juventude Rural em Movimento
PMPJ - Plano Municipal Participativo de Juventude
PROJOVEM - Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RF - Rio Fortuna
SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa
SETI - Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do Paraná
SRL - Santa Rosa de Lima
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar
UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UF - Unidade Familiar
UFP - Unidade Familiar de Produção
UNEFAB - União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | |
| 1.1 OBJETIVOS | 27 |
| 1.1.1 Objetivo Geral | 27 |
| 1.1.2 Objetivos Específicos | 27 |
| 1.2 HIPÓTESES DA PESQUISA | 28 |
| 1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA E TRABALHO DE CAMPO | 28 |
| 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO | 31 |
| 2 A CONDIÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE NOS TERRITÓRIOS RURAIS | 35 |
| 2.1 DEFINIÇÕES DE JUVENTUDE RURAL | 35 |
| 2.2 O LUGAR E O PAPEL OCUPADO PELOS JOVENS NA AGRICULTURA FAMILIAR | 38 |
| 2.3 AGRICULTURA FAMILIAR, REDEFINIÇÕES DEMOGRÁFICAS E O NOVO PERFIL DAS FAMÍLIAS RURAIS | 40 |
| 2.4 AS PROBLEMÁTICAS DO GÊNERO E GERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR | 44 |
| 2.5 OS DILEMAS NA SUCESSÃO GERACIONAL | 48 |
| 2.6 BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO | 53 |
| 3 A JUVENTUDE COMO PÚBLICO PROTAGONISTA DA PROPOSIÇÃO DE NOVAS RURALIDADES | 57 |
| 3.1 AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES | 57 |
| 3.2 AGROECOLOGIA, AGROINDÚSTRIA, AGROTURISMO E A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE | 60 |
| 3.3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL | 69 |
| 3.4 A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E O CEDEJOR | 72 |
| 3.5 A FORMAÇÃO DOS JOVENS DO CEDEJOR E OS PROJETOS DE EMPREENDEDORISMO | 80 |
| 4 O CONTEXTO DA PESQUISA, CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS PESQUISADOS E DAS UNIDADES FAMILIARES | 89 |

| | |
|--|------------|
| 4.1 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL | 89 |
| 4.2 AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS E NAS UNIDADES FAMILIARES PESQUISADAS | 95 |
| 4.3 O PERFIL DOS JOVENS ENTREVISTADOS | 99 |
| 5 DO SONHO À REALIDADE A TRAJETÓRIA DE JOVENS EGRESSOS DO CEDEJOR NA BUSCA DA REALIZAÇÃO DE SEUS PROJETOS DE VIDA | 111 |
| 5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS E OS DESAFIOS PARA A SUA IMPLANTAÇÃO NO CONTEXTO LOCAL | 111 |
| 5.2 AGRÍCOLAS OU NÃO AGRÍCOLAS: FATORES DETERMINANTES NAS ESCOLHAS E NA IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS JUVENIS | 122 |
| 6 MUDAR OU SAIR OS LIMITES E AS POTENCIALIDADES PARA IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DOS JOVENS | 133 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 145 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 149 |

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o espaço rural não se limita somente à produção de alimentos ou matérias-primas, características marcantes das atividades primárias do rural – agricultura, pecuária, mineração e silvicultura. Há um mundo rural em que se constroem e se propõem novas concepções, novas ruralidades, entre as quais um patrimônio a ser usufruído e preservado. Para muitos autores esses novos enfoques têm demonstrado a configuração de um “novo rural”, uma “ruralidade contemporânea” ou, ainda, uma “nova ruralidade”.

Segundo Carneiro (2002), o debate sobre as novas ruralidades está atrelado à ocupação do rural por atividades não agrícolas, associadas à sua revalorização como espaço de lazer ou moradia e a valorização do campo como um ‘lugar de trabalho e de vida’. Nesse contexto, o meio rural passa a ser um espaço constituído por inúmeras atividades agrícolas e não agrícolas, conferindo dinamismo e assumindo novas funções como o turismo, lazer, moradia e preservação da natureza.

Essas transformações permitem que famílias rurais realizem investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas dentro ou fora de suas unidades familiares (UF), seja processando alimentos para agregação de valor ou investindo no turismo rural. Dessa forma, os integrantes da principal categoria social dos territórios rurais, os (as) agricultores familiares, procuram novas possibilidades de viver e organizar a produção no esforço de aumentar a renda familiar para garantir a manutenção do grupo familiar no campo. Uma agricultura familiar que é promotora do desenvolvimento rural, que produz para o autoconsumo, que abastece o mercado interno e que promove no espaço rural oportunidades de trabalho e renda.

Agricultura familiar, segundo Wanderley (1999), é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção e assume também o trabalho no estabelecimento produtivo. Para Abramovay (1998), é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são realizados por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento.

Os agricultores familiares estão apoiados nas relações familiares, no entanto coexistem diferenças e tensões entre as gerações e entre os gêneros. Ainda é muito precária a autonomia dos jovens no interior das famílias, pois, de maneira geral, não possuem seus próprios recursos e não participam da gestão da UF.

Essa relação pode ser alterada quando a juventude é protagonista da sua história, estabelecendo suas redes de cooperação locais, regionais e até mesmo nacionais. O acesso ao conhecimento é um dos grandes instrumentos de inclusão e fortalece a expansão de outras formas organizativas e de participação social por meio do protagonismo e empreendedorismo.

A formação educacional amplia as competências dos jovens para que valorize o meio em que vivem e até mesmo contribui para alterar as condições da família por meio de ações em que os jovens sejam os protagonistas. A formação por alternância é uma alternativa de educação que procura responder às necessidades e aos problemas vivenciados no meio rural. No Brasil, muitos centros de formação utilizam a Pedagogia da Alternância e realizam formação da juventude rural, como é caso do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor¹), que oferece um programa de empreendedorismo para jovens rurais com idade entre 16 e 29 anos.

As diferentes noções de juventude rural podem ser observadas nos trabalhos de: Carneiro (1998), Weisheimer (2005), Stropasolas (2006) e Wanderley (2007). Weisheimer (2005). Foram identificadas cinco abordagens utilizadas por estudiosos nas definições relacionadas à juventude rural, entre as quais: faixa etária; transição ou ciclo de vida; geração; cultura ou modo de vida e representação social. Outros autores também concebem que existem diferentes juventudes dependendo dos contextos e das identidades sociais.

Os jovens rurais são um recorte das diferentes juventudes e acrescenta diversidade a esse conceito. A condição do jovem rural adquire especificidade, pois se soma ao atributo rural a sua condição social. Atributo que, segundo Carneiro (2008), em outros tempos estava fortemente ligado ao modo de produção e ao trabalho agrícola, um critério de distinção em relação ao urbano.

Para os jovens que residem no espaço rural é imprescindível a apreensão da diversidade de bens e serviços que podem ser empreendidos a partir das oportunidades existentes e criadas para além das atividades primárias. Também é importante para esses jovens a conquista da autonomia financeira e da gestão da UF ou do empreendimento realizado. Vivem num espaço que hoje se apresenta muito mais dinâmico, podendo oportunizar alternativas para que realizem seus projetos de vida além da dimensão agrícola.

¹ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com atuação no Sul do Brasil.

Na fase inicial desta pesquisa foram consultadas informações sobre os jovens rurais egressos do Cedejor junto aos núcleos de formação localizados em Rio Pardo/RS, Lauro Müller/SC, Guamiranga e Tibagi/PR. Optou-se, para a realização do trabalho de campo, pelo Cedejor Encostas da Serra Geral (ESG) localizado em Lauro Müller, com atuação em 13 municípios: Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Grão Para, Braço do Norte, Gravatal, São Martinho, Armazém, São Ludgero, Orleans, Urussanga, Pedras Grandes e Lauro Müller. A definição desse centro de formação obedeceu a uma escolha pessoal. Nasceu da experiência de trabalho desta pesquisadora como coordenadora educacional e educadora de algumas turmas que realizaram sua formação no período de 2005 a 2008. Essa oportunidade possibilitou também uma aproximação da autora com os jovens e suas famílias.

Ao observar empiricamente os jovens egressos do Cedejor, depois de tê-los acompanhado durante a formação, no exercício de educadora, foi possível verificar que gradativamente os jovens apresentavam mudanças no comportamento pessoal, na convivência em grupo, na família, na participação em atividades coletivas e na aplicação das tecnologias. Mas, o questionamento era se após a formação e o projeto elaborado, os jovens conseguiriam consolidá-los pelas escolhas que haviam realizado. O mestrado veio então como oportunidade de acessar referências, estudar teoricamente esse tema e compreender o comportamento dos jovens na execução de projetos de empreendedorismo no contexto das novas ruralidades.

Assim, a investigação desta pesquisa fundamentou-se na seguinte questão: Que fatores determinam as escolhas e a consolidação dos projetos de empreendedorismo, agrícolas e não agrícolas, dos jovens egressos do Cedejor?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar e analisar os principais fatores que definem as escolhas, a implantação e a continuidade dos projetos de empreendedorismo realizados pelos jovens rurais egressos do Cedejor.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Investigar quais são os fatores que influenciam as escolhas feitas pelos jovens de determinados projetos de empreendedorismo agrícolas e não agrícolas;
- Analisar as contribuições da formação recebida pelos jovens nas escolhas dos projetos e na trajetória seguida pelos jovens egressos;
- Identificar até que ponto os projetos de empreendedorismo praticados pelos jovens proporcionaram mudanças na condição do jovem e da família.

1.2 HIPÓTESES DA PESQUISA

- Os jovens rurais optam por projetos agrícolas ou não agrícolas em função das condições oferecidas na unidade familiar, sejam essas condições de cunho estrutural, financeiro ou afetivo;
- Ocorre nas regiões de agricultura familiar um maior investimento das organizações locais, sejam elas públicas ou privadas, em projetos agrícolas, permitindo dessa forma que os jovens visualizem mais oportunidades nesse campo;

1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA E TRABALHO DE CAMPO

No Cedejor ESG foram analisados dados dos jovens formados nos anos de 2005, 2007, 2008, 2009 e 2010, um total de 5 turmas e de 97 jovens. Os dados documentais levantados constavam de nome completo, idade, município de residência, turma e ano em que realizou a formação, tema e o ramo do projeto de empreendedorismo elaborado. Por meio do ramo ao qual o protejo pertence, ele foi classificado em agrícola e não agrícola. Também foi dada a informação sobre se ocorreu ou não a implantação do projeto escrito pelo jovem. No item implantação do projeto foram verificados projetos implantados e os não implantados e também a porcentagem correspondente a essa implantação²: a) considera-se em funcionamento (100% de implantação) quando o jovem escreve o projeto, implanta-o e está obtendo renda; b) considera-se 0% de implantação quando o jovem escreve o projeto, implanta-o, mas esse não está sendo mais executado; c) considera-se

² Considerando como critério básico a participação efetiva do/a jovem na execução do projeto.

como não implantado quando o projeto foi somente elaborado teoricamente.

Para a coleta de dados os jovens foram selecionados sob dois critérios: i) serem oriundos dos três municípios de abrangência do CEDEJOR: Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Lauro Müller, pois nesses municípios se encontram o maior número de egressos; ii) representatividade de jovens de ambos os sexos que implantaram ou não seus projetos de empreendedorismo agrícolas e não agrícolas.

Para a seleção dos jovens e das suas famílias que compuseram a amostra da pesquisa de campo foi solicitado auxílio dos educadores do Cedejor, pois esses continuam tendo relações com os jovens e suas famílias após a formação. Mas o contato com as famílias e os jovens foi realizado pela própria pesquisadora, que trabalhou com esse grupo de jovens e conhece as famílias.

O trabalho de campo foi dividido em três etapas: a primeira foi realizada em abril de 2012 nos municípios de Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna; a segunda em maio de 2012, em Lauro Müller; a terceira no mês de agosto do mesmo ano em Rio Fortuna e novamente Lauro Müller para conclusão das 25 entrevistas propostas.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho foi concebida no campo das ciências sociais. Foi fundamentada numa pesquisa qualitativa que teve como base a realização de um estudo de caso e como técnica principal as entrevistas semiestruturadas. Segundo Triviños (1987), o estudo de caso tem como característica a análise do objeto de pesquisa, que é uma unidade. Essa, por sua vez, apresenta duas circunstâncias principais: a natureza e abrangência da unidade e a complexidade do próprio estudo de caso, o qual dependerá de um suporte teórico que oriente o trabalho do pesquisador.

Embora tenha sido privilegiado o enfoque qualitativo na pesquisa, foram utilizados alguns dados quantitativos para verificar tendências, ilustrar e complementar aspectos importantes do objeto de estudo. Segundo Minayo (2004), enquanto a pesquisa quantitativa trabalha com dados estatísticos, a qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, ou seja, aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas.

A escolha pela pesquisa qualitativa se justifica pela necessidade de compreender melhor a realidade que envolve o grupo a ser estudado, dado suas complexidades, contradições e interações. Ludke e André (1986, p.11), afirma que “essa forma de investigar supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação

investigada; envolve a obtenção de dados descritivos, e preocupa-se em retratar a perspectiva dos participantes”.

Para a realização da pesquisa qualitativa, foram selecionados 26% dos 97 jovens egressos do Cedejor. Ou seja, um total de 25 jovens formados no período de 2005 a 2010. O grupo pesquisado tinha a idade de 19 a 32 anos e era morador de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Lauro Müller.

Para fins deste estudo adotou-se a classificação de faixa etária de jovem feita pelo Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural – PEJR, programa implementado pelo Cedejor, que concebe a juventude na faixa etária dos 16 a 29 anos. É importante levar em consideração que um jovem que participou da formação aos 16 ou aos 29 anos, hoje está com 18 e 32 anos respectivamente.

A coleta de dados foi realizada mediante entrevistas semiestruturadas. Segundo Cruz (2004, p. 57) a entrevista é um procedimento que colabora com o pesquisador, pois por meio dela se busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Essa técnica segundo Boni e Quaresma (2005, p. 75) apresenta vantagens como a elasticidade quanto à duração, pois é possível aprofundar determinados assuntos, também ocorre uma maior interação e proximidade entre entrevistado e entrevistador, permitindo que o entrevistador toque em assuntos delicados e complexos, colaborando na investigação com aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos.

No total dos 97 jovens egressos, foram entrevistados 25 e suas famílias. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas por meio de roteiro composto por questões previamente estabelecidas e formuladas com base nas dimensões conceituais e nos objetivos da pesquisa. Das 25 entrevistas, 13 foram feitas com rapazes e 12 com moças. De forma complementar foram realizadas 5 entrevistas com os pais dos jovens, sendo 3 com pais de moças e 2 com os pais de rapazes. As entrevistas com os pais tinham o objetivo de saber o quanto esses influenciam na tomada de decisão relativa ao desenvolvimento do projeto de seus filhos e filhas. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados.

No retorno das atividades de campo foi realizada a sistematização e a tabulação das informações em tabelas do Excel dinâmico. O conteúdo das entrevistas foi tabulado e analisado por meio da técnica de análise de conteúdo. Para Bardin (1977), essa técnica envolve: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência, a interpretação e a descrição dos resultados. Segundo Quivy

(2005), a análise de conteúdo no método qualitativo pode ser realizada com um pequeno número de informações. Nessa pesquisa foi utilizada análise temática sobre as representações sociais dos entrevistados, a partir do exame de certos elementos constitutivos do discurso como: sucessão, protagonismo, empreendedorismo e autonomia.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo discorre sobre a condição social da juventude nos territórios rurais, analisando as definições de juventude, o lugar e o papel ocupado pelos jovens na agricultura familiar. Neste mesmo capítulo é realizada uma discussão sobre os conceitos de agricultura familiar e a identificação do novo perfil das famílias de agricultores, procurando compreender as problemáticas de gênero, geração e os dilemas da sucessão geracional. O capítulo finaliza abordando aspectos relacionados à busca de alternativas para a permanência dos jovens no campo.

O segundo capítulo trata da juventude como público protagonista da nova ruralidade. Para fazer essa discussão coloca-se em evidência a importância das atividades agrícolas e não agrícolas, especificamente o papel da agroecologia, agroindústria e agroturismo na busca de alternativas e oportunidades para os jovens. Analisa também o papel da educação do campo na formação da juventude rural e a influência da formação do Cedejor no protagonismo juvenil e na escolha dos projetos de empreendedorismo.

O terceiro apresenta o contexto da pesquisa, o perfil dos jovens entrevistados, a caracterização das suas unidades familiares, o papel das instituições no desenvolvimento local, as atividades agrícolas e não agrícolas nos municípios envolvidos e nas UF pesquisadas.

O quarto capítulo refaz a trajetória dos jovens egressos do Cedejor na busca de realização de seus projetos de empreendedorismo e de vida. Apresenta uma caracterização dos projetos e analisa os desafios para a sua implementação em nível local. Finalmente, descreve os fatores que determinam as escolhas e a implantação dos mesmos.

O quinto e último capítulo identifica e analisa os limites e as potencialidades dos jovens para protagonizar e empreender em suas unidades familiares de produção e nas comunidades onde residem. Por fim, aborda-se a formulação dos projetos de empreendedorismo e a

expectativa de mudança na sua condição de jovem, os resultados alcançados, a trajetória atual do jovem e as suas perspectivas de futuro.

2 A CONDIÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE NOS TERRITÓRIOS RURAIS

2.1 DEFINIÇÕES DE JUVENTUDE RURAL

Para delimitarmos o objeto de estudo, faz-se necessário abordar a definição de juventude. Muitos autores estudam esse tema (DAYRELL, 2003; NOVAES, 2003; ABRAMO, 2005) e estabelecem definições com diferentes enfoques. Uns fazem a abordagem pela faixa etária, outros pelo início da vida adulta e também alguns fazem referência ao casamento como término da juventude. Alguns autores concebem que existem diferentes juventudes dependendo dos contextos e das identidades sociais. Acerca das diferentes juventudes, VELHO (2006) afirma que: “Colocar juventude no plural expressa a posição de que é necessário qualificá-la, percebendo-a como uma categoria complexa e heterogênea, na busca de evitar simplificações e esquematismos” (VELHO, 2006, p.192)

De acordo com Abramo (2005) está em curso um debate sobre o termo juventude, que traduz a disputa pelo papel que se quer atribuir a essa categoria na conjuntura histórica atual e sobre o foco a ser tomado na construção das políticas públicas. Segundo a autora são três as abordagens principais e complementares para a compreensão do conceito:

(i) condições e possibilidades da participação dos jovens na conservação ou transformação da sociedade e seus traços dominantes, examinando seus valores, opiniões e a atuação social e política que desenvolvem para avaliar como os jovens podem vir a interferir no destino do país e também nas questões singulares que os afetam; (ii) é o que toma a juventude como contingente demográfico e busca verificar as características que informam a respeito das situações de inclusão e exclusão dos diferentes subgrupos de jovens, e sobre as vulnerabilidades que os afetam; (iii) parte da postulação do jovem como sujeito de direitos, busca examinar o que constitui a singularidade da condição juvenil e quais são os direitos que dela emergem, e que devem ser garantidos por meio de políticas públicas (ABRAMO, 2005, p 40).

Nessa perspectiva abordar juventudes no seu plural permite não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam essa condição,

pois há uma multiplicidade do perfil da juventude no que se referem às suas condições de posição na estrutura social, na renda, no gênero, na etnia e no meio em que vivem.

Conforme Dayrell (2003), a juventude é uma condição e um tipo de representação. Faz parte de um processo de crescimento que é contornado pelas experiências e pelo contexto em que estão inseridos. Segundo a autora:

Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classe social), culturais (etnia, identidade religiosa, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos (DAYRELL, 2003: p.41/42)

Na sua discussão sobre o conceito de juventude, Novaes (2002) afirma que existem várias juventudes em um mesmo espaço social. Os jovens diferem em decorrência das classes sociais, das relações de gênero, de estilos de vida, do local que habitam. Segundo essa autora, juventude é uma palavra vazia, pois nas definições de juventude sempre há alguém empurrando alguém para ser jovem e não ter poder, ou alguém que está retirando alguém da juventude e levando-o a entrar na maturidade para trabalhar. Juventude é um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro.

E quando abordamos as questões relacionadas aos jovens rurais é perceptível que eles são um recorte para a diversidade do conceito de juventude. A condição do jovem rural adquire uma especificidade, pois soma o atributo rural à sua condição. Atributo que, segundo Carneiro (2008), incorpora o significado de rural, que em outros tempos estava fortemente ligado ao modo de produção e ao trabalho que é a agricultura, um critério de distinção em relação ao urbano. Essa mesma autora considera que, geralmente, as pesquisas sobre organização social no campo referem-se ao jovem apenas na condição de membro da equipe de trabalho familiar, seja como aprendiz de agricultor, nos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da

UF, seja como trabalhador fora do estabelecimento familiar complementando a renda da família. Castro (2005) entende que ser jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar.

Vários são os autores que, recentemente, abordam analiticamente a categoria juventude rural (WEISHEIMER, 2004, 2011; STROPASOLAS, 2006; WANDERLEY, 2007; CARNEIRO, 2008; CASTRO, 2009) nos remetem a uma série de definições.

Weisheimer (2011), reforça nas suas pesquisas que os jovens agricultores familiares são uma categoria social específica devido a sua socialização no processo de trabalho agrícola familiar. Mais precisamente:

Como eles são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola, predomina a instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho que esta realiza. Com efeito, a socialização realizada neste contexto produz a incorporação de saberes específicos associada à configuração de identidades sociais e profissionais ligadas à agricultura. Diferentemente de outros jovens, sua identidade social se constrói em relação ao trabalho familiar agrícola, o que produz os dilemas e as características diferenciadas de sua situação juvenil (WEISHEIMER, 2011 p. 1).

Esse mesmo autor identifica cinco abordagens que são utilizadas por estudiosos nas definições conceituais, que são: faixa etária, transição ou ciclo de vida; geração; cultura ou modo de vida e ainda representação social (WEISHEIMER, 2004).

A respeito dessa temática Gontijo (2007) destaca duas correntes teóricas:

A corrente geracional, na qual a juventude é entendida como um conjunto social cujo principal atributo é o ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, precisamente ao período de transição entre infância e a vida adulta, onde ocorrem profundas mudanças corporais, em seus aspectos físicos, emocionais e intelectuais e (ii) a corrente classista,

na qual a juventude é entendida como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis em função de diferentes pertencas de classe, situações econômicas, parcelas de poder, interesses, oportunidades, entre outras (GONTIJO, 2007, p.199).

Ao abordar essa categoria social, Stropasolas (2006) afirma que a juventude rural contempla uma ampla diversidade social e demandas particulares de uma população heterogênea que vive nas pequenas localidades do Brasil. Indica ainda que a juventude rural é dividida em grupos sociais, onde se destacam segmentos em que existem carências e privações, como baixos índices educacionais, ausência de emprego, precária definição de si e precário engajamento social e político, como também grupos em que ocorre a presença de todos os indicadores de uma integração social e econômica, mesmo que isso não seja acompanhado de uma integração política em níveis equivalentes (STROPASOLAS, 2006, p.183). Esse autor reforça que os jovens são visualizados pela dimensão trabalho, permanecendo na inviabilização, pois a sociedade é desigual sob o ponto de vista de gênero e geração. Segundo Durston, “La invisibilidad es uno de los aspectos más nefastos de la exclusión social, y a que su vez contribuye a perpetuar la exclusión” (DURSTON, 1997, p. 07).

No entanto, em termos numéricos essa invisibilidade é contestada pelos dados da PNAD. Os números da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD, 2006), indicam que a população brasileira entre 15-29 anos é de 49 milhões de pessoas (27% da população total), dos quais 4,5% são rurais, (8 milhões de jovens). Esses dados demonstram que a juventude rural representa um número muito significativo da população, mas que é esquecida pelos programas e políticas das instituições oficiais.

Diante da diversidade de conceitos e percepções expressos sobre juventude, torna-se difícil estabelecer um critério unívoco para delimitar o público-alvo. Mas isso torna-se necessário sob a ótica dos objetivos deste trabalho. Desse modo, neste estudo o critério será delimitado pela faixa etária. WEISHEIMER (2005) destaca que muitas pesquisas ancoram sua definição de juventude utilizando esse critério e as fontes mais recorrentes são a Organização Mundial da Saúde (OMS), para a qual a adolescência é definida como um processo fundamentalmente biológico e abrange as etapas da pré-adolescência (10-14 anos) e a

adolescência (15-19 anos); a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ, 1994) e a Organização Internacional da Juventude usam a faixa entre 15 e 24 anos (UNESCO, 1997); no Brasil, a abordagem demográfica do IBGE classifica o “grupo jovem” entre 15 e 24 anos em três recortes etários: 15-17 anos como jovens-adolescentes; 18-20 anos como jovens-jovens e 21-24 anos como jovens-adultos; e de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se adolescente a pessoa na faixa de 12 a 18 anos (Lei nº 8.069 de 13/07/1990).

No entanto, é de conhecimento que a definição de limites etários é arbitrária e não dá conta das diferenças entre idade biológica e idade social. Mas para essa pesquisa foi fundamental estabelecer um público-alvo. Para essa discussão adotou-se a faixa etária conforme o documento de trabalho do PEJR, implantado pelo Cedejor, que atende jovens de 16 a 29 anos. O critério de delimitação da faixa etária para jovens com essa idade também é aplicado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no Programa ProJovem – Saberes da Terra³ e pela Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal.

Mesmo estabelecendo esse critério, fez-se a opção por entrevistar o maior número de jovens que têm entre 20 e 24 anos pelas características dessa faixa etária. Segundo Garcia (2003) esse grupo se caracteriza pela maturidade biológica, que geralmente não está acompanhada ainda da maturidade social. Desenvolvem e adquirem categorias que lhes permitem refletir sobre realidades mais amplas e seus juízos. A importância de estabelecer um parâmetro, segundo Stropasolas (2006), é a realização do debate numa perspectiva comparativa entre diversos pesquisadores, com procedimentos diferentes e em contextos variados. Weisheimer (2005, p. 21) reforça que “o uso da faixa etária muitas vezes se torna fundamental para o estabelecimento preciso de um público alvo”, porém observa que “como qualquer outra forma de classificação, suas fronteiras são socialmente construídas”.

No estudo proposto a faixa etária estará atrelada aos diversos elementos imersos no cotidiano dos jovens rurais, como o trabalho, autonomia, posição em relação à família, gênero e capacidade de assumir responsabilidades.

³ Programa vinculado ao MEC com o objetivo de escolarização de agricultores de diferentes estados e regiões do Brasil. (BRASIL, 2008).

2.2 O LUGAR E O PAPEL OCUPADO PELOS JOVENS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Diferentemente de outros contextos sociais principalmente o urbano, os jovens da agricultura familiar são membros de uma Unidade familiar (UF) agrícola e sua identidade se constrói em relação ao trabalho familiar. Quanto a essa questão Weisheimer (2003) enfatiza:

(...) na agricultura familiar unidade produtiva e unidade doméstica correspondem a um todo integrado. Neste contexto, sua inserção no trabalho agrícola desempenha papel fundamental na construção de sua identidade social, uma vez que os jovens são parte de um trabalho coletivo- a família agricultora (WEISHEIMER, 2003, p. 18).

Na família agricultora, em geral o pai é o responsável pela administração da propriedade, estabelecendo na organização familiar um caráter patriarcal, uma vez que, de maneira geral, nem a esposa e nem os filhos têm o poder na tomada de decisões referentes à produção.

No contexto rural, desde a infância as crianças já participam da divisão social do trabalho. Aprendem que o trabalho é um valor, uma virtude. Segundo Stropasolas (2006, p. 211) a transmissão do conhecimento e das atribuições é feita às crianças, no âmbito do trabalho. Salienta que os “afazeres” realizados na infância aparecem internalizados pelos jovens como “ajuda”, e não como trabalho. Outro fator importante a ser destacado é que ocorre divisão do trabalho por gênero, os homens dedicam-se à agricultura e a criação de animais e as mulheres às atividades domésticas com participação importante nas atividades produtivas.

Segundo Tedesco (2001), nas histórias escritas sobre famílias de imigrantes italianos é comum o relato de rituais de iniciação da idade adulta pelo trabalho. Os adolescentes eram influenciados pela força das regras do sistema de trabalho, da participação *na, com e para* a família. Aprendiam rapidamente a diferenciar funções, a estabelecer hierarquias, deveres e a atribuir normas aos princípios do trabalho voluntário em direção a uma razão prática e simbólica com a família. Para os pais, a disposição, a participação e a convivência *no e para* o trabalho familiar do adolescente e jovem de ambos os sexos se complementavam ou se inseriam em formas de conduta cujo significado é aquele que o próprio trabalho lhe dava.

Aos rapazes, conforme Brumer (2004), são transmitidos os saberes agrícolas e administrativos necessários ao processo sucessório. As moças participam das atividades consideradas “produtivas” quando necessário o emprego intenso de mão-de-obra familiar para a colheita, plantio e processamento. Para Carneiro (2001), o papel da mulher é fundamental para a reprodução familiar, pois são as responsáveis por transmitir os valores sociais.

Com relação a essa divisão sexual do trabalho na agricultura familiar parte-se do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo que envolve as atividades na agricultura, pecuária, funções associadas ao mercado, e as mulheres pelo trabalho reprodutivo como o serviço doméstico, cuidado com a horta, dos pequenos animais, e a educação dos filhos (NOBRE, 1998). Essa divisão sexual é nitidamente patriarcal, pois a divisão de funções é na sua maioria determinada pelo homem e transmitido de geração para geração. Os trabalhos são designados por idade, sexo e porte físico, tanto nas atividades agrícolas como nas atividades domésticas.

De acordo com Weisheimer (2011), toda a força de trabalho da família tende a ser direcionada e organizada para a realização do trabalho agrícola e essa organização baseia-se na divisão sexual e na faixa etária de tarefas, com precedência em hierarquias no interior do grupo doméstico que prescrevem papéis sociais diferenciados por critérios de sexo e idade que caracterizam as relações de gênero e geração neste meio social.

Com relação à divisão social do trabalho, Schneider (2005) destaca que essas diferenças correspondem a uma determinada hierarquia doméstica que define as relações e posições de poder. A figura paterna, além das atribuições de mando e determinação de demandas aos diferentes membros, também exerce atividades com maiores responsabilidades ou penosidade que requerem liderança, compromisso, esforço físico, etc. Esse tipo de divisão social, com posições diferenciadas para cada membro familiar entre homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, ocorre com muita naturalidade entre os sexos que a torna legítima e é transmitida, como já vimos, de geração para geração.

Diversas pesquisas analisaram a divisão do trabalho por gênero e concluíram que as mulheres e os jovens ocupam papel de subordinação (BRUMER, 2004; PAULILO, 2004; STROPASOLAS, 2006). Para esses autores o trabalho desse público é visto como “ajuda”.

É no cerne dessa estrutura de agricultura familiar que o jovem busca construir sua identidade, em um universo heterogêneo no qual a

propriedade, o trabalho e a gestão estão centralizados na família. Essas unidades apresentam muitas vezes sistemas complexos de produção, devido à diversificação, combinando várias culturas, a integração lavoura-pecuária, além de escalas diferentes de produção. Por essa razão é importante abordarmos o que se entende por agricultura familiar.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR, REDEFINIÇÕES DEMOGRÁFICAS E O NOVO PERFIL DAS FAMÍLIAS RURAIS

Abordarmos os conceitos de agricultura familiar é importante porque o grupo de jovens pesquisados é proveniente de unidades familiares em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho é realizado por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento⁴. Esta forma de produção, denominada de agricultura familiar é impulsionadora do desenvolvimento rural, sobretudo pela geração de oportunidades de trabalho e renda. Segundo Carneiro (2006), o papel da agricultura familiar está para além da produção para o mercado, porque ela está inserida em um modo de vida. É necessário considerar as motivações culturais e sociais para a manutenção da atividade agrícola, tais como a manutenção de uma identidade social, a de um patrimônio familiar, de redes de solidariedade e de sociabilidade entre outras. Além disso, é fornecedora de alimentos para a própria família.

Apesar da importância da agricultura familiar no Brasil, o debate para o seu fomento ganhou visibilidade somente na década de 90, com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, uma política pública específica para agricultores familiares. O objetivo do pronaf é construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores e suas famílias, visando aumentar a diversificação produtiva, empregos e renda e, conseqüentemente, o bem-estar social e a qualidade de vida das famílias agricultoras (BRASIL, 2005). Com o PRONAF houve o reconhecimento social de uma nova categoria no meio rural brasileiro, que é a de agricultor familiar.

No Brasil, de acordo com os números do Censo Agropecuário (IBGE, 2009), do total de 5.175.489 estabelecimentos rurais existentes, 4.367.902 são familiares. Embora em 84,4% do total, esses

⁴ Conceito de agricultura familiar segundo Abramovay, 1998

estabelecimentos ocupam apenas 24,3% da área total. Na região Sul são 907.635 estabelecimentos, sendo familiares responsáveis por 90,5% do total. Em Santa Catarina, há 168.544 estabelecimentos familiares.

Abramovay *et al.* (1998, p. 9) enfatizam que a agricultura familiar “é o maior segmento em número de estabelecimentos do País e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas”. No Brasil, é responsável por uma grande parte na produção de algumas culturas como a mandioca (87%), o feijão (70%) e o milho (46%), pela geração de empregos e renda, pela preservação do meio ambiente e pela manutenção do tecido social no meio rural (IBGE, 2006).

O setor agropecuário familiar é mais lembrado por suas funções de caráter social do que nas econômicas, devido sua menor produtividade e incorporação tecnológica. Entretanto é necessário ressaltar que a produção familiar, além de reduzir o êxodo rural e ser fonte de recursos para as famílias de baixa renda, também “contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio País” (GUILHOTO *et al.*, 2007, p.20). Além disso, esse segmento diversifica as atividades econômicas e busca promover o desenvolvimento de pequenos e médios municípios, pois é fonte de geração de renda e riqueza e tem potencial para fortalecer a economia local e a recuperação de emprego e a distribuição de renda.

O universo da agricultura familiar é caracterizado como heterogêneo e para compreendê-lo melhor é necessário defini-lo ou diferenciá-lo de outras categorias.

O conceito de agricultura familiar tem sua origem nos trabalhos do autor russo Chayanov, na virada do século XIX para o XX, para ele a unidade de produção familiar na agricultura é regida por princípios de funcionamento interno que a diferenciam de uma unidade capitalista. Nesse caso a propriedade, que não é somente a terra, a gestão e o trabalho, estão intimamente ligadas à família, não ocorrendo separação entre capital e trabalho. O resultado da produção constitui-se em um rendimento indivisível, sendo impossível separar o que foi gerado pelo trabalho e o que foi gerado pelo capital. Esse rendimento indivisível irá compor o fundo de consumo que é necessário para a reprodução da UF. Tal unidade é, ao mesmo tempo, de produção e de consumo, ou seja, na agricultura familiar o meio e o fim das atividades, é a própria família.

A agricultura familiar, no caso do Brasil, mantém suas raízes históricas na tradição camponesa e se fortalece na sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Para Lamarche (1998), a

agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora situações muito específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares. Por sua vez, Wanderley (2011) enfatiza:

Produtor direto dos seus meios de vida, o camponês é o responsável pela subsistência de sua família, no tempo presente e de sua reprodução futura, através da construção/reprodução do patrimônio familiar. A família é assim, o fundamento de sua forma social de produção, uma vez que ela é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de trabalho e responsável direta pelo esforço necessário à realização dos seus objetivos, através de um sistema de atividades, exercido interna e externamente ao estabelecimento familiar. (WANDERLEY, 2011, p. 27)

Essa mesma autora considera que o agricultor familiar brasileiro, mesmo que moderno e inserido no mercado, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999, p. 52).

Na sua concepção de agricultura familiar Lamarche (1993) ressalta que a gestão, o trabalho e a família são fundamentais, afirmando: “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho está intimamente ligado à família” (LAMARCHE, 1993, p. 15). Segundo o mesmo autor, há uma organização interna familiar com a finalidade de garantir continuidade, como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração, ou seja, a reprodução social.

Alguns autores como Gasson e Errington (1993) e Spanevello (2008) realizaram estudos que definem características da agricultura familiar que levam em conta fatores como a natureza da própria ocupação, do trabalho dos membros e a combinação entre a administração e o controle dos negócios do estabelecimento, além do processo de sucessão. No total, são definidas seis características: a) a gestão encontra-se nas mãos dos proprietários dos estabelecimentos; b) os proprietários do empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) é responsabilidade de todos os membros da família prover capital para o empreendimento; d) o trabalho é feito pela família; e) o

patrimônio e a gestão do estabelecimento são repassados de geração a geração; f) os membros da família vivem no estabelecimento.

As definições de agricultura familiar convergem para a família como proprietária dos meios de produção, assumindo o trabalho e a gestão das unidades produtivas. Essas unidades produtivas apresentam muitas vezes sistemas complexos de produção, devido à diversificação, combinando várias culturas, integração lavoura-pecuária, além de escalas de produção.

Embora ocorra um reconhecimento da agricultura familiar, o que vem acontecendo nas últimas décadas é um declínio populacional constante no meio rural, principalmente entre 1960 e 1980, quando o êxodo rural alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Para Camarano e Abramovay (1998), esta redução deve-se a duas questões fundamentais, os movimentos migratórios e a queda da taxa de fecundidade.

Segundo dados do IBGE (2010), a população está se urbanizando. Conforme o censo, entre 2000 e 2010 a população rural perdeu 2 milhões de pessoas, sendo que 50% são de jovens rurais e atualmente ela representa apenas 15,7% da população total do país. Mesmo que Veiga (2003, p. 33) “o Brasil é menos urbano do que se calcula”, pois para esse autor o critério utilizado pelo IBGE não retrata a realidade brasileira. Já que a metodologia de coleta de dados não “combina o critério tamanho populacional do município com pelo menos dois outros: sua densidade demográfica e sua localização”, a dinâmica demográfica no espaço rural brasileiro passa a assumir novos contornos principalmente quando se refere aos jovens. É preciso reforçar que a migração dos jovens implica o envelhecimento e a masculinização das populações rurais.

As relações e o modo de trabalho interferem na composição familiar, na qual as condições de trabalho e a renda muitas vezes não se tornam atrativas para os jovens, intensificando o êxodo, a masculinização e o envelhecimento. Para muitos jovens o espaço rural não apresenta atrativos, pois não há entretenimentos, lazer e também há dificuldades para o acesso à escola. Além disso, estão insatisfeitos com a agricultura devido ao seu baixo rendimento e à imagem negativa associada a este tipo de trabalho (GODOY, et al.,2010). Da mesma maneira, questões internas da família como conflito entre as gerações, submissão dos jovens e das mulheres à figura paterna e o processo sucessório fortalecem a não permanência dos jovens.

A migração rural mais expressiva é das moças devido a naturalização do trabalho feminino doméstico e das atividades agrícolas serem representadas como “ajuda”, pouco se valorizando os trabalhos

das mulheres, dos jovens e das crianças (BRUMER, 2004). Outra questão importante é a representação socialmente estabelecida da mulher como herança ou no seu papel como sucessora, pois não é socialmente reconhecida como capaz de chefiar a UF. Para Stropasolas (2006, p. 42), “a vigência de problemas estruturais na sociedade rural, as desigualdades sociais e a reprodução de padrões culturais com hierarquia de poder no seio da agricultura familiar são, assim, os principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo”.

O processo de masculinização também afeta a formação de novas famílias. Aliado a isso temos a diminuição no número de filhos e a queda da taxa de fecundidade. Berquó e Cavenaghi (2006) apontam que no Brasil rural de 1991 as mulheres tinham, em média, 4.3 filhos, e dez anos mais tarde essa diferença se reduziu para 1.2 filhos, sendo esse número mantido em 2004.

Nesse contexto, as tendências para a masculinização e o envelhecimento das populações rurais, devido à migração dos jovens, acabam por implicar na dinâmica sucessória da agricultura familiar, gerando uma ameaça constante à integridade do tecido social do meio rural.

2.4 AS PROBLEMÁTICAS DO GÊNERO E GERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

As questões de gênero e geração que surgem das relações sociais estabelecidas entre os membros das famílias rurais estão implicadas na permanência ou saída dos jovens do meio rural, pois estes se deparam com desafios e tensões nas relações familiares e em muitas situações não conseguem ser ouvidos no ambiente doméstico, pela própria estrutura patriarcal que limita a autonomia e a independência financeira e, particularmente, a participação desse público no processo de tomada de decisões na propriedade. Cabe salientar que nas relações de gênero se constroem e se estabelecem os papéis sociais de homens e mulheres nas comunidades rurais, já as relações entre as gerações ocorrem entre pessoas de distintas idades na família, muitas vezes verificando-se conflitos de ordem cultural entre os jovens e seus pais ou até mesmo com seus avós. Silvestro (1998), em pesquisa realizada no oeste catarinense, constatou que “(...) a iniciativa dos jovens vivendo no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões econômicas, mas também pela natureza da relação entre gerações e entre gêneros” (SILVESTRO, 1998, p.8). Isso significa que a

relação dos jovens com sua família e a sua valorização é que irá definir suas estratégias de vida.

Na agricultura familiar é difícil separar as relações de trabalho das relações de gênero que se dão entre os membros da família, pois a divisão do trabalho é feita sob a orientação do chefe da família, o pai, que incorpora a figura do administrador da propriedade, dando à organização familiar um caráter extremamente patriarcal, pois geralmente nem a esposa e nem os filhos tomam as decisões mais importantes sobre a produção.

Segundo Brumer (2008), isso se dá porque os papéis femininos e masculinos, na UF, estão associados a conceitos como propriedade e produção, de um lado, e tarefas próprias à reprodução dos membros da família de outro. Segundo essa autora ao homem cabe a obtenção de recursos para manter a família e à mulher, a reprodução, ou seja, a de execução de tarefas rotineiras tais como o preparo dos alimentos, o cuidado da casa e da saúde dos membros da família, assim como a educação dos filhos. É preciso considerar, ainda, que a esfera da reprodução, ao encargo das mulheres, abrange algumas atividades que poderiam ser avaliadas como de produção, tais como o cuidado dos pequenos animais ou do gado leiteiro que cercam a casa, o cuidado da horta e a transformação de alguns produtos em queijo, geleias, embutidos entre outros. Contudo esse tipo de produção só é incluído na esfera doméstica porque seu destino é o consumo da família; quando essas mesmas atividades são executadas com vistas ao mercado, a divisão do trabalho modifica-se, pois os homens passam a assumir grande parte delas, principalmente as que se referem à comercialização (BRUMER, 2008).

A divisão sexual do trabalho atribui às mulheres as atividades domésticas consideradas como “não produtiva”, pois não são “mercadoria”. Além disso, a contribuição feita pelas mulheres nas atividades ligadas à produção é geralmente considerada como “ajuda” ao trabalho do homem. Essas noções explicitam que o trabalho agrícola feminino é uma extensão do trabalho executado pelas mulheres no âmbito doméstico; o homem, ao contrário, como chefe da família, gerencia e organiza toda a produção, dedicando-se integralmente a ela.

Como indica Woortmann (1995):

É evidente que o trabalho da mulher é de tempo parcial porque, pela divisão sexual do trabalho, ideologicamente engendrado, competem-lhe as tarefas domésticas – aparentemente não

consideradas (...) como trabalho. É como se houvesse um trabalho parcial “produtivo” (...) e outro “não-produtivo”. (WOORTMANN, 1995: p.35)

A saída dos jovens principalmente do sexo feminino indica a ocorrência de importantes redefinições demográficas nas regiões coloniais do Sul do Brasil, o que pode ser constatado na tendência de envelhecimento e de masculinização da população que permanece no campo, com implicações na reprodução social da agricultura familiar e na formação de novas gerações de agricultores. Nesse sentido, pesquisadores perceberam como a questão da migração e da crise nos padrões sucessórios na agricultura familiar, estava relacionada não apenas à tendência dos jovens de serem atraídos pela cidade, mas também aos conflitos e às relações familiares, devido ao lugar que os jovens ocupam na hierarquia da família rural. A questão da migração aparece então como reveladora do descontentamento dos filhos de agricultores familiares, dos conflitos de gênero e geração existentes (STROPASOLAS, 2006).

Assim, ao buscar entender porque as jovens moças saem mais do campo, diversos aspectos relativos ao seu lugar na hierarquia familiar, nas relações de trabalho e de gênero são elucidados. Um dos aspectos centrais tem sido a divisão do trabalho por sexo e geração e como essa reproduz as relações de hierarquia e subordinação das mulheres em relação aos homens e dos jovens em relação aos mais velhos. O trabalho feminino na agricultura familiar estaria marcado pela invisibilidade do trabalho doméstico, não considerado produtivo e pela desqualificação de sua contribuição no trabalho agrícola, em muitos lugares representado pela categoria “ajuda”, atribuída também ao trabalho de jovens e crianças (BRUMER, 2004). Ainda, no que se refere à herança, em muitos contextos rurais as jovens moças não são as herdeiras e não estabelecem envolvimento e projeção futura relativa à agricultura.

Em pesquisa realizada em comunidades rurais de Santa Catarina envolvidas no projeto Microbacias 2⁵, Aguiar e Stropasolas (2010),

⁵ MICROBACIAS 2 foi um projeto de desenvolvimento rural do Estado de Santa Catarina, apoiado com recursos do Banco Mundial/BIRD, que teve como meta a promoção do alívio a pobreza através da integração de ações visando o desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense. Este projeto teve seu início no ano de 2002 e conclusão em 2009, sendo executados em todas as regiões rurais do estado de SC, beneficiando aproximadamente

procuraram analisar e identificar as principais questões de gênero e geração emergentes das relações sociais estabelecidas entre os membros das famílias rurais e também compreender em que medida essas questões contribuem para a permanência ou saída de mulheres e jovens do meio rural. Os aspectos por eles analisados estão relacionados à condição da agricultura, à condição do meio rural, à condição do (a)jovem na UF e aos seus objetivos, expectativas e perspectivas de futuro. Os autores identificaram os principais conflitos intergeracionais e de gênero entre os membros das famílias de agricultores. Entre os quais sublinham:

O modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai, chefe de família, que centraliza também as decisões; na dificuldade dos pais em dialogar e aceitar as idéias e as inovações propostas pelos (as) filhos (as) e, em decorrência, na impossibilidade dos jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; na pouca (ou mesmo nenhuma) participação dos (as) filhos nas tomadas de decisões que afetam a UF; na falta de confiança dos pais em relação aos filhos (as); na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas que, quase sempre, se encontram numa condição de total dependência financeira do pai; na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial que é permitida às filhas (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010 p.173).

Além desses aspectos, outras questões como a inclusão digital, o acesso à informação e à comunicação interpessoal são cada vez mais demandas da juventude. Isso possivelmente seria em função da crescente mobilidade e interação social entre os jovens que residem nas comunidades rurais com aqueles que passam a ter acesso a esses meios nas escolas, sindicatos, etc. Os autores reforçam que, se a expectativa dos jovens sobre o seu futuro não puder ser concretizada no meio rural, ela será direcionada para o meio urbano. Na percepção dos jovens, o meio urbano significa ter uma renda própria, um salário que lhe garanta o sustento, a autonomia financeira e a independência dos pais. O meio

urbano oferece mais condições de realização de projetos individuais, profissionais e financeiros.

Isto é, o urbano é referenciado pelos jovens como o local do acesso aos recursos, como estudos e oportunidades de trabalho. Se os jovens rurais, de modo geral, pretendem permanecer no meio rural, se não o fazem é porque as condições de permanência não existem. Para Carneiro (1998), a mobilidade entre o rural e o urbano emerge como possibilidade de conjugar o “melhor dos dois mundos” □ de um lado a “tradição” representada pela família, localidade e a cultura de origem; de outro a “modernidade” expressa pela realização de projetos individuais.

Ainda, de acordo com Carneiro (1998a), se forem dados aos jovens às condições necessárias para o desenvolvimento de atividades alternativas à agricultura e eles puderem ter acesso aos bens materiais e simbólicos que a valorizam, a vida no campo passará a oferecer alternativas bem mais atraentes. Deste modo, a valorização da atividade agrícola, quando existe, é acompanhada pelo desejo dos jovens nela permanecerem, desde que as condições de trabalho não sejam tão desgastantes e sem retorno financeiro como acontece hoje.

No cenário atual há falta de sucessores, comprometendo a continuidade da UF e gerando o esvaziamento populacional, tanto das propriedades, como das comunidades rurais. As possibilidades de contornar estes processos e garantir sucessão passa pelo fomento e incentivo às atividades agrícolas e não agrícolas do meio rural e ao atendimento das aspirações dos jovens para ficar no campo.

2.5 OS DILEMAS NA SUCESSÃO GERACIONAL

O tema da sucessão geracional, especificamente, da reprodução social na agricultura familiar trata da formação de uma nova geração de agricultores. É muito importante realizarmos essa discussão porque está em jogo o futuro de famílias de agricultores e a própria região, pois é por meio da sucessão que se decide se um espaço rural será vivo e dinâmico, ou se estará sofrendo com o esvaziamento decorrente da saída dos jovens da região.

A sucessão é um processo em que os filhos assumem no controle e ou gerenciamento do patrimônio ou do estabelecimento familiar. A dinâmica sucessória conforme Stropasolas (2011) é reconhecida como a transferência de poder e patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar e isso implica também a transferência de um

patrimônio histórico e sociocultural. Esse procedimento, segundo Spanevello, (2008, p.44) é baseado no ciclo de vida da família e varia de acordo com quatro estágios: iniciam quando as crianças estudam e começam as atividades na propriedade sob a supervisão dos pais, o segundo, com a intensificação da participação dessas crianças no trabalho, o terceiro, ao ser delegado maiores responsabilidades técnicas e métodos produtivos, e um quarto, quando o pai se retira da administração e transfere o patrimônio.

O modelo sucessório adotado no Brasil em sua grande maioria é o de sucessão tardia. Ocorre quando o filho, mesmo morando, convivendo e trabalhando com o pai, participa muito pouco da tomada de decisões na UF, mesmo que sua força de trabalho seja importante. Na maioria das vezes esse filho irá suceder o pai em caso de morte ou de aposentadoria. Nesse formato há a escolha de um único sucessor pelos pais, o que leva conseqüentemente à exclusão dos demais. Procura-se dessa forma garantir a continuidade das atividades já desenvolvidas. Isso acontece pela exigência da continuidade do caráter familiar da gestão e do trabalho. Essa estratégia não permite que a sucessão crie dependência para a família. Se o fizerem correm o risco de se inviabilizarem economicamente.

Esse processo está em torno da figura paterna que determina o momento e a forma de passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração. A transição leva em conta muito mais a capacidade e disposição de trabalho do pai do que as necessidades do sucessor ou as exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da atividade (ABRAMOVAY, 1998).

Exercer a profissão de agricultor envolve aprendizado, gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital, patrimônio esse que carrega um conteúdo social, pois além de ser um negócio mercantil, carrega a própria organização da vida familiar. Por detrás da presença do sucessor, reside a continuidade do projeto coletivo familiar, a reprodução do estabelecimento e o nome da família (WORTMANN, 1995). A aprendizagem da profissão de Agricultor Familiar se dava e persiste ainda hoje, de geração para geração, como aponta Weisheimer (2006):

O processo de trabalho, como atividade consciente, é coordenado pelo homem adulto (marido, pai), que assume o papel de chefe do processo produtivo por ser o detentor de um saber agrícola específico. Trata-se de um saber fazer que será transmitido no próprio trabalho, o que

confere uma dimensão simbólica, educativa, ao processo de trabalho da agricultura familiar. (WEISHEIMER, 2006, p. 4)

Para Abramovay *et al.*(1998), a formação de novas gerações de agricultores envolve três questões: processo de sucessão profissional que é a passagem da gerência do negócio, do poder e da utilização do patrimônio para a próxima geração; a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; e a aposentadoria, quando a atual geração assume o poder sobre os ativos da unidade produtiva. Essas três etapas podem ser independentes entre si, porém ocorrerão mesmo que em momentos diferentes.

A transferência envolve também diferentes questões relacionadas aos jovens, moças e rapazes do meio rural. As estratégias adotadas nas unidades familiares diferenciam homens e mulheres, segundo uma percepção social das diferenças entre os sexos e de hierarquização deles, pois o homem é o chefe do estabelecimento e a mulher é auxiliar nas atividades produtivas (BRUMER, 2008). No campo da pesquisa sobre sucessão o que se apresenta são diferentes práticas de herança e sucessão e essas são acompanhadas normalmente da exclusão feminina.

A herança do patrimônio familiar é diretamente afetada nesse caso, pois a herança é definida como a passagem do estabelecimento familiar para os descendentes ao longo das gerações, especialmente para o filho homem. Lembrando que o patriarca tem pleno controle sobre a forma da partilha, quando escolhe preferencialmente o filho homem como sucessor. Geralmente a mulher cede sua parte para o irmão escolhido como sucessor. Muitas vezes são recompensadas com enxoval e bens para casa se casarem com um agricultor ou têm ajuda de custo para se manterem na cidade enquanto estudam (CARNEIRO, 2001; STROPASOLAS, 2006).

No Brasil, os estudos de Carneiro (2001) e Woortmann (1995) apontam que o Código Civil (2002) garante o direito igualitário à herança a todos os filhos denominados herdeiros legítimos ou naturais. No entanto isso nem sempre acontece, pois Spanevello (2010), nas suas pesquisas na Região Sul do Brasil, informa que os descendentes de italianos desconsideram as normas do Código Civil e fazem predominar tradições costumeiras na transmissão do patrimônio em detrimento das determinações legais ou da lei (CARNEIRO, 2001; PAULILO, 2004; WOORTMANN, 1995). Isso equivale a dizer que as regras culturais adotadas pelos agricultores se sobrepõem às regidas pela lei do Código

Civil no momento da divisão do patrimônio. Como resultado, a divisão não é igualitária entre os filhos.

Para compreender a transmissão desigual do patrimônio é preciso levar em conta os distintos papéis reservados aos homens e as mulheres na dinâmica de reprodução social (CARNEIRO, 2001). Pelas regras adotadas pelos agricultores, as filhas que permanecem no meio rural e se casam com um agricultor ganham um enxoval composto de roupas de cama, mesa e banho, utensílios domésticos e, por vezes, máquina de costura e vaca leiteira, podendo ter mais ou menos itens, conforme as posses dos pais (STROPASOLAS, 2006; CARNEIRO 2001; PAULILO, 2004). Além do enxoval, as mulheres também podem receber terras, normalmente em menor quantidade que o sucessor, que geralmente não cultivam e, por isso, muitas vezes realizam a venda para o irmão que reincorpora a área original do pai. Assim, desde que os arranjos realizados pelos agricultores garantam o direito das filhas a receber terras, o acesso a essas e seu uso para o cultivo dificilmente são concretizados, porque geralmente elas ficam pendentes “moralmente” de vendê-las para o irmão sucessor (WOORTMANN, 1995).

Outra prática é substituir a terra por valor monetário, ou seja, pelo valor correspondente em dinheiro. Além dessas práticas, a recompensa em terra pode ser revertida em sua manutenção na cidade enquanto estudam e se preparam para a inserção no mercado de trabalho urbano (CARNEIRO, 2001). A associação entre uma ou outra prática irá depender das condições econômicas dos pais e do patrimônio que podem ou pretendem deixar para as filhas.

Além das distintas formas de compensação, Paulilo (2004) chama a atenção sobre o significado da doação feita às filhas (e aos filhos) quando saem do estabelecimento familiar para estudar e/ou trabalhar na cidade. Nesses casos, os filhos homens não recebem terras, mas dinheiro ou imóvel que representa uma forma de remuneração pelo esforço investido junto com os demais membros do grupo doméstico para aumentar o patrimônio, e não como herança. Os agricultores efetuam um “pagamento” pelo trabalho agrícola realizado pelos filhos até o momento da sua saída. No caso das filhas - cujo trabalho agrícola tem o caráter de ajuda -, não há o que lhes “pagar”. O enxoval é geralmente adquirido por elas com o salário recebido pelo trabalho urbano ao invés de ser dado pelos pais como “pagamento” pelo trabalho realizado no estabelecimento familiar até a sua saída (PAULILO, 2004). Outros casos apontados pela autora ocorrem quando não há descendência masculina e quando uma filha casada cuida dos pais na velhice. A terra

funciona como um “pagamento” pelo tempo gasto no cuidado com os pais e pelas eventuais despesas monetárias que a filha venha a ter com eles durante a velhice.

Também podem estar sujeitas a receberem terras, as filhas de agricultores familiares com áreas suficientes para instalar todos os filhos homens, seja por meio de compras de novas áreas ou de novas propriedades. Nesses casos, as filhas, além do enxoval, podem receber um pedaço de terra. Essa condição é geralmente encontrada entre agricultores que dispõem de uma melhor condição em termos de capital financeiro.

Carneiro (2001) salienta existir outra situação em que as filhas recebem como o patrimônio (terra) de forma igualitária. Segundo a autora, quando a terra é considerada uma mercadoria, pois não representa o meio ou o único meio de sustento da família porque os membros exercem outras atividades ou porque é inviável para a agricultura. Nessa situação as mulheres são incorporadas à herança da terra. Quanto a essa questão enfatiza:

Quando a terra não simboliza a linha de ascendência e perdeu seu valor como meio de produção, a preservação da propriedade deixa de ter sentido, e passa a ser uma questão resolvida pelos indivíduos e não pela família. Neste contexto, entende-se a partilha generalizada: a mulher herda uma parcela de terra já destituída de valor econômico (porque é inviável para a agricultura) e de valor simbólico (porque não é atribuído de identidade social) (CARNEIRO, 2001, p.47).

Apesar das mudanças que ocorreram nos últimos anos em torno da questão sucessória na agricultura familiar, especialmente pela desistência de filhos e filhas em permanecer no meio rural, as situações de compensação das filhas vêm se mantendo ao longo das gerações, ou seja, não recebem terras.

Atualmente, instituições governamentais e não governamentais estão cientes do panorama da sucessão e dessa forma buscam traçar diretrizes e formular políticas públicas para sanar essa questão. A sucessão é no conjunto de outras discussões do espaço rural um fator fundamental na decisão dos jovens rurais em permanecer ou sair do meio rural.

2.6 BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO

A juventude rural brasileira convive com diversas situações de não reconhecimento social, preconceitos, marginalidade e exclusão das políticas públicas, o que pode comprometer a reprodução social e a formulação dos projetos profissionais dos jovens agricultores, que enfrentam enormes dificuldades para o acesso à terra, à renda, ao crédito, à formação profissional, a políticas públicas específicas, enfim diminuindo o seu interesse e motivação para dar continuidade aos empreendimentos produtivos da família e ao modo de vida dos pais.

Assim, é preciso alternativas para a permanência dos jovens, moças e rapazes, bem como a abordagem sobre as novas funções do espaço rural, sejam agrícolas ou não agrícolas, em atividades secundárias e/ou terciárias - como beneficiamento de matérias-primas e de serviços, ampliando-se as oportunidades para os jovens. De acordo com Carneiro (1998, se forem dadas as condições necessárias para o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas, com os jovens podendo ter acesso aos bens (materiais e simbólicos) que valorizam a vida no campo, pode-se criar as condições para a permanência desse público nos espaços rurais.

As demandas da juventude, nos últimos anos, tanto a urbana, como a rural, passaram a ser reconhecidas como importantes e legítimas e a ser incorporadas pelo Estado e mesmo pelos movimentos sociais. Há uma preocupação recente no Brasil em traçar diretrizes e formular políticas públicas para a juventude (CARNEIRO e MARTINS, 2007). Os primeiros programas que têm a juventude rural como público-alvo iniciaram nos anos 1990. No período de 2000 a 2007, os programas se intensificaram resultando em um maior processo organizativo dos jovens e esse tema passou a integrar as pautas de reivindicações e as agendas políticas de entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) e o Movimento dos Sem-Terra (MST). Estruturas internas foram criadas e a atuação dos jovens passou a ser estimulada. Castro (2007) organizou a tabela que segue (Figura 1 na qual apresenta a maioria dos movimentos sociais que formalizaram instâncias administrativas envolvendo jovens nos anos 2000:

Figura 1 – Organização da juventude nos movimentos sociais rurais

| Movimentos Sociais | | | |
|-----------------------------|---------------------------------|--|--|
| Nome | Instância da Juventude | Início de trabalho/organização formal | Região de Atuação da organização de juventude |
| PJ e PJR | Pastorais dos estados e regiões | 1983 | Nacional até Municipal |
| CONTAG | CNJTR | 2001 | Nacional até Municipal |
| FETRAF | Coletivos de Juventude | 2001 | Nacional até Municipal |
| MMC | Não possui | 2003 | Estadual |
| MPA | Não possui | 2003 | Estadual |
| MAB | Coletivo Nacional | 2003 | Nacional |
| MST | Coletivo Nacional de Juventude | 2006 | Nacional e Estadual |
| Via Campesina Brasil | Coletivo Nacional de Juventude | 2006 | Nacional |

Fonte: Castro (2009, p. 196)

Castro (2009) destaca que essa intensa organização é fruto de mobilizações e espaços específicos de discussão que estão ocorrendo nos últimos anos e é cada vez mais massivo o número de eventos e organizações de juventude que apontam para um fenômeno em movimento.

Em 2005, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Presidência da República, com o objetivo de coordenar políticas e ações voltadas para promover a participação econômica e social dos jovens. No âmbito das políticas de desenvolvimento rural e de geração de emprego e renda, várias ações foram sendo implementadas, envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Plano Safra da Agricultura Familiar criou uma linha especial de crédito, o Pronaf Jovem; o Programa Nossa Primeira Terra, linha do Programa Nacional de Crédito Fundiário, ação que integra o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Jovens estão sendo formados como agentes de desenvolvimento territorial e no Programa Arca das Letras os jovens atuam como agentes de leitura. Em parceria com a sociedade civil, foi criado o Consórcio Social da Juventude Rural, para oferecer formação e qualificação profissional aos jovens, associado à implantação de inovações tecnológicas.

Contudo, no mapeamento de programas que têm a juventude rural como público-alvo, realizado em 2007, Castro *et al* (2009) afirmam que a maioria dos Ministérios e seus programas não priorizam a juventude

rural. Embora, a intensificação do número de programas esteja sinalizando mudanças nesse cenário.

No ano de 2008, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) criou Grupo Temático da Juventude Rural (GTJR), por meio da Resolução nº 66, publicada no Diário Oficial da União nº 226, de 20 de novembro de 2008, com a finalidade de fortalecer a articulação entre as diversas políticas públicas para apoiar a construção do pacto da juventude no que se refere às demandas e necessidades da juventude rural (GTJR, 2010). Esse grupo é integrado pelos ministérios e órgãos do governo, por organizações da sociedade civil, movimentos sociais e sindicais e conta também com uma equipe de assessoria técnica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Esse grupo definiu para seu trabalho atuação em quatro eixos □ a) acesso à terra, que tem como diretriz a garantia da reforma agrária ampla, e o acesso à terra ao jovem rural; b) trabalho e renda, apoio aos jovens e às jovens rurais para organização da produção familiar, capaz de gerar trabalho e renda; c) educação “do, no e para o” campo e qualidade de vida, tendo como diretriz a garantia da educação “do e no campo” em suas diversas etapas e modalidades; d) participação e organização política da juventude rural (GTJR, 2010 p. 236).

O MDA, como vimos, possui dois programas diretamente voltados para a juventude Rural, Nossa Primeira Terra e o Pronaf Jovem, os dois com objetivos de financiar a compra de terra pelos jovens e o investimento em suas propriedades respectivamente. Segundo informações no *site* do Governo Federal⁶, o Programa Nossa Primeira Terra faz parte do PNCF e, desde sua criação, já beneficiou quase 32 mil jovens e o Pronaf Jovem, que faz parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, beneficia jovens de 16 a 29 anos com um limite de financiamento de R\$ 12 mil reais, com carência de 3 anos e prazo de pagamento de 10 anos com juros de 1% ao ano. Mas raros são os jovens que acessam os programas, isso foi possível de ser verificado pela experiência desta pesquisadora no período de atuação com a juventude rural. No período de 2005 a 2011, somente um jovem do Cedejor ESG acessou o crédito fundiário e 2 jovens acessaram Pronaf Jovem, 1 jovem do Cedejor do Rio Grande do Sul e outro do Paraná.

Para fortalecer esses programas está previsto, para o ano de 2013, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) uma política

⁶ www.brasil.gov.br/noticias, acesso em 21 de dezembro de 2012.

específica do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), o PRONATEC CAMPO com uma proposta de formação voltada especificamente para os jovens e que irá abordar questões específicas para esses grupos (Governo Federal, 2012). Essa iniciativa é resultado de uma parceria entre o MDA e o MEC para o oferecimento de cursos de Agente de Desenvolvimento Socioambiental, Agente de Desenvolvimento Cooperativista, Agricultor Agroflorestral, Agricultor Familiar e Agricultor Orgânico.

Essas são algumas das alternativas para que os jovens possam permanecer no campo. Portanto, é preciso que os jovens as acessem, sejam motivados e mobilizados pelo seu entorno, pelas suas famílias e pelos atores sociais dos territórios onde residem.

3 A JUVENTUDE COMO PÚBLICO PROTAGONISTA DA PROPOSIÇÃO DE NOVAS RURALIDADES

3.1 AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES

Nos rumos atuais dos processos de desenvolvimento em áreas rurais, as questões da ruralidade retomam o palco dos estudos e discussões. Ruralidades que, segundo Abramovay (2003), possuem três dimensões definidoras fundamentais: a proximidade com a natureza; a ligação com as cidades; e as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho reduzido de suas populações.

O debate em torno da ruralidade se amplia, opondo-se à herança dos estudos rurais e agrícolas que profetizaram o fim do rural pela urbanização, o fim da agricultura pela industrialização, o fim dos agricultores pela criação de usinas agrícolas funcionando graças a trabalhadores e máquinas (STROPASOLAS, 2006, p.22). A noção de ruralidade propõe novas concepções das atividades produtivas, características marcantes das atividades primárias do rural – agricultura, pecuária, mineração e silvicultura - para uma percepção de rural como patrimônio a ser usufruído e preservado. Para muitos autores as transformações ocorridas têm mostrado “um novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 2003), uma “ruralidade contemporânea” (CARNEIRO, 1998b) ou, ainda, uma “nova ruralidade” (WANDERLEY, 2000).

Segundo Carneiro (2002), o rural não pode mais ser definido apenas pela atividade agrícola, pois é crescente o número de pessoas envolvidas em atividades não agrícolas ou de produtores que realizam outras atividades complementares à agricultura para aumentar a renda familiar. Essa ressignificação do rural confere dinamismo às atividades não agrícolas, assumindo novas funções como o turismo, lazer, moradia, preservação da natureza. A vida no campo não se resume à produção de alimentos, ela traz outros benefícios, relativos à preservação do meio, à manutenção do patrimônio cultural, à geração de empregos e à melhoria da distribuição demográfica. O campo se integra às cidades emergindo uma nova ruralidade.

Ainda segundo essa autora, o debate relacionado às novas ruralidades na sociedade brasileira contemporânea está atrelado por duas dinâmicas nos espaços rurais: i) ocupação do espaço rural por outras atividades não agrícolas, associadas à revalorização do mundo rural como espaço de lazer ou moradia; ii) valorização do campo como “lugar

de trabalho e de vida”, onde a agricultura passa a ser reconhecida como ator social do processo de desenvolvimento econômico, seja por meio da implementação de políticas públicas (Pronaf- ou por assentamentos de reforma agrária (CARNEIRO, 2002). Estas dinâmicas segundo a autora refletem em um rural não mais visto como “atrasado”, mas sim, ancorado na valorização dos recursos naturais e do patrimônio sociocultural dos espaços rurais.

As transformações que foram ocorrendo no campo nos últimos anos estão sendo atribuídas a modernização e mecanização da agricultura, à crise da reprodução da agricultura familiar, as novas funções adquiridas, além das novas ocupações no campo onde famílias rurais podem ampliar a realização de investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas dentro ou fora de suas unidades de produção, seja processando alimentos para agregação de valor ou investindo no turismo rural. Dessa forma as famílias rurais procuram novas possibilidades de viver e organizar a produção no esforço de aumentar a renda familiar para garantir a manutenção do grupo familiar no campo.

As atividades não agrícolas são formas complementares de renda e de inserção econômica. Para Schneider (2009), essas atividades são variáveis e determinadas primeiramente pela variação do ciclo demográfico familiar e pelas condições econômicas gerais que se dão localmente. O recurso às atividades não agrícolas constitui-se em uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar frente aos da unidade produtiva agrícola. Expressa o sentido da racionalidade utilizada pela família para manter o balanço entre trabalho e consumo, procurando dessa forma garantir sua reprodução (SCHNEIDER, 2009).

Segundo esse autor (2006, p.12), o meio rural brasileiro já não é mais formado apenas por famílias que trabalham em atividades agrícolas, pois uma parcela expressiva (22%) combina as atividades agrícolas com outras não agrícolas, configurando-se a pluriatividade, e outra menor (15%) habita no meio rural, mas trabalha exclusivamente em atividades não agrícolas. Embora ainda haja a predominância das atividades agrícolas.

Essa situação tem sido encontrada em muitas unidades familiares no meio rural brasileiro, pois os agricultores têm buscado na diversificação de atividades em suas próprias propriedades uma alternativa e uma estratégia de aumentar suas rendas e até mesmo em várias situações como sendo uma maneira nova de permanecer no campo, sem ter que abandoná-lo e migrar para a cidade para sobreviver.

Conforme Souza (2008), a presença e a generalização das atividades não agrícolas são fenômenos em curso em vários países do

mundo, nos Estados Unidos, atualmente, apenas 10% do pessoal ocupado no meio rural vive da agricultura e na América Latina o rural não agrícola ocupa entre 20% e 30% da população. Esse autor também chama a atenção para a diferença entre a pluriatividade e as atividades não agrícolas, já que esses dois fenômenos não são sinônimos, mas que, em certas situações, podem estar bem próximas de sê-lo.

Em termos práticos, as atividades não agrícolas se referem àquelas atividades que “(...) não estão relacionadas diretamente com as lides da produção agropecuária propriamente dita” (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p.16). E famílias pluriativas são aquelas em que ao menos um membro exerce uma atividade agrícola e ao menos um membro exerce uma atividade não agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Assim, a pluriatividade necessariamente implica a existência de atividades não agrícolas, mas a existência de atividades não agrícolas não necessariamente implica a existência da pluriatividade, pois, se no limite todos os indivíduos de uma família rural estiverem envolvidos somente com atividades não agrícolas, essa, por sua vez, não será pluriativa.

A noção de novas ruralidades traz como seus desdobramentos a pluriatividade e a multifuncionalidade e essas abordagens destacam-se principalmente entre os agricultores familiares.

A abordagem da pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção por pessoas que pertencem a uma mesma família ligada por laços de parentesco e consangüinidade (SCHNEIDER, 2009). Segundo esse mesmo autor, a pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida. A definição de pluriatividade tem a ver com o exercício de múltiplas atividades por pessoas que pertencem a uma mesma família.

No que se refere à multifuncionalidade, segundo Carneiro e Maluf (2003), esta representa uma tentativa de reconhecer que nas propriedades agrícolas os agricultores, que nelas vivem e trabalham, estabelecem estratégias familiares e desempenham outras “funções” não exclusivamente produtivas e mercantis. A tentativa é de rompimento com o enfoque setorial da agricultura que, por sua vez, deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas e privados, ampliando o campo de suas funções sociais, englobando um conjunto

diverso de elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais presentes no mundo rural.

Neste sentido, “mais que focalizar a atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico, o que se privilegia é a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e de vida social”, o que vem reforçar a tradição já presente nos estudos sobre o campesinato e a agricultura familiar no Brasil (WANDERLEY, 2003, p. 9).

Para Carneiro e Maluf (2003), a abordagem da multifuncionalidade da agricultura acaba valorizando as peculiaridades do agrícola e do rural, ampliando o campo das funções sociais atribuídas à agricultura. Portanto, deixa de ser compreendida apenas como produtora de bens agrícolas e passa a ser responsável pela conservação dos recursos naturais, do patrimônio cultural e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO e MALUF, 2003).

No processo de reorganização dos espaços rurais, a combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas em uma mesma família rural pode ser um recurso para sobrevivência, como uma estratégia individual de seus membros. De acordo com alguns agricultores familiares, a diversificação das atividades em suas propriedades tem melhorado muito a renda da família, tem possibilitado a manutenção dessas propriedades, pois, de uma forma ou de outra, com as atividades não agrícolas, é possível obter renda o ano todo, o que geralmente não é possível somente com um tipo de atividade.

Em muitas regiões a diversificação de atividades ocorre com a diferenciação da produção com a adoção de práticas de produção agroecológica, com o processamento de alimentos por meio da agroindustrialização e da valorização da paisagem e dos costumes locais por meio do agroturismo.

3.2 AGROECOLOGIA, AGROINDÚSTRIA, AGROTURISMO E A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

Para abordarmos as questões relacionadas às novas ruralidades, como agroindústria, agroecologia e agroturismo, trataremos a concepção de desenvolvimento rural com enfoque territorial, pois é por meio da proposta de desenvolvimento que se estabelecem as bases para um espaço rural mais dinâmico, suas mudanças e transformações. De acordo com Carrier e Cazella (2010), quando se instala uma dinâmica de

desenvolvimento territorial, ocorre a criação e o reforço de redes e de novas formas de cooperação. O desenvolvimento territorial pressupõe a cooperação entre atores cujos interesses não são idênticos, mas que podem encontrar áreas de convergência em novos projetos, de tal forma que todos se beneficiem da atmosfera propícia à geração de iniciativas inusitadas.

Essa realidade trás um modo de pensar o desenvolvimento baseado na mobilização de recursos disponíveis e endógenos; no envolvimento de atores locais na busca de soluções para as necessidades das comunidades; na diversificação de atividades; na valorização do saber-fazer e das riquezas socioculturais das regiões; na valorização e preservação dos recursos naturais; na criação de emprego e renda; na mobilidade social da população rural; etc.

O desenvolvimento com enfoque territorial busca valorizar as localidades e suas potencialidades socioeconômicas, conferindo importância à participação dos atores na proposição e busca de alternativas de melhoria do bem-estar social. Se amplia a perspectiva da visão de rural como “agrícola” e o percebe articulado ao urbano, e não o oposto. Ressalta-se aqui a contribuição de Carrier e Cazella (2006), quando apresentam como uma das características básicas das dinâmicas territoriais a busca por valorizar o potencial de recursos latentes, virtuais ou “escondidos”, entendendo-se “recursos” como fatores a serem explorados, organizados ou revelados.

É a abordagem territorial que irá ampliar a associação de jovens com o estímulo a um ambiente que favoreça a formulação de projetos inovadores. Para Sabourin (2002, p.32), a abordagem territorial do desenvolvimento, particularmente no âmbito rural, remete à consideração simultânea das condições, dos fatores e das mudanças produtivas e socioeconômicas, assim como das dinâmicas (locais, regionais e mundiais) associadas a esse processo. Trata-se dessa forma de ampliar a “atratividade” dos territórios rurais para os jovens residentes nesses espaços, não apenas com políticas setoriais voltadas à produção agrícola e ao mercado, mas também pelo estímulo a iniciativas direcionadas a esse segmento (jovens rurais), em áreas como educação e saúde, trabalho e renda, cultura e comunicação, esporte e lazer.

Na ampliação das atratividades e no estímulo a iniciativas no espaço rural, além das atividades agrícolas, podem surgir oportunidades, novas formas de produzir e alternativas de renda para as famílias e os jovens. A produção de alimentos com base “ecológica”, a agroecologia, o turismo no ambiente rural/agroturismo e o processamento de alimentos em pequenas agroindústrias aparecem como alternativas.

No caso da produção, a agroecologia é uma possibilidade para os jovens rurais e suas famílias devido à expansão da procura por alimentos saudáveis, que reflete nas grandes redes de supermercados e nas políticas públicas de alimentação escolar. Os atrativos se manifestam pela procura e/ou facilidade de comercialização e pelos preços vantajosos oferecidos pelo mercado de orgânicos. Nas regiões onde há a ação das ONGs e de organizações públicas ocorre o diferencial na consolidação dos agricultores familiares agroecológicos. Esses grupos de agricultores que se organizam e aderem à produção agroecológica se fortalecem e conquistam uma relativa autonomia.

Os sistemas de produção diversificados, segundo Aguiar e Stropasolas (2010), como aqueles baseados na agroecologia, por exemplo, favorecem o acesso do (a) jovem à renda, entre os quais a produção de leite e seus derivados e a produção de hortifrutigranjeiros para a comercialização em feiras. Essa informação verificaram na pesquisa realizada com famílias rurais envolvidas no Projeto Microbacias 2 de Santa Catarina. Na região objeto dessa pesquisa o mesmo fato ocorre, pois os jovens produzem hortaliças, grãos como feijão, milho e arroz e frutas para comercializar nas feiras do agricultor e para as cooperativas que administram os programas federais de aquisição de alimentos.

Segundo Altieri e Caporal (2002), a agroecologia:

(...) deve ser entendida como uma ciência que busca entender, a partir do conhecimento científico aliado aos saberes locais gerados pelos agricultores, o contexto e a complexidade dos agroecossistemas e dos princípios que regulam seu funcionamento. Neste sentido, fornece as diretrizes para se estudar, desenhar e manejar tais sistemas, para que além de produtivos sejam conservadores dos recursos naturais (ALTIERI, 2002). Devendo-se para isso dar uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. Contudo, o enfoque da Agroecologia vai além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção agrícola, pois também enfatiza dimensões mais amplas e igualmente complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas, como variáveis culturais, políticas e éticas (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

É uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais ao ambiente natural, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção.

Como conjunto de práticas agrícolas, a agroecologia busca formas de melhorar os sistemas de exploração agrícola imitando os processos naturais, criando assim sinergias e interações biológicas propícias entre os componentes do agroecossistema. Proporciona as condições edafológicas mais favoráveis para o crescimento vegetal, em particular mediante a gestão da matéria orgânica e o aumento da atividade biótica do solo (De SCHUTTER, 2010).

Paralelo à produção de alimentos ocorre à transformação/beneficiamento de produtos e subprodutos da agricultura familiar, que também é uma importante alternativa de promoção do desenvolvimento rural. Essa técnica é muito utilizada para conservação dos alimentos, consumo das famílias e comercialização dos excedentes. A agroindústria de pequeno porte proporciona meios efetivos de manutenção das pessoas no campo e agregação de valor à produção da agricultura familiar. Para Schmidt (2003) a agroindústria:

Situada na propriedade agrícola ou nas proximidades, tem a capacidade de aumentar a renda das famílias, pela agregação de valor aos produtos agropecuários; de gerar postos de trabalho no meio rural; de abastecer mercados locais e próximos, colocando rapidamente a disposição dos consumidores produtos de qualidade e a preços compatíveis; além de elevar a arrecadação municipal de impostos gerados (SCHMIDT, 2003, p. 269).

Segundo a autora tudo isso contribui para a dinamização local e a permanência das pessoas com qualidade de vida nesse espaço, principalmente para as comunidades que enfrentam processos de esvaziamento social.

Para Mior (2003, p. 178), a agroindústria familiar rural é “uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”.

A implantação de agroindústrias se torna mais uma alternativa econômica para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e oportuniza a inclusão social, promovendo a participação de segmentos menos privilegiados como as mulheres, os idosos e os jovens. Para esse grupo de pessoas pode significar uma oportunidade de trabalho, consequentemente de obtenção de renda suficiente para viver com boa qualidade de vida. Quadros (2011), na sua pesquisa sobre a participação dos jovens nas agroindústrias familiares do Litoral Sul Catarinense, analisou a participação dos jovens rurais nas atividades desenvolvidas nas agroindústrias familiares e constatou “(...) que as agroindústrias familiares tornam-se uma alternativa de trabalho e estímulo para os jovens que pretendem permanecer na propriedade e, consequentemente, suceder seus pais na unidade agrícola.” (QUADROS, 2011, p. 104).

A agroindústria é uma das alternativas para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo e no mercado. Segundo Santos (2006), elas assumem um papel diferenciado nas unidades de produção familiar, pois deixam de ter caráter unicamente doméstico e passam a se tornar responsáveis pela manutenção das propriedades rurais.

É importante destacar que a agroindustrialização dos produtos agropecuários não se constitui em algo novo, mas, sim, que fazem parte da própria história e cultura do agricultor familiar. Esses produtos possuem um conjunto de características peculiares como as ecológicas, sociais, culturais, artesanais, entre outras, os diferenciando dos demais produtos. Para Pettan (2005), a diferenciação dos produtos se refere com o local de sua produção e com a tradição do “saber fazer” dos agricultores ou ainda adquiridos de instituições responsáveis que lhes confere este diferencial.

Um aspecto relevante nos últimos anos é a possibilidade de os produtos beneficiados da agricultura familiar acessarem os mercados institucionais, incluindo a alimentação escolar, as cestas básicas e as compras governamentais para presídios, asilos, creches, hospitais e a integração com outros programas sociais do Governo Federal.

Com a ampliação da produção da agricultura familiar, com as diferentes formas de produção, surge a necessidade de muitas famílias de ampliar suas fontes de renda e promover, então, a integração da produção, da agroindustrialização em alguns casos com a atividade turística. Constituindo-se numa forma de atrair pessoas para conhecer o local de produção, vivenciar o cotidiano de famílias de agricultores e ter o reconhecimento da sociedade pelo trabalho desenvolvido.

Nas estratégias traçadas pelos jovens rurais para garantir sua permanência no espaço rural o turismo encontra espaço para se desenvolver e uma oportunidade para empreender.

Turismo rural, segundo definição do Ministério do Turismo (MTUR), é “uma atividade produtiva ligada à agropecuária, às características rurais e ao modo de vida do homem do campo”, no entanto esse conceito não esclarece qual setor da agricultura está comprometido. Com o objetivo de ampliar o foco de análise criou-se o termo "turismo em espaços rurais" e segundo Campanhola e Graziano da Silva (1999), esse termo abrange várias modalidades de turismo, definidas nos seus elementos de oferta, entre as quais:

"SPAs" rurais; centros de convenções rurais; locais de treinamentos de executivos; parques naturais para atividades esportivas; caminhadas; visitas a parentes e amigos; visitas a museus, igrejas, monumentos e construções históricas; festivais, rodeios e "shows" regionais; visitas a paisagens cênicas e a ambientes naturais; gastronomia regional; campings, colônia de férias, hotéis fazenda e fazenda-hotéis; esportes de natureza como canoagem, alpinismo, pesca, caça; chácaras de recreio e condomínios rurais de segunda moradia, entre outros (CAMPANHOLA E GRAZIANO DA SILVA, 1999) .

Além de incluir várias modalidades, segundo GELBECKE (2006) o termo "turismo no espaço rural" é classificado por finalidade de consumo, ou seja, turismo verde, cultural, esportivo, de aventura, gastronômico, histórico, rural, agroturismo, etc. Mesmo utilizando-se do mesmo espaço (o rural) como base e recurso para o seu desenvolvimento, as modalidades atraem públicos diferentes - tanto do ponto de vista do consumidor, como do ponto de vista do produtor ou prestador de serviço.

Quando o turismo passou a ser considerado uma alternativa para a agricultura familiar, segundo GELBECKE (2006), foi necessário criar um terceiro termo que o diferenciasse e garantisse a inserção desse setor da agricultura na atividade, ficando definido como "turismo rural na agricultura familiar" ou "agroturismo". Nesse caso, a classificação se dá pelo segmento socioprodutivo, ou seja, o enfoque é sobre o prestador de serviços, e não mais sobre o produto/finalidade de consumo.

O agroturismo também tem o objetivo de melhorar a renda dos agricultores familiares, principalmente dos jovens e das mulheres. A atividade turística vem, nos últimos anos, ganhando destaque na economia mundial, pois se trata de uma atividade com grande potencial de geração de ocupação e renda. Segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo), o turismo é responsável pela geração de 6 a 8% do total de empregos no mundo.

Guzatti (2003) defini agroturismo como

Um segmento do turismo desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas, oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem estar aos envolvidos (GUZATTI, 2003, p. 53).

Ainda segundo essa autora esta definição identifica claramente o agroturismo como atividade ligada à agricultura familiar, além de propor a integração e interação com vários outros parâmetros, como produção agrícola, meio ambiente, cultura local etc..O agroturismo pressupõe a organização dos agricultores (trabalho associativo/em grupo, configurando-se como uma iniciativa de turismo de base comunitária) para o desenvolvimento da atividade.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio de discussões dos integrantes da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar – Rede TRAF – o turismo rural familiar deve ser entendido como a atividade turística que ocorre no âmbito das propriedades dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, disposto a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos.

Com relação ao agroturismo, é preciso considerar os seguintes critérios para delimitar as propriedades agroturísticas: o agricultor deve desenvolver atividades agropecuárias e residir na propriedade; a mão-de-obra familiar ocupada na atividade turística deve representar, no mínimo, 50% da mão-de-obra total no período de maior demanda; a renda das atividades agropecuárias deve ser igual a 20% da renda líquida anual da UF, ou maior (GELBCKE, 2006).

Essa atividade pode proporcionar aos agricultores familiares um complemento de renda, pois envolve diretamente as pessoas da família e exige delas um conhecimento e um reconhecimento sobre a sua cultura, hábitos e costumes. Outro fator é a realização de benfeitorias para a recepção do turista o que, conseqüentemente, acarreta uma melhoria nas condições de moradia da família e, portanto, no seu bem-estar. Está também impregnada de outros aspectos como a concepção sobre preservação ambiental, de patrimônio cultural, patrimônio arquitetônico e também dos patrimônios naturais. Fatores que atendem diversos pressupostos do desenvolvimento rural.

Outro efeito importante do turismo em áreas rurais, dentre eles o agroturismo, é, segundo Campanhola & Silva (1999), um avanço indireto do setor agrícola, por meio da potencialização da demanda por produtos de qualidade típicos de cada região, como, por exemplo, mel, queijos, embutidos, bebidas típicas, artesanato, etc. Na afirmação dos autores é possível perceber a importância dessa atividade para que ocorra uma valorização do trabalho desenvolvido normalmente nas propriedades.

Guzzatti (2003), nas Encostas da Serra Geral no Estado de Santa Catarina, estudando o agroturismo como uma alternativa para o desenvolvimento rural, constatou que a organização dos produtores, com a assistência de associações que foram surgindo, tiveram uma bem sucedida experiência que apresenta uma crescente demanda por seus produtos agroecológicos e até pela implantação de agroindústrias para o processamento dos produtos.

Dutra *et al.* (2000), estudando o agroturismo como alternativa de desenvolvimento para o Município de Agudo/RS, afirmam que alguns produtores complementaram suas atividades agrícolas com a exploração dos recursos naturais como cascatas, rios, vales, morros, etc., concluindo que a atividade de agroturismo, aliada à atividade agropecuária desenvolvida nas propriedades, proporciona ao agricultor um incremento na renda por meio da busca por parte dos turistas de produtos inerentes às atividades da propriedade.

No território das Encostas da Serra Geral, espaço de atuação do CEDEJOR, organizações como AGRECO, Acolhida na Colônia, Epagri, Cresol e COOPERFAMÍLIA colaboram e investem na agroecologia, agroindustrialização e no agroturismo como proposta de política pública, apoiando os projetos de empreendedorismo dos jovens e possibilitando um maior número de opções/escolhas para o desenvolvimento desses projetos.

O histórico da AGRECO reforça a adoção dessas estratégias de desenvolvimento para além daquelas direcionadas à produção orgânica de alimentos, incluindo atividades não agrícolas como as agroindústrias de pequeno porte e o agroturismo.

A integração agroturismo/agroecologia/agroindústrias rurais visa, de acordo com a Agreco, além do aproveitamento das paisagens naturais e dos produtos da região, a valorização do aspecto humano, ou seja, do patrimônio sociocultural local, o qual pretende-se que seja preservado e, em alguns casos inclusive, recuperados. Também os turistas não são vistos somente como potenciais consumidores dos produtos agroecológicos *in loco*, mas também em seus centros de origem, quer seja, o meio urbano, atuando inclusive como difusores da proposta. Além disso, a expansão geográfica da atividade agroecológica pressiona a formulação de políticas públicas locais para a preservação do ambiente natural, fortalece a organização dos agricultores e consolida processos de trabalho no espaço rural que aumentam a qualidade de vida do agricultor familiar. (MÜLLER, 2001, p. 130)

É evidente que o conjunto de estratégias promovido pela AGRECO e demais organizações está voltado à construção de um território com uma forte referência de identidade, cujos recursos ambientais e estruturais contribuem para qualificar o território, construir sua imagem, condicionando assim, as demandas de consumo.

Os jovens para participarem e atuarem em ações coletivas e individuais nos territórios precisam de conhecimentos especializados e habilidades para compreender as questões propostas pelos atores que influenciam e, ou determinam a dinâmica dos processos coletivos de decisões sobre as atividades econômicas, sociais, tecnológicas, políticas e culturais que afetam a população local. Os jovens residentes no espaço rural necessitam de uma formação voltada para essa realidade, uma educação do campo. A educação do campo tanto em suas práticas como no âmbito teórico tem como referenciais aspectos fundamentais que orientam suas políticas de ação e de desenvolvimento como veremos a seguir.

3.3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL

Partindo-se do pressuposto que a educação é fundamental na formação do ser humano, a educação de jovens no espaço rural desempenha um papel muito mais estratégico. O jovem rural precisa de uma formação educacional que lhe permita olhar para a diversidade do mundo rural em termos sociais, econômicos, culturais, políticos, de gênero, geração, raça e etnia.

A educação do campo tem sido compreendida como realmente importante no apoio à formação de atores sociais que possam contribuir para a transformação das relações sociais, pela via da melhoria dos procedimentos produtivos e das condições de participação e de intervenção no processo de desenvolvimento territorial (BRASIL, 2005). A educação do campo aparece, neste contexto, como um vetor do desenvolvimento de territórios rurais, sendo vista como um processo que contribui para formar homens e mulheres de valores.

No entanto somente a partir dos anos 1990, a educação do campo consegue entrar na agenda pública. Anteriormente o que tínhamos, segundo Baptista (2003), era uma educação rural que ficava relegada ao segundo ou terceiro plano, “apêndice” da educação urbana. Uma educação limitada à transmissão de conhecimentos elaborados e levados para as escolas rurais com a mesma metodologia utilizada nas escolas da cidade.

A concepção de educação do campo é o resultado das contribuições dos movimentos sociais e de alguns educadores e pesquisadores tais como Arroyo (1999, 2004), Silva (2000), Caldart (2000, 2004), Molina (2003), Baptista (2003) entre outros.

A educação do campo, tanto em suas práticas como no âmbito teórico, tem como referencial dois aspectos fundamentais que orientam suas políticas de ação e de desenvolvimento. O primeiro está relacionado à superação da dicotomia rural e urbano, pois os dois espaços são complementares e coexistem, embora tenham suas contradições. O segundo aspecto está relacionado com a identidade e o pertencimento dos “povos do campo”⁷ para a luta por seus direitos

⁷ São considerados povos do campo: agricultores/as familiares, assalariados, assentados ou em processo de assentamento, ribeirinhos, caçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, entre outros povos que lutam pela afirmação dos seus direitos do campo nos diversos biomas do território nacional.

básicos para a plenitude da cidadania tais como saúde, educação, alimentação entre outros. Esta lógica é no sentido de empoderamento das pessoas para defenderem suas idéias e necessidades (BRASIL, 2005).

Para Silva (2005), o conceito de educação do campo é fundamentado nas práticas educativas dos diferentes movimentos sociais que atuam com educação e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, conforme seu Art.1º)

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (SILVA, *apud* BRASIL, 1996, p.1).

A educação do campo somente foi reconhecida na legislação brasileira no ano de 2002, por meio da Lei de Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo (Resolução CNE/CEB nº1. 3/04/20002), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. Resultado do diálogo com os movimentos sociais, essa política tem como prioridade considerar a diversidade cultural e as múltiplas experiências de educação em desenvolvimento no País, como forma de ampliar e incluir jovens e adultos nas escolas do campo.

A adoção do conceito de “educação do campo” concebe o campo e seus atores sociais, por meio da valorização do modo de vida, do espaço geográfico, da cultura, dos conflitos, bem como da organização do trabalho dos agricultores. Essa educação tem características e necessidades próprias para as pessoas do campo em seu espaço cultural, sem abrir mão de sua pluralidade e de suas experiências como fonte de conhecimento em diversas áreas.

O documento do Ministério da Educação ressalta que é importante que as pessoas se reconheçam como integrantes de um território e construam um sentimento de pertencimento, que expressem e defendam suas ideias, que reformulem a convivência social e transmitam seus valores às novas gerações. Somente assim, a educação do campo irá cumprir com seus objetivos que é garantir o desenvolvimento de competências que permitam aos sujeitos que habitam o espaço rural recriar seus projetos e refazer suas relações, com outras pessoas e instituições e com a natureza.

Para atender as demandas implícitas na concepção de educação do campo, foram criados no Brasil uma série de programas governamentais como: Saberes da Terra, ProJovem Saberes da Terra, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa Residência Agrária e Licenciatura Plena em Educação do Campo (BOTTEGA, 2011). Dentre esses programas, o ProJovem Campo - Saberes da Terra, se diferencia dos demais por priorizar uma política de Educação do Campo e da Juventude que possibilita aos jovens agricultores familiares, excluídos do sistema formal de ensino, a oportunidade de escolarização na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Outras organizações têm também como referência uma política de Educação do Campo como, por exemplo, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) no Estado da Bahia, o Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) no Estado de Pernambuco e o Cedejor, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Cedejor implementa o Programa Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) que considera que o ensino do campo constitui uma ação emancipatória que oferece conhecimentos, habilidades e competências para que os jovens possam pensar e agir por si próprios, assumindo sua condição de sujeitos da aprendizagem, do trabalho e da cultura (Documento de Trabalho do PEJR, 2010). Nesta concepção, o jovem e a juventude rural tornam-se sujeitos do desenvolvimento rural; seus territórios de pertencimento e inserção social tornam-se o ambiente para empreendimentos coletivos que buscam expressar novos sentidos à ruralidade no contexto atual de mudanças na agricultura familiar (CARNEIRO, 2007).

Esse programa segundo seu documento-base está de acordo com os princípios da Educação do Campo, conforme as referências para uma política nacional de Educação do Campo:

Políticas de educação como formação humana pautam-se pela necessidade de estimular os sujeitos da educação em sua capacidade de criar com outros um espaço humano de convivência social desejável, (...) os elementos que transversalizam os currículos são a terra, o meio ambiente, a democracia, (...) assim como as questões sociais, políticas, culturais, econômicas, científicas e tecnológicas. (BRASIL, 2003, p. 35)

O PEJR tem sua ação educativa na formação humana, técnica e gerencial e vê na educação do campo uma potencializadora do desenvolvimento rural, à medida que investe nos jovens como protagonistas, por meio de metodologia adequada ao modo de vida no campo, tal como preconiza a Política de Educação do Campo.

3.4 A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E O CEDEJOR

A Educação oferecida aos jovens do Cedejor está relacionada à prática da pedagogia da alternância, nascida nas *Maison familiales*, na França, e trazida para o Brasil, no Estado do Espírito Santo, sob influência da experiência italiana. Essa pedagogia se desenvolveu a partir da segunda guerra mundial, na França, e, posteriormente na Itália e na Espanha. No final da década de 1960, foi introduzida no Brasil no interior do Estado do Espírito Santo, “tendo como referência direta a *Maison Familiale Italiana de Castelfranco Vêneto*” (SILVA, 2003, p. 61).

Desde a sua origem, ocorre uma grande participação das famílias tanto no processo de ensino e aprendizagem quanto na gestão e isso caracterizou que um Centro Familiar de Formação por Alternância nasce da iniciativa das famílias que constituem uma base associativa no qual se cria a escola, gerencia e assume as responsabilidades no plano legal, financeiro e moral (ROULLIER, 1980).

Em Calvó (1999) encontram-se reunidas as características, os objetivos e os meios propostos pelas Casas Familiares Rurais da França, elementos esses que constituíram posteriormente os pilares em que se baseiam Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA) em todo o mundo. Para esse autor, os quatro pilares básicos são: 1 - uma associação; 2 - metodologia pedagógica específica – a alternância; 3 - a educação e a formação integral da pessoa; 4 - o desenvolvimento do meio local.

Um CEFFA, segundo o autor, é uma associação de famílias, pessoas e instituições que buscam solucionar a problemática comum da evolução e do desenvolvimento local por meio de atividades de formação, principalmente dos jovens, entretanto, sem excluir os adultos (CALVÓ, 1999, p. 16).

Para Queiroz (2006), são 36 anos de atuação no Brasil, mas ainda são necessários muitos estudos e pesquisas sobre essas atividades, sendo atualmente oito as experiências de CEFFAs. São elas:

Escola Família Agrícola (EFAs), Casa Familiares Rurais (CFRs), Escolas Comunitárias Rurais (ECORs), Escolas de Assentamentos (EAs), Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (PROJOVEM), três escolas Técnicas Estaduais (ETEs) no Estado de São Paulo, Casas das Famílias Rurais (CFRs) e o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). Experiências elaboradas não através de teorias, mas antes, pela invenção e implementação de um instrumental pedagógico que traduzia, nos seus atos, o sentido e os procedimentos da formação. (QUEIROZ, 2006, p. 22)

Ao adotarem um modelo pedagógico alternativo, os CEFFAs oportunizam as famílias uma flexibilidade em contraposição às necessidades por elas enfrentadas. Por pautar-se no cotidiano do educando, de sua família e da comunidade, a Pedagogia da Alternância adota instrumentos de intervenção na realidade do educando, enfatizando dimensões de incentivo à participação popular e adoção de práticas agrícolas voltadas para uma relação equilibrada entre o homem e a Natureza. “Uma educação voltada para a realidade do aluno torna-se cúmplice do pleno desenvolvimento do educando e da comunidade” (CALIARI, 2002, p. 21).

O princípio da alternância não é novo, sobretudo em se tratando de educação e, mais especificamente, da educação escolar (QUEIROZ, 2004). Segundo esse autor a dinâmica de alternar momentos na instituição escolar com momentos no trabalho, na família, no bairro, na vila, na comunidade, na pequena propriedade rural, é bastante antiga, mas pouco relatada e estudada.

A Pedagogia da Alternância nos CEFFAs, segundo Queiroz (2004), tem as seguintes características: 1) um projeto educativo próprio; 2) prioridade na experiência socioprofissional; 3) articulação de espaço e tempo em diferentes situações; 4) instrumentos metodológicos específicos; 5) concepção específica de educador-monitor; 6) um conjunto de colaboradores na formação e, por fim, condições favoráveis à aprendizagem.

Segundo Silva (2003), na Pedagogia da Alternância, o trabalho e a profissão fornecem um sentido à vida, servindo de motivação aos jovens para que se apoderem do processo de aprendizagem. Dessa forma, considera-se, então, que é caracterizada por uma vinculação efetiva dos meios de vida socioprofissional e escolar em uma unidade de

tempo formativo. Para Gimonet (2007), além de um método em que tempos teóricos e tempos práticos organizados em um plano didático se sucedem, trata-se de uma alternativa para propiciar uma forte interação entre os dois momentos de atividade, em todos os níveis do campo educativo.

No uso dessa metodologia a escola ou o centro de formação funciona sob regime de alternância, em ritmos de formação, segundo a proposta da ação – reflexão – ação. Os jovens que moram e trabalham no campo com suas famílias vêm para a escola para refletirem sobre a realidade, estudar o conteúdo, a ciência. Esses jovens permanecem na escola, em regime de internato, por um determinado período (semana ou quinzena) que é definido de acordo com as peculiaridades locais. No período seguinte, os jovens retornam às suas propriedades familiares, e ao trabalho para aplicar o conhecimento e as tecnologias difundidas na escola.

Ela é concebida como uma metodologia para a formação em tempo integral, estruturada pedagogicamente, resultando de uma estreita relação entre as estadias no mundo ativo do trabalho e estadias no estabelecimento escolar. Representa uma alternância entre o meio socioprofissional e o centro escolar que não se limita ao tempo de aprendizagem, mas seus fundamentos estão baseados na experiência que visa alcançar a ciência com as contribuições complementares das correntes pedagógicas, mas mantendo, entretanto, suas características próprias (CALVO, 1999).

A teoria se dá nos momentos de reflexão e estudos em plenária, envolvendo debates, leituras, vídeos, palestras, etc. A prática compreende os experimentos realizados no Centro assim como em visitas de estudos em empresas, organizações, propriedades familiares e outros espaços.

No período familiar, os jovens têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos e também conviver com a família e a comunidade e/ou o território, participar de eventos, absorvendo conhecimentos, numa constante troca de experiências, contribuindo para o desenvolvimento da propriedade familiar, da localidade e da região.

Para o pesquisador Gimonet (2004), a formação por alternância obedece a um processo que parte da experiência da vida cotidiana (familiar, profissional, social) para então seguir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para, em seguida, voltar à experiência e assim sucessivamente. Na figura 2 é possível visualizar como é a dinâmica da Pedagogia da Alternância (PA).

Figura 2. Esquema da dinâmica da Pedagogia da Alternância



Fonte – UNEFAB: Folder de divulgação Metodologia dos CEFFA

A formação por alternância utiliza instrumentos pedagógicos⁸ específicos como: Plano de Estudos; Folha de Observação; Tutoria; Colocação em Comum; Caderno da Realidade; Caderno Didático; Visitas e Viagens de Estudo; Serões de Estudo; Intervenções Externas; Atividades de Retorno; Visitas de Acompanhamento às Famílias e Comunidades; Estágio; Projeto Profissional do Jovem; Caderno de Acompanhamento da Alternância e Avaliação. O emprego do conjunto desses instrumentos tem como objetivo integrar o formativo dos conteúdos temáticos com a ação prática dos jovens e das suas famílias. De acordo com Gimonet (2007):

Com a Pedagogia da Alternância deixa-se para trás uma pedagogia plana para ingressar numa pedagogia no espaço e no tempo e diversificam-se as instituições, bem como os atores implicados. Os papéis destes não são mais aqueles da escola costumeira. O jovem (pré-adolescente, adolescente, ou jovem adulto) em formação, isto é, o “alternante”, não é mais um aluno na escola, mas já um ator num determinado contexto de vida e num território. Sua família é convidada a

⁸ Instrumento Pedagógico envolve os instrumentos desenvolvidos ao longo das experiências dos CEFFAs e as ações associadas à dinâmica educativa da Pedagogia da Alternância (GIMONET, 2007).

participar ativamente de sua educação, de sua formação, acima de tudo por que é jovem (GIMONET, 2007, p. 19).

A formação em regime de alternância, ou seja, com sessões no centro de formação, sessões na família e no meio vivencial, experimentada com a utilização de instrumentos pedagógicos específicos, alternando a permanência do jovem no centro de formação e a permanência no meio vivencial, é acompanhada pelos educadores. Essa dinâmica pedagógica permite “uma vinculação eficaz entre escola e a realidade rural dos jovens” (QUEIROZ, 2004, p. 42), bem como concretiza uma articulação entre a teoria e a prática. Neste sentido, a educação em alternância rompe com o paradigma da educação tradicional.

Entre as iniciativas voltadas para a formação de jovens rurais está o CEDEJOR que se dedica a uma formação continuada e integral do jovem rural. Essa formação visa à inserção dos jovens nos espaços de oportunidades em que se encontram as suas Unidades Familiares nos territórios.

Ao longo das últimas quatro décadas, as organizações que investem em projetos educativos, que têm como público-alvo os jovens rurais construíram um importante acervo de referências. O trabalho dessas organizações foi fundamental para a criação do Cedejor, uma instituição que atua em quatro núcleos distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Essa associação foi criada em 2001, como resultado dos debates em torno da implementação do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) do Instituto Souza Cruz. O PEJR, elaborado em 2000, evoluiu desde então, sistematizando referências pedagógicas em Educação do Campo, com o objetivo de multiplicar soluções criativas direcionadas à causa e à realidade local das diversas juventudes rurais.

O Cedejor, associação civil sem fins econômicos, de caráter beneficente, assistencial, educacional, social e cultural, foi constituído em 2001 e reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁹ em novembro de 2002. A missão do Cedejor

⁹ A Lei N° 9.790, de 23 de março de 1999 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Pela referida Lei as OSCIPs podem executar projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços

é: “Contribuir para a formação de jovens empreendedores – Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs) – através de iniciativas educacionais e da consolidação de parcerias interinstitucionais que promovam o desenvolvimento sustentável de territórios rurais”. É sua visão: “Jovens protagonizando ações e processos participativos que contribuem para o desenvolvimento e a sustentabilidade dos territórios rurais” (CEDEJOR, 2009). Dessa maneira, a organização busca, por meio dos jovens, promover o desenvolvimento do território por intermédio de ações empreendedoras e protagonizadas pelos jovens e também promover que eles estabeleçam redes de relações das quais venham participar ou tecê-las. Busca também a sustentabilidade e, conseqüentemente, a melhoria na qualidade de vida de suas comunidades (CEDEJOR, 2009).

Com dez anos de atividades ininterruptas, continua sua atuação nos três Estados do Sul do Brasil, atingindo aproximadamente 45 municípios nos territórios Vale do Rio Pardo¹⁰ (no Rio Grande do Sul); Território Encostas da Serra Geral¹¹ (em Santa Catarina); Território Centro-Sul do Paraná¹² e Território Caminhos do Tibagi¹³, no Paraná, conforme ilustrado na figura 3.

intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins. Dispõe ainda de um Termo de Parceria, considerado como instrumento possível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes.

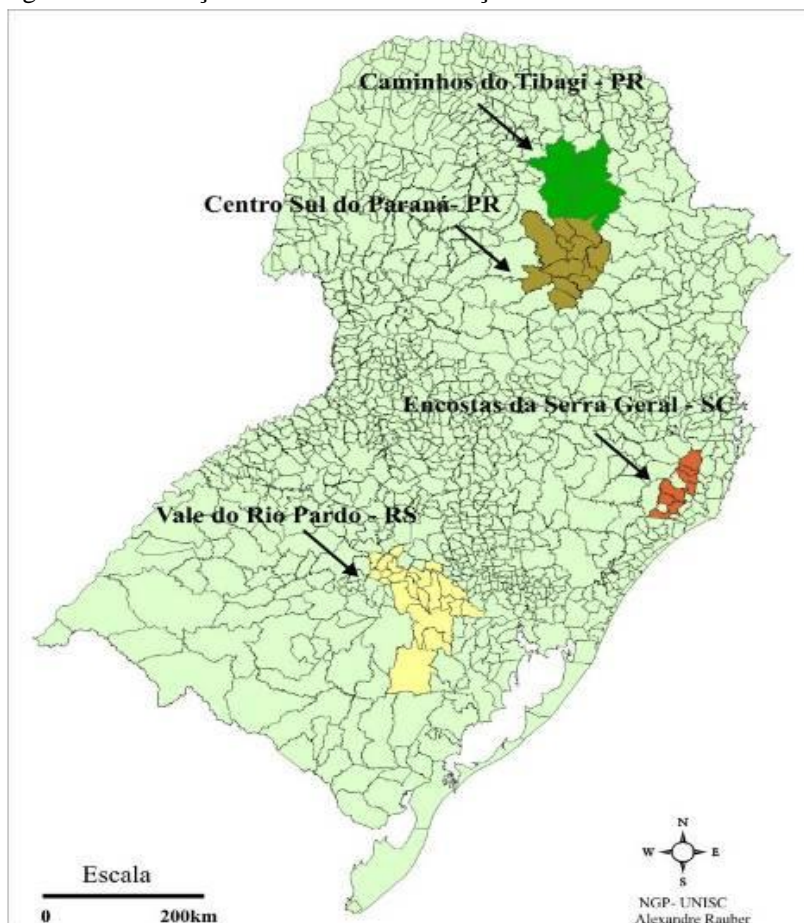
¹⁰ O CEDEJOR teve sua origem no Rio Grande do Sul e sua fundação oficial foi datada em 23 de julho de 2001. Foram formados oito turmas até o ano de 2011 e 166 jovens ADRs.

¹¹ Data de fundação em 10 de dezembro de 2002. Com 06 turmas até o ano de 2011 formando 115 ADRs. Para essa pesquisa utilizaremos os jovens formados até o ano de 2010, um total de 97. http://www.Cedejor.org.br/ctms/2/18/santa_catarina Acesso em 12 de junho de 2012.

¹² Data de fundação em 05 de julho de 2004. Seis turmas até o ano de 2011, formando 92 ADRs. http://www.Cedejor.org.br/ler/2/19/55/Cedejor_centrosul_do_parana_e_caminhos_do_tibagi Acesso em 12 de junho de 2012.

¹³ A coordenação do PEJR no Território Caminhos do Tibagi iniciou em 2011, pois 2010 estava sobre outra coordenação. Formaram-se 2 turmas e 51 ADRs.

Figura 3 Localização dos centros de formação do CEDEJOR



Fonte: Departamento de geoprocessamento da UNISC. Maio de 2011.

O Cedejor tem seus centros de formação nos municípios de Rio Pardo/RS; LauroMüller/SC, Guamiranga/PR e Tibagi/PR. Nesses municípios também desenvolvem outros projetos e programas com outras organizações¹⁴. São eles □ Projeto Jovem Rural em Movimento; Projeto Gestão, Trabalho e Renda; Projeto de Soberania Alimentar; Projeto Juventude Rural em Movimento e o Projeto Juvenil Chão de

¹⁴ Informações que podem ser encontradas em: http://www.Cedejor.org.br/ctms/7/23/projetos_institucionais. Acesso em 16 de novembro de 2012.

Sonhos. Esses projetos foram desenvolvidos em parceria com Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Fundação Oi Futuro, o Instituto Souza Cruz e Prefeituras Municipais dos territórios de atuação do Cedejor¹⁵.

Na figura abaixo podemos ver as ações executadas pelo Cedejor e seus apoiadores nos territórios de atuação em um período de 10 anos.

Figura 4 Ações executadas pelo Cedejor e seus apoiadores

| AÇÃO | APOIADORES | ANO |
|---|--|-----------|
| Projeto Redes no Campo | Conselho Municipal da Criança | 2010 |
| Resultados: 300 crianças, adolescentes e adultos fizeram curso de informática; acesso aos serviços de informática e internet para agricultores e alunos das escolas mais próximas. | | |
| Projeto Jovem Rural em Movimento | Ministério do Desenvolvimento Agrário | 2009-2010 |
| Resultados: 1200 jovens beneficiados / 10 coletivos juvenis formados / 2 Seminários de Juventude realizados | | |
| Projeto Gestão, Trabalho e Renda | Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná / SETI | 2008-2010 |
| Resultados: 75 jovens beneficiados / 33 projetos de geração de renda elaborados / 1 feira de comércio solidário implantada / 22 projetos de geração de renda implantados | | |
| Projeto de Soberania Alimentar | Universidade Estadual do Rio Grande do Sul / UERGS (RS) e Emater-RS | 2008-2009 |
| Resultados: 45 famílias de Agricultores beneficiadas / 3.000 cartilhas publicadas | | |
| Projeto Juventude Rural em Movimento | Sebrae (SC) e Instituto Souza Cruz | 2006-2008 |
| Resultados: 900 jovens beneficiados / 1 Fórum de Juventude Implantado / 1 Plano Municipal de Juventude Implementado | | |
| Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural | Instituto Souza Cruz e Prefeituras Municipais | 2001-2010 |
| Resultados: 280 jovens formados como Agentes de Desenvolvimento Rural | | |

Fonte: Plano de desenvolvimento institucional, obtido no site do Cedejor

Além dos programas e projetos, essa instituição promove ações para a comunidade, tais como: Acampamento da Juventude; Encontro Nacional de ADRs; Seminários de Juventudes; Entardecer Cultural, dentre outros.

¹⁵ Informações que podem ser encontradas em <http://www.Cedejor.org.br/ctms/1/17/parceiros>. Acesso em 16 de novembro de 2012.

3.5 A FORMAÇÃO DOS JOVENS DO CEDEJOR E OS PROJETOS DE EMPREENDEDORISMO

A formação oferecida no Cedejor é para jovens rurais de 16 a 29 anos de idade, residentes nos municípios que compõem o território de atuação do Centro de Formação. A principal formação oferecida como vimos no texto anterior é um programa educacional – PEJR. Segundo o documento de trabalho, por suas concepções o PEJR é definido a partir de sua especificidade em relação a programas de formação educacional para brasileiros, direcionados a jovens rurais originários de formas diversas de agricultura familiar (Documento de Trabalho PEJR, 2010). Ainda segundo esse documento:

As concepções desse programa são fundamentadas em pressupostos sobre a ressignificação do ensino do campo – em um contexto de revisão das concepções sobre desenvolvimento rural e sobre o papel dos jovens, filhos e filhas de agricultores familiares nas dinâmicas de empreendedorismos socioeconômico dos territórios rurais. Tais concepções orientam a definição da missão do PEJR, dos seus objetivos, metas e impactos para a formação de Agentes de Desenvolvimento Rural. (Documento de Trabalho PEJR, 2010, p. 2).

A formação nesse programa ocorre em um período de 15 sequências de alternância, distribuídas em três ciclos de Formação ao longo de um ano, alternando a cada mês uma semana presencial no Centro de Formação e duas semanas de convívio no meio sócio profissional, nas unidades familiares ou território. Os dois tempos e espaços são integralmente utilizados na formação. Durante a semana presencial no Centro de Formação, os jovens participam de atividades que envolvem a teoria e a prática (Documento de Trabalho PEJR, 2010).

O PEJR pressupõe o desenvolvimento de um projeto pedagógico orientado pela Pedagogia da Alternância, que possibilita uma organização de conteúdos, tempos e espaços de formação, sintonizados com o eixo articulador – o empreendedorismo do jovem rural que busca orientar para uma estrutura de temas focados na agricultura familiar, na juventude rural e no desenvolvimento rural sustentável e solidário com

enfoque territorial. Esses temas são tratados como eixos temáticos¹⁶ que veremos em seguida.

A característica do PEJR é que sua proposição responde às necessidades e às tendências do novo contexto do rural brasileiro, focalizando a qualificação social e profissional como um projeto de futuro. Esse programa educacional se fundamenta na multifuncionalidade da agricultura, na diversificação e na pluralidade das atividades agrícolas, opondo-se à especialização dos sistemas produtivos (Documento de Trabalho PEJR, 2010).

Assim, segundo esse documento, o processo educativo se estrutura pela concepção de formação continuada e integral. Formação continuada porque o programa irá proporcionar uma formação profissional visando à inserção dos jovens nos espaços de oportunidades em que se encontram as suas unidades familiares nos territórios. Pela formação integral o programa é estruturado por três abordagens: i) integração do jovem com a UF e com o território; ii) a formação pelas diretrizes humana, gerencial e técnica; iii) a organização do ensino pela sessão no Centro de Formação e pela sessão no meio vivencial. Essa integração considera diferentes tempos e espaços do saber e do trabalho e são referencias que irão conduzir o trabalho dos educadores.

Os educadores têm um papel muito importante, pois precisam desenvolver habilidades que permitam ao jovem identificar os fatores necessários para desenvolver o território e as condições de vida das suas famílias, procurando articular o tema com as experiências dos jovens, tendo em vista a construção dos saberes para realizar as intervenções.

Nesse aspecto os eixos temáticos (e não conteúdos curriculares, ou disciplinas tradicionais), permitem uma formação diferenciada a esse jovem.

A juventude rural como um dos eixos temáticos vai definir as especificidades dessa juventude na sociedade e a diversidade de papéis que ela assume nos processos de transformação e desenvolvimento dos territórios. Esse tema, que no documento de trabalho do PEJR é denominado “Desenvolvimento das Identidades e de Valores”, está focado nos efeitos das condições de vida diferenciadas dos jovens sobre seus projetos de vida, procurando promover uma reflexão sobre as

¹⁶ Eixos Temáticos são os temas centrais pelos quais a formação estrutura e organiza os Conteúdos Temáticos de modo a conferir orientação e coerência aos diferentes enfoques (Documento de Trabalho PEJR , 2010, p. 37).

relações de poder com base em diferenciações de gênero e geração dentro da família e das Unidades Familiares.

A agricultura familiar, outro eixo temático, adquire no PEJR o significado de “Unidade Familiar”. Será a transversalidade de conteúdos que irá caracterizar essa UF como uma unidade produtiva, protagonista de um modelo alternativo de desenvolvimento rural, sustentável e solidário com enfoque territorial. O PEJR busca compreender:

(...) os projetos de vida coletivos e individuais presentes na família, assinalando que os jovens, pelo processo de formação educacional, podem encontrar no meio rural espaço para o desenvolvimentos de seus projetos de vida, estando os mesmos relacionados ou não com a UF. (...)esse eixo temático explora as diferentes estratégias de reprodução social dos indivíduos que compõem a família rural e a UF (Documento de Trabalho PEJR, 2010, p. 38).

O eixo temático do desenvolvimento rural sustentável e solidário com enfoque territorial estende a concepção de desenvolvimento incorporando o sustentável e o solidário à sua caracterização para reforçar o compromisso com o respeito ao meio ambiente e com a promoção da justiça social. O desenvolvimento rural orienta a formação pautado pelo desenvolvimento dos territórios rurais capacitando os jovens e suas famílias com conhecimentos, habilidades e competências para criar e aproveitar as oportunidades oferecidas pelos territórios e pelas políticas públicas e a empreender novas oportunidades.

Na figura 5, é possível visualizar os eixos temáticos e os conteúdos temáticos que irão dar sustentação ao processo de formação dos jovens no PJER.

Figura 5: Estruturação curricular: Eixos temáticos, Diretrizes Curriculares e Conteúdos temáticos do PEJR.

| DIRETRIZES CURRICULARES EIXOS TEMÁTICOS | FORMAÇÃO HUMANA | FORMAÇÃO TÉCNICA | FORMAÇÃO GERENCIAL |
|---|---|---|--|
| JUVENTUDE RURAL | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Valores culturais na agricultura familiar ❖ Jovens e valores culturais na agricultura familiar em mudança ❖ Juventude e o cenário nacional ❖ Juventude e os valores da geração ❖ Valores da juventude e conflito de gerações ❖ Juventude e valores culturais: justiça, oportunidade, igualdade, bem-estar coletivo | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Jovem como componente da formação familiar ❖ Agricultura familiar e alternativas para os jovens rurais ❖ Território e agricultura familiar como alternativas para os jovens | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Ler, interpretar e argumentar ❖ Escrever, diagnosticar e propor ❖ Comunicação, Internet e sociedade em rede ❖ Empreendedorismo na agricultura familiar ❖ Protagonismo na agricultura familiar ❖ Empreendedorismo e Protagonismo no território |
| AGRICULTURA FAMILIAR | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Organização das famílias e as competências locais ❖ Relações primárias: família e vizinhança ❖ Tendência demográfica e constituição das famílias ❖ Lazer na agricultura familiar | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Sistemas agrários e padrões de apropriação ❖ Produtos e serviços da agricultura familiar ❖ Apropriação e sistemas agrários convencionais ❖ Apropriação e sistemas agrários alternativos: tecnologia adaptativa, orgânica e agroecológica | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Sucessão e transmissão do patrimônio na AF ❖ Gestão e administração na agricultura familiar ❖ Rede de produtores e de produtos da AF ❖ Contratos e relações formais ❖ Organizações intermediárias |
| DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO COM ÊNFASE TERRITORIAL | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Educação continuada ❖ Solidariedade, cooperação, ação coletiva, confiança, redes e parcerias ❖ Inclusão social ❖ Cidadania ❖ Ética | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Segurança alimentar e nutricional, alimentos seguros e funcionais ❖ Cadeias produtivas ❖ Agricultura e atividades não agrícolas ❖ Políticas públicas para a agricultura familiar | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Padrões de propriedade da terra ❖ Articulação da gestão com os serviços do território ❖ Criação e participação em Associações e Cooperativas ❖ Perfil das novas profissões |

Fonte: documento de trabalho do PEJR, 2010, p. 41

Podemos observar nessa figura que temos mais um elemento na formação dos jovens que são as Diretrizes Curriculares. Essas diretrizes de formação são os princípios que estruturam e orientam a formação, que possibilitam o foco do trabalho com os eixos temáticos. Essas diretrizes envolvem a formação humana, a formação técnica e a formação gerencial que, na transversalidade dos eixos temáticos, fortalecem a formação integral dos jovens.

A formação humana está embasada na educação para valores e no incentivo à responsabilidade social. Esta diretriz orienta a formação para investir na transformação das condições dos jovens rurais por meio do fortalecimento da autoestima, autoconfiança e autorrealização, incentivando os jovens a se perceberem como sujeitos capazes de intervir na sociedade e colaborar para transformá-la, capazes de contribuir para a resolução dos problemas coletivos, principalmente aqueles que estão relacionados às questões ambientais e à realidade socioeconômica.

Na diretriz técnica estão contemplados os conhecimentos para inovação das práticas aplicadas às unidades familiares e em seus territórios, tendo como finalidade melhorar as condições de produção, de beneficiamento, de agregação de valor, de transformação e de comercialização de bens e na criação ou melhoria de serviços, para influenciar positivamente na renda e nas condições de vida dos jovens rurais e suas famílias. No programa são contemplados temas para o desenvolvimento de empreendimentos rurais agrícolas, pluriativos ou não agrícolas, possibilitando que o jovem vislumbre potencialidades no seu território. Por isso é importante nesse eixo técnico “a análise da realidade do território, das UFs e das políticas públicas e privadas destinadas aos temas em discussão, vinculando conhecimentos e pesquisas pessoais com conhecimentos elaborados e adquiridos no processo educativo do PEJR” (Documento de Trabalho do PEJR, 2010, p. 40).

A diretriz de Formação Gerencial introduz, na formação do jovem, os procedimentos técnicos e os instrumentos que permitem ao jovem realizar um diagnóstico das oportunidades na UF e no território, bem como o plano de melhorias, para a elaboração de um planejamento direcionado a um empreendimento social, econômico ou cultural, o Projeto do Jovem Empreendedor Rural (PJER). Os temas desse eixo tratam da concepção do projeto até sua realização. Portanto, recupera questões sobre o empreendedorismo, gestão, planejamento, parte técnica, cadeias produtivas, redes de cooperação, políticas públicas etc. Esses são temas complexos e fundamentais para qualquer projeto e nesse caso se relacionam diretamente aos projetos dos jovens.

Durante as sequências de alternância os jovens vão desenvolvendo o PJER, que é um instrumento pedagógico da alternância. Este projeto é complementar a formação e é desenvolvido em etapas, de acordo com os conteúdos temáticos trabalhados. Ele é um instrumento de pesquisa, de reconhecimento das práticas familiares e de

aplicação dos conteúdos temáticos. Esse instrumento tem princípios que estão relacionados segundo o documento de trabalho do PEJR (2010):

- i) À apreensão das experiências vividas pelos jovens e suas famílias, de modo a interagir os conhecimentos e saberes acumulados nestes processos com os conteúdos do processo de formação do PEJR. Trata-se da interação entre saberes diferentes construídos pela experiência e aqueles possibilitados, na formação em alternância, pelos conteúdos técnico-científicos;
- ii) À fundamentação teórica da elaboração do projeto como instrumento de intervenção e projeção do jovem na UF ou no território;
- iii) Ao direcionamento das ações formativas para agregar os diferentes saberes ao processo de identificação das necessidades de mudança (nas UF e nos territórios) e construção dos diagnósticos que orientarão e fundamentarão à elaboração dos PJER; e
- iv) À utilização do PJER como um dos componentes de avaliação da aprendizagem dos jovens ao longo do processo de formação, considerando o projeto como uma ação do processo de formação. (Documento de Trabalho PEJR., 2010, p.35).

Ainda de acordo com o documento, é importante na elaboração do PJER um processo de formação que possibilite aos jovens capacidades para coletar, organizar, sistematizar informações das suas UFs ou as unidades ou espaços nos quais serão realizados os projetos. Também será preciso identificar, diagnosticar as necessidades desses espaços onde serão realizados os projetos em termos de valores, riscos, aprendizados a partir das experiências vividas e será necessário fundamentar teoricamente os dados, as informações, os valores, os riscos assumidos, as experiências positivas e as negativas vivenciadas.

Antes de fazer a caracterização dos projetos dos jovens, irei abordar o tema empreendedorismo, que na formação do PEJR, “é compreendido como uma ação protagonista que visa realizar, pela inovação, determinadas mudanças socioeconômicas, com graus variados de amplitude, vinculadas à geração de valores, produtos, processos ou oportunidades para o desenvolvimento” (Documento de Trabalho do PEJR, 2010, p.21). Segundo Kanter (1988), o jovem empreendedor é aquele que identifica oportunidades, toma iniciativas, motiva, mobiliza,

organiza e coordena ações, assumindo riscos para promover mudanças perseguidas por coletividades. Nesse sentido, a noção de empreendedorismo se afasta de conotações usuais, passando a ser compreendido como um fenômeno econômico, sociocultural e político, superando um significado estritamente econômico, projetando a ação empreendedora à produção de bens materiais e não materiais e de serviços com objetivos individuais, mas principalmente coletivos e sociais.

As concepções de empreendedorismo trazidas por Fernando Dolabela e Jacques Filion nos proporcionam uma amplitude desse conceito. Para Dolabela (2002), o que mais importa no sujeito empreendedor é a maneira como ele percebe o mundo. Dessa forma pode haver um empregado empreendedor, o pesquisador empreendedor, o funcionário público empreendedor, o empreendedor comunitário etc. Todos podem aprender a ser empreendedores e entre as principais características do empreendedor estão: a visão de futuro quanto ao seu negócio, a disposição para transformar o sonho em realidade, a disposição para correr riscos calculados e a disposição para adquirir as ferramentas necessárias para levar adiante seus objetivos. Em síntese, para Dolabela o empreendedor é aquele que identifica oportunidades de negócio, define contextos, visualiza situações e determina objetivos para operacionalizar as oportunidades.

A teoria visionária de Jacques Filion, segundo Dolabela (1999), afirma que “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões, (...) a visão é uma imagem projetada no futuro, do lugar onde quer chegar e do tipo de organização necessária para consegui-lo” (DOLABELA, 1999, p. 75-76). A visão relaciona-se com outros elementos e juntos constituem o processo visionário. O elementos são: o conceito de si que é a imagem que cada pessoa tem de si mesma que relaciona a autoestima com os valores, com a concepção de mundo, de trabalho e com a motivação; energia que se refere à capacidade de dedicação e comprometimento para realizar o sonho; liderança é a capacidade de comunicar a visão de futuro e de multiplicar esse sonho; compreensão do setor significa ter informações sobre a forma como funciona, vantagens competitivas, mercado consumidor, concorrência ou outras iniciativas semelhantes a que está sendo planejada; relações são a capacidade de estabelecer uma rede de relações sociais, aliar-se a quem conhece o assunto.

A concepção de empreendedorismo aqui adotada tem vertentes teóricas que não dão conta de explicar o viés individual na utilização da noção do termo que acaba depositando no jovem a resolução de seus

problemas. Como se o sucesso e o fracasso dependessem exclusivamente da sua competência individual.

Nesse sentido remeto ao leitor a autores como Willmot e Adler. Autores que têm uma visão crítica em relação ao conceito de empreendedorismo.

Ao elaborarem seus projetos de empreendimento os jovens identificam as necessidades e demandas na UF e no território, verificando a disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros. Estudam os espaços de oportunidades para a implantação dos projetos. Ao identificar necessidades e oportunidades podem visualizar o campo de atuação e realizar o planejamento, a elaboração e a execução dos seus projetos.

Para compreendermos como os jovens realizam suas escolhas, no próximo capítulo abordaremos quais são os aspectos que influenciam a decisão deles pelo desenvolvimento ou não de seus projetos de empreendedorismo em atividades agrícola e não agrícolas.

4 O CONTEXTO DA PESQUISA, CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS PESQUISADOS E DAS UNIDADES FAMILIARES

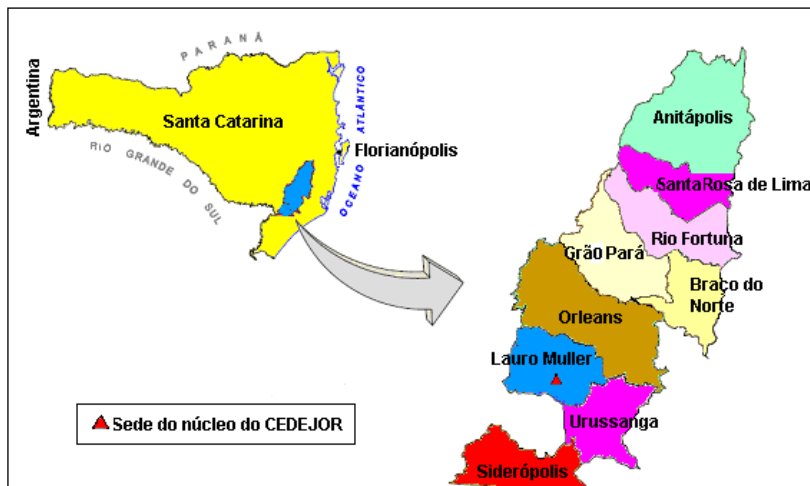
4.1 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Estado de Santa Catarina está localizado na macrorregião Sul do Brasil, encontra-se dividido em seis mesorregiões geográficas. Está formado por 295 municípios, divididos geograficamente em vinte microrregiões geográficas: Araranguá, Blumenau, Campos de Lages, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Itajaí, Ituporanga, Joaçaba, Joinville, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Tabuleiro, Tijucas, Tubarão e Xanxerê (IBGE, 2011).

A pesquisa foi realizada nas microrregiões geográficas de Tubarão e Criciúma, no Sudeste Catarinense. Os municípios que fazem parte da pesquisa estão localizados nas Encostas da Serra Geral (Figura 6). Essa região faz parte de um corredor ecológico localizado entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Os municípios da pesquisa compõem a área de atuação do centro de Formação do Cedejor de Santa Catarina, cuja sede é na cidade de Lauro Müller. Os jovens que realizam sua formação no Cedejor residem nos municípios de Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Gravatal, Rio Fortuna, Braço do Norte, Grão Pará, São Ludgero, São Martinho, Armazém, Orleans, Urussanga, Pedras Grandes e Lauro Müller.

Essa área de atuação do Cedejor, conforme figura que segue, abrange municípios de três microrregiões geográficas. Lauro Müller, juntamente com o município de Urussanga, pertence à microrregião de Criciúma. As cidades de Rio Fortuna, Grão-Pará, Santa Rosa de Lima, Braço do Norte, São Ludgero, Orleans, Pedras Grandes, Gravatal, São Martinho e Armazém compõem a microrregião de Tubarão. O município de Anitápolis faz parte da microrregião do Tabuleiro. Nos treze municípios integrantes da área de abrangência do Cedejor das ESGs a maioria dos jovens egressos é oriunda dos municípios de Lauro Müller, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, por isso optou-se por fazer o recorte do estudo nesses três municípios, assim como as entrevistas e o levantamento de dados, sobre as características sociais e econômicas da sua população.

Figura 6 - Localização e municípios de abrangência do Cedejor das ESG



Fonte: site do Cedejor (2012).

Os municípios selecionados para análise estão em um processo de estabilização de sua população, diferentemente do fenômeno que acontece em outras regiões do interior de Santa Catarina que é a migração de parcela significativa da população nas últimas décadas. A partir dos dados da Tabela 1, pode-se entender esta tendência de estabilização demográfica para os municípios, sobretudo quando comparados com a evolução da população do Estado. Se em 1970 os municípios representavam quase 1% da população estadual, em 1980 este percentual cai significativamente. A partir de 1991 verifica-se uma recuperação populacional.

Tabela 1 – População por município e de Santa Catarina de 1970 à 2010

| Municípios/Ano | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Lauro Müller | 15.574 | 13.220 | 13.936 | 13.604 | 14.367 |
| Rio Fortuna | 4.440 | 4.010 | 4.174 | 4.320 | 4.446 |
| Santa Rosa de Lima | 1.772 | 1.723 | 1.896 | 2.007 | 2.065 |
| Total dos municípios | 21.786 | 18.953 | 20.006 | 19.931 | 20.878 |
| Santa Catarina | 2.901.660 | 3.628.292 | 4.541.994 | 5.356.360 | 6.248.436 |

Fonte: Censos demográficos do IBGE de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Os municípios do território das Encostas da Serra Geral possuem baixa densidade populacional¹⁷ – e de acordo aos critérios da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) seriam rurais. Nesse caso é importante verificar como se expressa a ruralidade nessa região e como se apresentam os aspectos relacionados às características da atividade agrícola, às condições em que se desenvolve a agricultura, aos fatores de produção disponíveis, aos sistemas de produção adotados e às peculiaridades do trabalho na agricultura.

Verifica-se, na Tabela 2, que a migração da população se manifesta em todos os municípios, sobretudo em Lauro Müller, onde ocorre uma diminuição da população rural no período que se estende desde os anos 70, ou seja, sua população residente é significativamente urbanizada. A realidade dos outros dois municípios é diferenciada, sua população ainda é eminentemente rural. Nesses termos, tem-se o caso emblemático de Santa Rosa de Lima que, no ano de 2010, possuía 74,9% de habitantes residindo no campo.

Tabela 2: População Rural e Urbana dos municípios pesquisados.

| população por município | População em 1970 | | | | População em 1991 | | | | População em 2010 | | | |
|-------------------------|-------------------|--------------|---------------|--------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|--------------|--------------|-------------|
| | Urbana | | Rural | | Urbana | | Rural | | Urbana | | Rural | |
| | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % |
| L. Müller | 5.898 | 38,87 | 9.676 | 62,13 | 9.818 | 70,45 | 4.118 | 29,55 | 11.106 | 77,30 | 3.261 | 22,69 |
| Rio Fort | 487 | 10,97 | 3.953 | 89,03 | 1.000 | 23,96 | 3.174 | 76,04 | 1.523 | 34,25 | 2.923 | 65,74 |
| S. Rosa L. | 44 | 2,48 | 1.728 | 97,52 | 332 | 17,51 | 1.564 | 82,49 | 518 | 25,1 | 1.547 | 74,9 |
| Total mun. | 6.429 | 29,51 | 15.357 | 70,49 | 11.150 | 55,73 | 8.856 | 44,27 | 13.147 | 25,08 | 7.731 | 74,9 |

Fonte: Censos demográficos do IBGE de 1970, 1991 e 2010.

A questão da migração sempre está na pauta dos pesquisadores e no caso da migração das mulheres há um fator de preocupação, sobretudo em regiões com áreas urbanizadas distantes do local de moradia, pois dessa forma elas estão sobre a constante ameaça de abandonar o campo em busca de trabalho. É importante verificar o fato de que, em todos os municípios ora abordados, a pesquisa do IBGE no ano de 2010 continua apontando para uma maior população masculina, como é possível verificar na tabela abaixo.

¹⁷ A OCDE leva em consideração, para uma comunidade ser considerada urbana, a existência de uma população acima de 150 hab/km². Com base nesta definição, 70% dos municípios brasileiros têm densidade demográfica inferior a 40 hab/km². Nesse aspecto, apenas 411 municípios dos 5.507 existentes no Brasil seriam considerados urbanos.

Tabela 3: População masculina e feminina por município pesquisado e em Santa Catarina.

| Abrangência geográfica | 1970 | | | | 1991 | | | | 2010 | | | |
|------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Masculina | | Feminina | | Masculina | | Feminina | | Masculina | | Feminina | |
| | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % |
| L. Müller | 7.698 | 49,40 | 7.876 | 50,5 | 7.004 | 50,3 | 6.932 | 49,7 | 7.187 | 50,02 | 7.180 | 49,97 |
| Rio Fort | 2.312 | 52,00 | 2.128 | 47,9 | 2.208 | 52,9 | 1.966 | 47,1 | 2.294 | 51,59 | 2.152 | 48,40 |
| S. Rosa L. | 899 | 50,70 | 873 | 49,3 | 971 | 51,2 | 925 | 48,7 | 1.092 | 52,88 | 973 | 47,11 |
| Total mun. | 10.909 | 50,07 | 10.877 | 49,93 | 10.183 | 50,9 | 9.823 | 49,10 | 10.573 | 50,64 | 10.305 | 49,35 |
| SC | 1.462.923 | 50,41 | 1.438.923 | 49,59 | 2.275.714 | 50,46 | 2.266.280 | 49,9 | 3.100.360 | 49,62 | 3.148.076 | 50,38 |

Fonte: Censos demográficos do IBGE de 1970, 1991 e 2010.

Outro fator a ser levado em consideração nessa região é a filiação dos agricultores em várias instituições. Esse dado geralmente é indicio de possibilidades de desenvolvimento local e territorial – através da potencialização das relações sociais e das iniciativas de desenvolvimento¹⁸. É possível verificar (Tabela 4), as várias organizações sociais às quais os agricultores estão filiados. Podem ser observadas a filiação às Cooperativas, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs), ao Sindicato Rural e ao Clube de Mães, com respectivas diferenças entre os municípios. A partir dessas filiações, poderíamos pensar que a atividade social é mais intensa, mas é muito importante realizar uma análise mais de perto desses dados. Se por um lado há um número significativo de filiações, por outro verificamos que o envolvimento efetivo nessas organizações por vezes é pontual. Podemos citar como exemplo os sindicatos sobre os quais os jovens relataram que são filiados somente para utilizar os serviços assistenciais ofertados como dentista e médico. É importante registrar que a filiação formal a um Sindicato Rural é pré-requisito para obtenção da aposentadoria, mas isso não os vincula com os problemas dos agricultores.

¹⁸ Abramovay (2000), Amartya Sen (2000), e autores da Pedagogia da Alternância, aderem a este pressuposto da importância das relações sociais mais densas como um fator de desenvolvimento.

Tabela 4 – Participação de membros da família em estabelecimentos associativos

| Abrangência geográfica | Cooperativa | | Sindicato Trab. Rurais | | Sindicato Rural | | Ass. de Agricultores | | Grupo de Jovens | | Clube Social | | Clube de Mães | | Outros | |
|------------------------|-------------|--------------|------------------------|--------------|-----------------|--------------|----------------------|-------------|-----------------|-------------|--------------|------------|---------------|-------------|-----------|-------------|
| | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % |
| L. Müller | 257 | 50,89 | 28 | 5,54 | 158 | 31,29 | 3 | 0,59 | 7 | 1,39 | 3 | 0,5 | 16 | 3,17 | 33 | 6,54 |
| Rio Fort | 16 | 3,54 | 217 | 48,01 | 14 | 3,1 | 23 | 5,09 | 29 | 6,42 | 7 | 1,5 | 113 | 25 | 33 | 7,29 |
| S. Rosa L. | 139 | 30,48 | 184 | 40,35 | 10 | 2,19 | 7 | 1,54 | 9 | 1,97 | 14 | 3 | 63 | 13,82 | 30 | 6,58 |
| Total mun. | 412 | 29,16 | 429 | 30,36 | 182 | 12,88 | 33 | 2,34 | 45 | 3,18 | 24 | 1,7 | 192 | 13,6 | 96 | 6,79 |
| SC | 35.545 | 22,19 | 54.008 | 33,72 | 15.193 | 9,49 | 9.700 | 6,06 | 4.272 | 2,67 | 12.915 | 8,06 | 16.334 | 10,2 | 12.221 | 7,63 |

Fonte: LAC 2005 (Adaptado)

No que se refere à filiação às cooperativas e associações, as participações também são formais, sem gerar vínculos multiplicadores que se expressam em laços sociais e políticos comprometidos com a coletividade. Muitas vezes é exclusivamente para fins econômicos, e, geralmente, suas atividades reduzem-se a ações pontuais como cooperados ou associados. De acordo com um jovem de Santa Rosa de Lima, de 22 anos, *“tenho muito trabalho na propriedade e não sobra tempo para ir para as atividades da associação”* e com uma moça dessa mesma cidade *“não tenho interesse de participar, já participei bastante quando estava no Cedejor”*. Uma moça, 30 anos, de Rio Fortuna disse que *“participo somente quando me convidam, já fui em visita técnica e também na Marcha das Margaridas em Brasília”*¹⁹

No caso do clube de mães, é interessante notar que o número de participantes em Santa Rosa de Lima e em Rio Fortuna, que são municípios rurais, é bem diferenciada de Lauro Müller. Talvez naqueles municípios os clubes sejam os únicos espaços de socialização para as jovens e mulheres do campo. Esses clubes são vivenciados como espaços de lazer, de cursos que propiciam que saiam da UF, das atividades do cotidiano, que são muitas vezes restritas à vizinhança.

Outras organizações são muito importantes nessa região, como é o caso da Agreco e da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. Com a criação da Agreco, o Santa Rosa de Lima passou a ser referência no País na produção e comercialização de produtos orgânicos e a Acolhida na Colônia tornou o município conhecido internacionalmente por estar no guia da *Accueil Paysan* (Acolhida Camponesa), entidade

¹⁹ A Marcha das Margaridas é uma ação das mulheres do campo e da floresta para conquistar visibilidade, reconhecimento social, político e cidadania plena. Essa é uma ação Coordenada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. (obtido via internet)

francesa de divulgação do agroturismo (AMUREL, 2009). Embora tenham surgido em Santa Rosa de Lima, essas associações têm como filiados muitos agricultores de Grão-Pará, Rio Fortuna e Anitápolis. Outro fator importante nesse território é a participação e o envolvimento dos jovens nos fóruns municipais da juventude, nos planos municipais para a juventude e nos grupos de jovens.

Contudo, esse desenvolvimento somente ocorre a partir da década de 1990, quando houve a mobilização de atores sociais para iniciar um projeto de desenvolvimento que mudou o cenário da região. Foi criada a AGRECO, uma entidade pluralista voltada à geração de ações que visam à produção orgânica e à comercialização organizada e diferenciada (SCHIMDT, 2003). Com isso, há a ampliação do espaço agrícola para um espaço rural, com novas funções, como a preservação de áreas de matas nativas e de nascentes de cursos de água e a criação de novas espaços de lazer.

Essa região promove, além da produção orgânica, outras estratégias para agregar valor ao produto como agroturismo, agroindústrias rurais de pequeno porte, pluriatividade como ecoturismo, turismo de aventura e formação de jovens e agricultores. Abramovay (2000), ao discutir o desenvolvimento rural sob a perspectiva territorial, destaca que uma característica sempre presente nos locais mais dinâmicos, sob o ponto de vista econômico e social, é a capacidade de promover iniciativas inovadoras que, por sua vez, dependem das formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir.

Segundo Schmidt (2003), outras organizações estruturam-se juntamente com a Agreco como a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, o Centro de Formação em Agroecologia, a Cooperativa de organização da produção da rede de agroindústrias de pequeno porte e da comercialização (Cooperagreco), a Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS), a Cooperativa de Técnicos Aliar e a Associação Ecovilas das Encostas da Serra Geral.

Essas iniciativas promovem um estímulo à introdução de novas atividades econômicas derivadas da atividade primária que se mostram viáveis no espaço rural. Pequenas e médias agroindústrias de leite, suínos, frutas, conservas, sucos, voltadas para um mercado próximo, pequenas e médias indústrias de móveis, equipamentos mecânicos, utensílios domésticos, entrepostos comerciais, turismo e outras. Uma

busca por atividades que proporcionem o desenvolvimento dos projetos de vida da população local e dos projetos de empreendedorismo dos jovens rurais residentes nessa região.

4.2 AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NOS MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS E NAS UNIDADES FAMILIARES PESQUISADAS

O litoral Sul foi colonizado a partir da cidade de Laguna, que desencadeou o processo de povoamento do Sul do Estado. Do século XVII até a metade do século XIX, os luso-açorianos fundaram várias vilas e cidades como Tubarão, Imaruí, Imbituba entre outras, no entanto todas ao longo do litoral. Somente na segunda metade do século XIX, iniciou-se a imigração de europeus de outras nacionalidades. Dentre as colônias oficiais, destacam-se as colônias de Azambuja, Grão-Pará e Urussanga. Os germânicos ocuparam trechos mais ao norte, fundando núcleos como Vargem do Cedro, Praia Redonda, Armazém e Gravatal ao longo dos vales dos rios Capivari e Braço do Norte. Mais tarde disseminaram-se por terras mais ao Sul, onde estão os Municípios de Orleans, Lauro Müller e Criciúma.

Quando chegaram à região, os imigrantes encontraram os primeiros habitantes, índios Bugres, Xokleng, Botocudos e Aweikomas, com os quais travaram confrontos, levando à fuga e exterminação dos mesmos.

No final do século XIX e início do século XX, o processo de ocupação do Sul catarinense foi concluído. Nesse período ocorre o nascimento das duas atividades que dominarão a economia da região. Segundo Antunes (2006), o Sul de Santa Catarina é colonial e mineiro, pois se trata da existência de duas regiões, espaços em que a economia do carvão e dos produtos agrícolas se interpenetram. Na microrregião de Tubarão desenvolve-se a economia rural baseada em produtos de autoconsumo e comércio regional, como o milho, o feijão e a mandioca e na microrregião de Criciúma desenvolve-se uma economia mista: a exploração colonial das pequenas propriedades e a economia mineira.

Com o passar dos anos a região polarizada por Criciúma insere-se na dinâmica da economia nacional e internacional por meio do carvão e da cerâmica e a região de Tubarão na dinâmica econômica nacional e regional com o predomínio da produção agropecuária (ANTUNES, 2006).

Segundo Mattei (1999) a região de Criciúma teve a agricultura como atividade principal no início da colonização e mais tarde a

exploração carbonífera dominou o cenário econômico. Predomina na região segundo esse autor um elevado nível técnico nas unidades familiares, com uma forte especialização e um processo de integração na produção de fumo e na criação de suínos. Conforme Paulilo (1990) a instalação de integradoras tanto de suínos como a de fumo de estufa nessa região promoveu um rearranjo das antigas formas de comercialização. A suinocultura, por exemplo, promoveu as pequenas fabriquetas de banha com aparelhagens de produção bem rústicas □ um tacho para derreter o toucinho, cochos para esfriar a banha, balança, depósitos de latas e um tablado para salgar carne.

Nessa região os agricultores têm tradição de combinarem atividades agrícolas com não agrícolas. O pesquisador Alves (2008), na microrregião geográfica de Tubarão nos municípios de Orleans e São Ludgero, constatou o vínculo dos agricultores com as atividades não agrícolas em indústrias de molduras e do ramo do plástico. Os agricultores trabalham nessas indústrias e continuam exercendo as atividades agropecuárias.

Podemos verificar que as três cidades pesquisadas possuem destaques econômicos diferenciados. Em Lauro Müller, com uma população predominantemente urbana, a economia tem sua base na exploração do carvão mineral e a agricultura tem com principais produtos agrícolas o fumo, o milho, o feijão, o arroz, a mandioca e a cana-de-açúcar. Também ocorrem criações de suínos, aves e bovinos de leite.

Os Municípios de Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna são predominantemente agrícolas, tendo como principal fonte de renda das famílias a cultura do fumo. Rio Fortuna, segundo dados do SEBRAE (2010), tem sua base econômica na agropecuária com uma contribuição de 34,1%, a indústria de transformação, com destaque para o setor madeireiro com 23,4% e os serviços com 42,6% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Entre os produtos agrícolas que mais se destacam está o fumo, o feijão, o milho/silagem, a mandioca, o aipim, a batata doce, a melancia, o citrus e também as hortaliças como o tomate, o repolho, a batata inglesa e a cebola. A bovinocultura de leite é outra atividade expressiva, sendo todo leite produzido absorvido por sete laticínios locais. Avicultura, suinocultura, apicultura e piscicultura completam suas atividades econômicas.

Existem ainda no município²⁰ cinco serra fitas e três serrarias especializadas em desdobramento de madeira. Na área industrial destacam-se três fábricas de móveis, duas de esquadrias e três de moldurarias. Fazem parte três agroindústrias que trabalham com cana-de-açúcar e industrialização de hortaliças. Aproximadamente 3% da população é de funcionário público (estadual e municipal). O comércio e indústria absorvem 10% da população que abrange a sede e demais comunidades. Há, ainda, em seu território, o setor de exploração mineral da fluorita, empregando diretamente aproximadamente 10% da população rural por meio período diário.

Em Santa Rosa de Lima,²¹ a agricultura é também a base da economia, sendo o fumo o produto mais cultivado, seguido pela cana-de-açúcar, pela mandioca e pelos cereais (arroz e milho). Na pecuária destacam-se as criações de bovinos de corte, leite e de suínos. Houve também uma ampliação da piscicultura de água doce que é realizada em tanques e açudes. É conhecida como capital catarinense da agroecologia, existindo 41 famílias certificadas na produção de alimentos orgânicos. O Município possui poucas indústrias, sendo possível destacar as extrativistas, no total de oito serra fitas e três marcenarias. Possui, ainda, diversas agroindústrias de pequeno porte, sendo sete que beneficiam produtos agroecológicos vinculados a AGRECO, uma queijaria, uma farinheira, três alambiques, uma padaria convencional e duas padarias artesanais e sete estabelecimentos agroturísticos.

Outro ponto a ser destacado são as várias entidades de abrangência regional com sede nesse município: AGRECO, a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia; o Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral, a CooperAgreco - Cooperativa dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, a Aliar - Cooperativa de profissionais Prestadores de Serviço, a Cresol - Cooperativa de Crédito e a Ecocert-Brasil que é uma certificadora de produtos orgânicos.

As unidades familiares das quais os jovens dessa pesquisa fazem parte são bem diversificadas, reproduzindo uma característica dessa região, principalmente pela combinação da policultivo vegetal com a criação animal, a produção para o autoconsumo alimentar. Predominam

²⁰ Informações obtidas pelo site <http://www.riofortuna.sc/> Acesso em 17 de novembro de 2012.

²¹ Informações obtidas pelo site <http://www.santarosadelima.sc/> Acesso em 17 de novembro de 2012.

nas unidades familiares a lavoura temporária, principalmente de fumo de estufa, a mandioca, o feijão, o milho e o arroz de sequeiro. Na pecuária destacam-se a criação de bovinos de leite, seguido de aves e de suínos e também a piscicultura de água doce. Nas famílias de Lauro Müller predomina o trabalho assalariado nas indústrias de plástico, nas mineradoras e no serviço público. Também ocorre a prestação de serviço como pedreiro, diaristas nas residências ou como trabalhadores rurais em outras propriedades. Nas cidades de Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, as pessoas também trabalham nas atividades que envolvem o agroturismo como hospedagem, alimentação, lazer e esportes e nas agroindústrias com processamento dos alimentos.

Uma característica comum das UF's é a prática da agricultura de autoconsumo alimentar. Conforme depoimento do pai de um jovem, *aqui a gente planta milho, mandioca, batata doce, batata inglesa, cebola, cana-de-açúcar (...)* *A gente trabalha com vaca de leite e o leite é a nossa principal fonte de renda, juntamente com a produção de alevinos* (pai de um jovem da Turma 3/Rio Fortuna). A força de trabalho nessas UF's é basicamente familiar. Em alguns períodos do ano (na entressafra e/ou na colheita), alguns membros da família trabalham em outras atividades fora da UF e para a colheita são contratadas outras pessoas.

Nas atividades não agrícolas, encontramos o agroturismo, a prestação de serviço e a agroindústria. O número de assalariados no grupo familiar entrevistado também é significativo. Ocorre predomínio da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. Em Lauro Müller, das oito UF's entrevistadas, 6 (75%) têm a combinação de atividades agrícolas, e não agrícolas, na cidade de Rio Fortuna das sete UF's entrevistadas em 6 (85,7%) ocorre essa combinação e em Santa Rosa de Lima das 9 UF's pesquisadas, 7 (70%) UF's realizam essa combinação. É importante destacar que em Lauro Müller como a zona rural é muito próximo da urbana, (em distância) e de fácil acesso, a maioria das famílias entrevistadas possui um de seus membros assalariados, pois a mineração e a indústria do plástico nas cidades vizinhas de Orleans e São Ludgero absorvem muitos trabalhadores da região. O depoimento da jovem a seguir ilustra a facilidade de se trabalhar na região e continuar morando na Unidade Familiar:

“(...) o jovem se quiser pode trabalhar em vários lugares, ele pode escolher, as empresas vêm convidar, e ele tem a moto, pode trabalhar na mina e morar em casa com os pais. O meu

namorado é filho de agricultor, não se acertava com os pais, os pais não deram espaço para ele, então ele foi trabalhar na mina. Quando casarmos ele vai continuar na mina e eu na propriedade, assim podemos ter uma renda melhor no início.” (Moça/T5, Lauro Müller).

No Município de Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna a combinação de atividades ocorre no agroturismo e na agroindustrialização. São oportunidades de trabalho e renda para os agricultores familiares, complementares às atividades que já desenvolvem nas UFs. Dos jovens entrevistados três trabalham com produção orgânica de alimentos e um deles é proveniente de família que produz cana-de-açúcar orgânica, beneficiada na propriedade (agroindústria de pequeno porte), e que também desenvolve o agroturismo.

4.3 OPERFIL DOS JOVENS ENTREVISTADOS

Na presente pesquisa foram entrevistados 25 jovens, sendo 12 moças e 13 rapazes. São jovens que escreveram projetos de empreendedorismo na área agrícola e não agrícola, jovens que implantaram e outros que não implantaram os seus projetos. Os jovens são na sua extrema maioria solteiros (90%) e católicos (98 %), com predominância na origem teuto-brasileira (68%), residentes em Lauro Müller (32 %), Rio Fortuna (28 %) e Santa Rosa de Lima (40%). (Tabela 5).

Tabela 5 – Perfil dos jovens entrevistados nos municípios selecionados

| Gênero | Nº de entrevistados | % | Estado civil | % | Etnia | % | Religião | % | Procedência | % |
|-----------|---------------------|----|--------------|----|-------------------------------|----|-------------|-----|-------------|----|
| Feminino | 12 | 48 | Solteiros | 90 | Teuto-brasileiros (alemães) | 68 | Católicos | 98 | LM | 32 |
| Masculino | 13 | 52 | Casados | 10 | Italo-brasileiros (italianos) | 32 | Evangélicos | 0,8 | RF | 28 |
| | | | | | | | Outros | 0,2 | SRL | 40 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012).

Para esse grupo de jovens entrevistados, assumiu-se a faixa etária dos 16 aos 29 anos de idade, segundo a faixa etária atendida pelo programa de empreendedorismo, o PEJR. Do grupo a maioria está na

faixa etária de 20 a 24 anos correspondendo a 17 (68%) dos jovens, 2 (8%) entre 16 e 19 anos e 6 (24%) acima de 25 anos.

Quanto à estrutura familiar, pode-se observar na Tabela 6, que 18 desses jovens residem com seus pais e irmãos, 2 construíram sua moradia na UF, 1 jovem não está residindo com a família, pois está estudando, 4 jovens formaram suas próprias famílias, sendo que 3 deles residem no espaço rural e 1 no espaço urbano (desenvolvendo atividades agrícolas).

Tabela 6 – Local de residência dos jovens

| Local de residência | Nº de Jovens | % | Residência | Nº de Jovens | % |
|---------------------|--------------|------------|-----------------|--------------|------------|
| Campo | 22 | 88 | Moram na UF | 23 | 92 |
| Cidade | 3 | 12 | Não moram na UF | 2 | 8 |
| Total | 25 | 100 | | 23 | 100 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

Os jovens foram questionados quanto aos motivos que justificam a escolha do local de residência. A maioria respondeu que antes de tudo é um lugar bom de viver, morar, trabalhar e que tem qualidade de vida, além de que podem estar perto da família e com a família; em segundo lugar é bom por causa do trabalho desenvolvido na UF e da proximidade com a cidade; e em terceiro lugar possibilita que possam continuar ajudando a família, fazer parte da sucessão dela e também continuar trabalhando. Os depoimentos descritos abaixo revelam essa situação:

“Eu sou apaixonada pelo campo, aqui tenho contato com os bichos e as plantas. É um lugar sossegado, com uma boa renda (...) nasci aqui e gosto muito” (Moça/T5, 20 anos, de Lauro Müller).

“Eu quero permanecer no meio rural, pois já tenho experiência de trabalhar fora da propriedade, e não há necessidade de ser empregada se em sua propriedade precisa da mão de obra. Também pude perceber que a propriedade é o melhor lugar para viver com qualidade de vida, se você tem uma propriedade bem planejada, manejada e administrada vai obter lucros garantidos” (Moça/T2, 24 anos, de Santa Rosa de Lima).

Somente um jovem declarou que mora no campo pela necessidade momentânea. O depoimento dele aborda claramente essa situação: “No momento eu estou ajudando o pai e também porque não encontrei outra oportunidade. Ajudar aqui nesse momento me sobra tempo para estudar para os concursos que eu estou fazendo” (Rapaz/T1, 24 anos de Lauro Müller).

Com relação ao tamanho dos estabelecimentos, predominam unidades com mais de 21ha (64%). Esta porcentagem é resultante das somas das porcentagens das UF com 21ha até 51ha ou mais, conforme Tabela 7. É importante destacar que todos os estabelecimentos são geridos pelos membros da família.

Tabela 7 – Tamanho das Unidades Familiares

| Tamanho das UF | Nº de UF | % |
|-----------------------|-----------------|------------|
| 1 a 10ha | 4 | 16 |
| 11 a 20ha | 5 | 20 |
| 21 a 30ha | 5 | 20 |
| 31 a 40ha | 2 | 8 |
| 41 a 50ha | 8 | 32 |
| Acima 51ha | 1 | 4 |
| Total | 25 | 100 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

Outra característica desse grupo é o grande número de estabelecimentos que foram adquiridos através de herança: 17(68%). Na pesquisa também encontramos estabelecimentos em que os pais dos jovens não possuem a posse das terras, pois estão no nome dos avós dos jovens, em usufruto ou em partilha ver Tabela 8:

Tabela 8 – Situação atual dos estabelecimentos.

| Situação das UF | Nº de UF |
|---|-----------------|
| Terras adquiridas | 5 |
| Terras herdadas – pais proprietários | 17 |
| Os pais dos jovens não possuem a posse da terra | 3 |
| Total | 25 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012).

Foi possível verificar que em 7 famílias os pais são responsáveis pelos avós, sendo parte da herança garantida por essa responsabilidade – esse fato é muito comum no espaço rural brasileiro. Para a transmissão dos direitos da propriedade de uma geração para outra as famílias utilizam-se estratégias que, segundo Carneiro (2001), variam de acordo com as suas condições, ou seja, variam com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis. Nos casos vistos na pesquisa as famílias se utilizaram da compensação: os filhos cuidam dos pais e recebem a terra como compensação por esse cuidado. De acordo com a autora essa é uma forma de contrapartida dos gastos com a manutenção dos pais.

Outra informação verificada é a redução significativa do número de filhos no meio rural nas últimas décadas. Em 48% dos casos, os casais tem até 2 filhos e outros 36% possuem 3 filhos. Carneiro (1998) já havia verificado a significativa redução no número de filhos nas suas pesquisas na década de 1990. Conforme a autora, a tradição de famílias numerosas de 7 a 12 filhos cedeu lugar para famílias com no máximo três, refletindo o controle da natalidade típico das famílias urbanas de classe média. Ver Tabela 9:

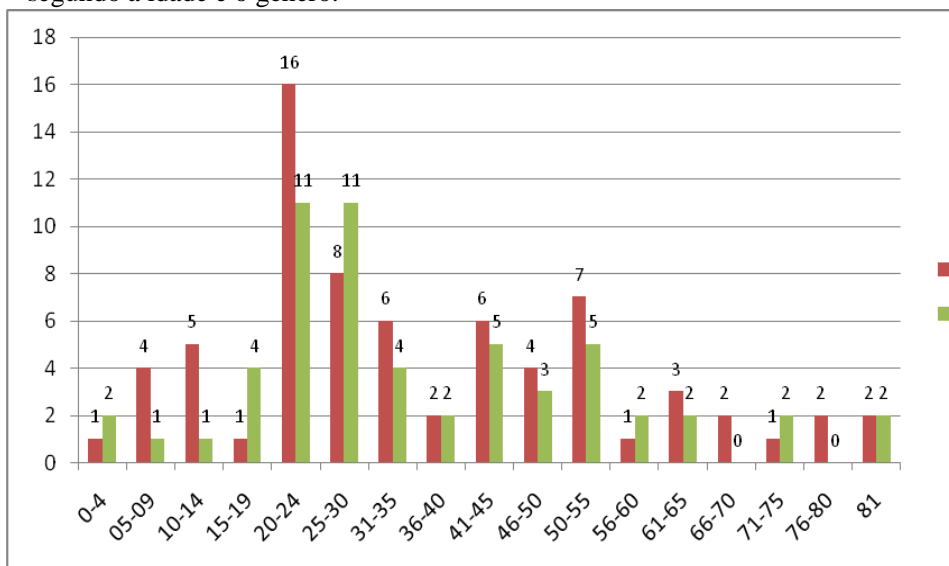
Tabela 9 – A relação total do número de filhos por casal nas UF pesquisadas

| Nº de filhos | Nº de famílias | % |
|--------------|----------------|------------|
| Não tem | 1 | 4 |
| Um | 2 | 8 |
| Dois | 9 | 36 |
| Três | 9 | 36 |
| Quatro | 3 | 12 |
| Cinco | 1 | 4 |
| Total | 25 | 100 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

Na figura 7 abaixo é possível verificar a idade e o gênero na composição dessas unidades familiares. Podemos observar que o maior grupo de pessoas se encontra na faixa etária de 20 a 30 anos. São famílias jovens, com os pais na faixa etária de 41 a 55 anos.

Figura 7 – Estrato da composição das unidades familiares segundo a idade e o gênero.



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

Foi questionado se algumas pessoas já haviam saído da UF e qual seria o motivo. Em 40% das famílias pelo menos um dos filhos saiu, sendo que o maior número foi de rapazes, 12 (9,37%). É possível que os jovens tenham ido buscar o desenvolvimento de seus projetos individuais. O motivo que levaram os rapazes a saírem segundo os pais foi a busca por uma renda melhor. Já nas moças o motivo foi sempre o casamento, sendo que somente uma moça saiu para estudar. Das pessoas que saíram nenhuma retornou para a UF. Os pais afirmam que será pouco provável que retornem, pois constituíram suas famílias e estão bem nas atividades que desenvolvem. Na tabela abaixo podemos observar que há uma diferença de padrão, pois saíram mais rapazes do que moças, mas por se tratar de uma pesquisa qualitativa, essa amostragem não é representativa da realidade dos municípios.

Tabela 10- Número de famílias e de pessoas que saíram das UF

| Famílias entrevistadas | | Nº de famílias que os filhos saíram | |
|---|------------------|--|------------------|
| 25 | 100% | 10 | 40% |
| Total de pessoas que abrangeu a pesquisa | | Total de pessoas que saíram | |
| 128 | 100% | 19 | 15% |
| Gênero | | Gênero | |
| Feminino | Masculino | Feminino | Masculino |
| 71 | 57 | 7 | 12 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

Com relação à escolaridade, avós e pais possuem no mínimo o ensino fundamental incompleto, já os jovens e seus irmãos possuem ensino médio completo e muitos concluíram ou estão cursando o ensino superior. Podemos observar que no campo há um aumento do tempo de frequência escolar em relação às gerações mais jovens. Essa informação segue na Tabela 11, que está estratificada pela idade, escolaridade e gênero.

Tabela 11 – Estratos da escolaridade segundo faixa etária e gênero dos familiares dos entrevistados.

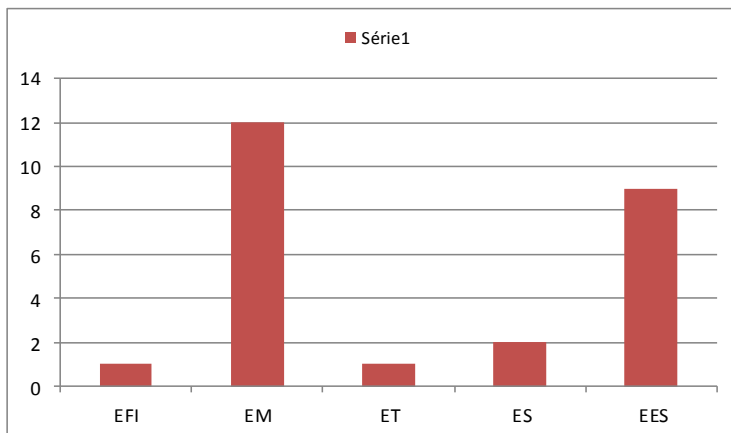
| Estratos de idade | Escolaridade | Total de pessoas | | Feminino | | Masculino | |
|-------------------|---|------------------|------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 4-15 | Estudante de ensino fundamental | 14 | 10,94 | 10 | 7,82 | 4 | 3,12 |
| | Ensino médio completo | 1 | 0,78 | 1 | 0,78 | 0 | 0,00 |
| 16-19 | Estudante de ensino médio | 2 | 1,56 | 0 | 0,00 | 2 | 1,56 |
| | Estudante de curso superior | 2 | 1,56 | 0 | 0,00 | 2 | 1,56 |
| 20-24 | Ensino médio incompleto | 2 | 1,56 | 0 | 0,00 | 2 | 1,56 |
| | Ensino médio completo | 14 | 10,94 | 9 | 7,03 | 5 | 3,91 |
| | Ensino superior completo | 2 | 1,56 | 1 | 0,78 | 1 | 0,78 |
| | Estudante de curso superior | 7 | 5,47 | 5 | 3,91 | 2 | 1,56 |
| 25-35 | Ensino fundamental incompleto | 5 | 3,90 | 3 | 2,34 | 2 | 1,56 |
| | Ensino médio incompleto | 1 | 0,78 | 0 | 0,00 | 1 | 0,78 |
| | Ensino médio completo | 20 | 15,63 | 11 | 8,60 | 9 | 7,03 |
| | Ensino superior incompleto | 1 | 0,78 | 0 | 0,00 | 1 | 0,78 |
| | Ensino superior completo | 2 | 1,56 | 1 | 0,78 | 1 | 0,78 |
| | Curso técnico | 1 | 0,78 | 0 | 0,00 | 1 | 0,78 |
| 36-45 | Ensino fundamental incompleto | 9 | 7,03 | 5 | 3,90 | 4 | 3,12 |
| | Ensino fundamental completo | 1 | 0,78 | 0 | 0,00 | 1 | 0,78 |
| | Ensino médio incompleto | 1 | 0,78 | 1 | 0,78 | 0 | 0,00 |
| | Ensino médio completo | 2 | 1,56 | 1 | 0,78 | 0 | 0,00 |
| | Ensino superior completo | 2 | 1,56 | 1 | 0,78 | 1 | 0,78 |
| 46-55 | Ensino fundamental incompleto | 11 | 8,60 | 7 | 5,47 | 4 | 3,12 |
| | Ensino fundamental completo | 6 | 4,68 | 3 | 2,34 | 3 | 2,34 |
| | Ensino médio completo | 2 | 1,56 | 1 | 0,78 | 1 | 0,78 |
| | Ensino superior completo | 1 | 0,78 | 0 | 0,00 | 1 | 0,78 |
| 56-60 | Ensino fundamental incompleto | 2 | 1,56 | 1 | 0,78 | 1 | 0,78 |
| | Ensino fundamental completo | 1 | 0,78 | 0 | 0,00 | 1 | 0,78 |
| 61-81 | Lê/escreve, mas não frequentou a escola | 2 | 1,56 | 2 | 1,56 | 0 | 0,00 |
| | Ensino fundamental incompleto | 14 | 10,94 | 8 | 6,24 | 6 | 4,68 |
| Total | | 128 | 100 | 71 | 55,47 | 57 | 44,53 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

O aumento da escolaridade dos jovens em relação aos pais vem sendo verificada em outras pesquisas realizadas no Brasil. A pesquisa “O perfil da juventude brasileira”, desenvolvida e coordenada pelo Instituto Cidadania em 2004, constatou que a aproximadamente 60% dos pais não haviam estudado ou cursado apenas até a 4ª série. Em contraposição, somente 1% dos jovens não estudou e 61% frequentou o ensino fundamental, sendo 16% desses não completou o primário ou cursou somente até a 4ª série (Carneiro, 2005).

O grupo de jovens entrevistados possuem pleno acesso à educação. Como podemos observar na figura 8, 24% (96%) dos jovens concluíram o ensino médio. Para esse cálculo soma-se os jovens que realizaram o ensino médio, ensino técnico, ensino superior e os estudantes de ensino superior.

Figura 8- Escolaridade dos jovens entrevistados



Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

Legenda:(EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EM – Ensino Médio; ET – Ensino Técnico; ES – Ensino Superior; EES – Estudante de Ensino Superior;

Do grupo, 2 rapazes têm graduação em administração de agronegócio e outros 9 jovens estão cursando o ensino superior, sendo 3 na área de educação (2 moças e um rapaz), uma moça está fazendo medicina veterinária e os outros 5 estão fazendo agronomia, sendo 3 moças e 2 rapazes. Somente 1 jovem não concluiu o ensino fundamental. O que se observa é que tanto as moças como os rapazes estão estudando. É importante registrar que até meados dos anos 1980 o padrão de estudo para os rapazes que compunham a agricultura familiar era 4ª série do ensino fundamental (MELLO, 2006).

Abramovay *et al.*(1998), em pesquisa realizada no oeste de Santa Catarina sobre os desafios dos novos padrões sucessórios, também encontra uma realidade na qual os jovens têm acesso à educação, mesmo porque nessa região sem o segundo grau o jovem não obtém emprego nas indústrias frigoríficas da região. Os jovens consideram que a atividade agrícola é incompatível com o baixo nível de escolaridade.

Nas entrevistas, 4 moças e 1 rapaz que concluíram o ensino médio gostariam de fazer curso superior. Os depoimentos a seguir deixam claro essa vontade de continuar os estudos:

“Eu gostaria de continuar estudando, mas teria que sair da propriedade, não teria como me manter. Morar aqui e estudar não têm transporte para ir até a praça e pegar o ônibus. (...) Teria que deixar meus pais sozinhos aqui. (...) Eu gostaria de ser professora.” (Moça/T, 24 anos, de Santa Rosa de Lima).

“Meu irmão saiu para estudar, eu fiquei para cuidar da mãe. (...) Se eu tivesse renda faria psicologia” (Moça/T2, 29 anos, de Rio Fortuna).

“Tenho sonho de fazer veterinária, mas a condição não permite. (...) o que faço são vários cursos na área de meliponíferas.” (Rapaz/T2, 24 anos, de Santa Rosa de Lima).

Das moças que concluíram o ensino médio, 3 manifestaram interesse em fazer um curso superior, embora queiram continuar estudando, estão fazendo cursos e participando de dias de campo nas suas áreas de atuação - uma dessas jovens fez curso de inseminação em bovinos. Para os rapazes que possuem ensino médio, somente 1 gostaria de continuar estudando. Os demais não têm interesse em fazer curso superior, mas querem continuar fazendo cursos na área de atuação das suas atividades, pois acham mais importante trabalhar do que estudar.

Para Stropasolas (2011), são diferentes os valores que os jovens dão para a educação. O estudo está associado à condição indispensável para garantir uma inserção social mais digna. As moças investem mais do que os rapazes, pois estudar significa profissionalização, reconhecimento social. Os rapazes não precisam se preocupar com o reconhecimento social, pois já são reconhecidos como agricultores. As moças somente conquistam essa condição de agricultoras quando se casam com um agricultor.

No que se refere à diversidade de fontes de renda nas unidades familiares, foram organizadas respostas de múltiplas escolhas (Tabela 12). O que se observa no grupo pesquisado uma diversidade de situações. Destacam-se rendas oriundas das principais atividades desenvolvidas pelo grupo familiar. Dessas a principal renda vem da produção animal (20%) e em seguida da silvicultura (18%). Na

silvicultura há predomínio de plantio de eucaliptos, considerado pelos agricultores como um investimento a longo prazo e uma importante contribuição para a renda das famílias. Em terceiro lugar temos a prestação de serviço (16%).

Tabela 12 – Fontes de renda das famílias.

| Fontes de Renda | Citações | % |
|------------------------|-----------------|------------|
| Produção Animal | 22 | 20 |
| Produção vegetal | 16 | 14 |
| Silvicultura | 20 | 18 |
| Turismo | 2 | 2 |
| Prestação de serviço | 18 | 16 |
| Trabalho/ Assalariado | 12 | 11 |
| Agroindústria | 5 | 4 |
| Aposentadoria | 17 | 15 |
| Total | 112 | 100 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

Por meio desses dados é possível perceber a importância da renda oriunda das atividades não agrícolas. Das 112 citações, 18 (16%) correspondem a fontes de renda da prestação de serviços e em outras 17 (15%) da aposentadoria, 12 (11%) são oriundas do assalariamento. Das 25 famílias, em 19 (76%) dessas é possível verificar rendas oriundas de atividades não agrícolas, entre as quais destacam-se as atividades de servente de pedreiro, auxiliar de produção, processador de alimentos, motorista entre outras.

É possível verificar que as atividades não agrícolas permitem aos agricultores familiares estabelecerem iniciativas de diversificação das ocupações internas e externas à sua unidade de produção. Com isso podem aumentar suas fontes de renda e as formas de acesso a ela. Schneider (2006), destaca que a pluriatividade pode se constituir numa estratégia mobilizada pelas famílias para garantir a reprodução social, assim como pode representar a possibilidade de autonomia financeira dos jovens e sua independência dos pais.

É importante registrarmos que a principal renda das 25 unidades familiares continua sendo a atividade agrícola. Em 12 UFs (48%) a principal renda é a produção animal e em 2 (8%) a produção vegetal. Em 5 (20%) a prestação de serviço e em 4(16%), o assalariamento. Ao

levantarmos informações sobre a renda secundária das UFs, 12 delas possuem renda agrícola como fonte principal, a renda secundária em 6 delas é a produção vegetal e a silvicultura e em outras 6 há a utilização de estratégias como o assalariamento e a prestação de serviços (auxiliar de pedreiro, professora e funcionário público). As famílias que adotaram as atividades não agrícolas (prestação de serviço e o assalariamento) como atividades principais obtêm sua renda secundária da produção animal, vegetal e silvicultura.

Percebe-se que cada vez mais as famílias e em especial os jovens têm procurado nas ocupações não agrícolas a oportunidade de ter uma renda regular. Para a juventude, estas atividades podem proporcionar uma maior valorização econômica e social dos seus esforços, sobretudo em relação às atividades essencialmente agrícolas.

Podemos verificar ao longo do trabalho que o espaço rural na região é muito diversificado, e muitos são os elementos de uma nova ruralidade que se apresenta.

Na região convivem serralherias, agroindústrias de pequeno porte, pousadas, serviços, vias de comunicação e distintos tipos de estabelecimentos agropecuários que contribuem para um dinamismo que atrai a juventude e que oferece espaços e ocasiões de lazer e, sobretudo alternativas profissionais locais. Ocorre uma interação entre o rural e urbano, pela proximidade, seja pelo acesso aos meios de comunicação (televisão, rádio, imprensa escrita, internet, dentre outros), do turismo que traz a possibilidade de interação com outras pessoas que vêm até o rural em busca de tranquilidade e das belezas naturais. A disponibilidade de morar no rural e continuar seus estudos sejam em escolas técnicas, universidades ou realização de cursos profissionalizantes. Os jovens procuram se capacitar para desenvolver suas atividades sejam elas agrícolas ou não agrícolas.

Observa-se também que ocorre o desenvolvimento da atividade agrícola, pois cada vez mais são conhecidas e identificadas as potencialidades do local, oferecendo aos moradores e aos visitantes da região produtos de qualidade, vinculados à própria localidade, como é o caso dos produtos orgânicos e das atividades agroturísticas.

5 DO SONHO À REALIDADE A TRAJETÓRIA DE JOVENS EGRESSOS DO CEDEJOR NA BUSCA DA REALIZAÇÃO DE SEUS PROJETOS DE VIDA

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS E OS DESAFIOS PARA A SUA IMPLANTAÇÃO NO CONTEXTO LOCAL

A formação de jovens moradores de localidades das Encostas da Serra Geral e realizada pelo Cedejor iniciou-se no ano de 2002. A primeira turma (2002 a 2004) formou 21 jovens como Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR) fruto de um processo com duração de três anos. Entre 2005 e 2009, o período de formação dos jovens passou de três para dois anos. Para participar do programa, o jovem deveria ter concluído o ensino médio, o que caracteriza-se como um programa pós-médio, complementar ao ensino formal. No ano de 2008, o PJER passa pela avaliação de uma equipe de professores da Universidade Federal de Viçosa quando é então reformulado, passando a ser de um ano. No ano de 2010 é aplicado como projeto-piloto na Turma 5 do Cedejor das ESG e, no ano de 2011, esse novo formato é aplicado em todos os Centros de Formação do Cedejor.

Em 2006, o Cedejor passou a atuar em uma dimensão territorial, como um Centro de Formação e Agência de Desenvolvimento. Em entrevista à Revista Marco Social, no ano de 2007, o então Gerente Executivo Wilson Schmidt afirma que a abordagem territorial propicia a ampliação do trabalho para outros espaços geográficos e a qualificação da atuação dos educadores.

Para Macedo (2011), as Agências de Desenvolvimento (ADs), são uma alternativa para organizar processos de formulação e operacionalização de políticas públicas. Ainda, segundo esse autor, as ADs possuem atividades de atuação, tendo formas organizacionais que situam-se entre o público e o privado, propondo redes de cooperação horizontal, realizando o papel de mediadora entre governos locais e os atores sociais regionais.

De forma sintética, conforme Albuquerque (1997), há um conjunto de linhas de atuação das ADs e de suas redes de serviços com os agentes sociais envolvidos: a) Informação: produção e difusão de dados locais e nacionais de interesse coletivo, serviços/rede de informações (preços, oportunidades de mercado internos e externos, tecnologias de produção e processos, políticas setoriais, entre outros); b) Capacitação: divulgação de serviços de capacitação, cursos e bolsas de

especialização; c) Inovação Tecnológica: assessoria tecnológica, ensaios, produtos acabados e processos produtivos; qualidade e produtividade; normatização, certificação e homologação, etc.; d) Serviços de *design* e marketing: serviços de informação e de assessoria específicos; e) Internacionalização dos negócios: informações sobre os mercados externos, assessoria em acordos de cooperação técnica, comercial e financeira, assessoria a questões de direito comercial e negócios internacionais, formulação de estratégias mercadológicas, promoção comercial por meio de feiras, missões, rodadas de negócios, mostra e exposições; f) Desenvolvimento de novas atividades produtivas: definição de estratégia e apoio à diversificação da estrutura produtiva local; g) Serviços de gestão empresarial e financeira: articulação de fontes de financiamento, assessoria para definição de estratégias financeiras e comerciais, etc.; h) Qualificação e elevação de escolaridade da mão de obra: buscar programas e financiamentos voltados para qualificação do trabalhador.

No caso do Cedejor, seu Gerente Executivo destaca que:

“o objetivo de atuar como Agência de Desenvolvimento é promover ou participar do espaço de encontro de diversos atores que discutem o desenvolvimento e incluir no debate as questões da juventude. A preocupação é criar um ambiente favorável à inserção dos jovens na dinâmica do território e promover um espaço em que o jovem possa participar das discussões a seu favor. [...] Como o desenvolvimento não se dá apenas olhando setores ou categorias sociais e pelas conexões existentes entre ações e instituições, o Cedejor também se insere em outras discussões do território. Esta postura de atuação como AD, assumida a partir de 2006, já resultou em inúmeros benefícios para a juventude, como (a) a inserção de jovens em programas governamentais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos; (b) a criação de fóruns de representação como Câmaras Temáticas de Juventude, Fórum da Juventude, Plano Municipal de Juventude e eventos como os Seminários de Juventude; e (c) participação de jovens em entidades de representação da agricultura e cooperativas”.

Diante da formação recebida no Cedejor os jovens rurais são estimulados a assumir papéis de empreendedores na UF e no território com sua família e com os atores sociais. O Gerente Executivo do Cedejor afirma que a instituição procura mostrar a realidade por meio do enfoque territorial, e não apenas setorial, para isso a referência para os jovens é o território. Atuar como um Centro de Formação seria muito limitado frente aos desafios que os jovens enfrentam em seu cotidiano, devido a invisibilização social, por isso a necessidade de atuar, também, complementando o papel de formador, como AD.

Na tabela abaixo temos o período de formação das turmas pesquisadas, o número de egressos formados pelo programa (por turma) e a classificação por gênero.

Tabela 13 – Universo juvenil dos egressos do Cedejor ESG

| Turma | Ano de Formação | Nº de jovens formados | | |
|--------------|-----------------|-----------------------|-----------|-----------|
| | | Total | Feminino | Masculino |
| 01 | 2002-2004 | 21 | 5 | 16 |
| 02 | 2005-2006 | 22 | 10 | 12 |
| 03 | 2006-2008 | 13 | 4 | 9 |
| 04 | 2008-2009 | 14 | 5 | 9 |
| 05 | 2010 | 27 | 12 | 15 |
| Total | | 97 | 36 | 61 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

Os jovens que realizaram a formação (37%) pertencem ao gênero feminino e (63%) ao masculino. O número de rapazes que realizam a formação é maior, devido ao interesse deles por atividades ligadas ao meio rural.

Na tabela 14 temos o perfil dos egressos do Cedejor no período de 2002 a 2010.

Tabela 14- Perfil dos jovens egressos

| Estado civil | % | Etnia | % | Escolaridade* | % | Procedência | % |
|--------------|----|-------------------------------|----|---------------|----|-------------|----|
| Solteiros | 75 | Teuto-brasileiros (alemães) | 56 | EF | 4 | LM | 28 |
| Casados | 25 | Ítalo-brasileiros (italianos) | 38 | EM | 71 | RF | 24 |
| | | Outros | 6 | ESS e ES | 25 | SRL | 24 |
| | | | | | | Outros** | 24 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

*EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; ESS- Estudante de Ensino Superior e ES – Ensino Superior;

**Anitápolis (4 jovens); Braço do Norte (2 jovens); Grão Pará (5 jovens); Gravatal (2 jovens); Orleans (3 jovens); Pedras Grandes (2 jovens); São Ludgero (1 jovem); São Martinho (3 jovens) e Urussanga (1 jovem);

Esse grupo de jovens são na sua maioria solteiros (75%), de origem alemã (56%), com ensino médio ou superior (96%), residentes nos Municípios de Lauro Müller (28%), Rio Fortuna (24%), Santa Rosa de Lima (24%) e em outros nove municípios que juntos somam 24 % dos jovens que realizaram a formação.

Ao estudarmos o grupo de jovens formados verificamos que 71(73%) jovens permaneceram no meio rural, seja na UF dos pais ou na sua própria localidade. A opção por permanecer pode estar relacionada à boa estrutura das famílias, com boas habitações, equipamentos de trabalho, meios de locomoção, etc. Dos 20 jovens que saíram (21%), 5 casaram e foram morar na cidade, 5 casaram e foram morar em outras UFs, 1 saiu para estudar e outros 9 foram morar e trabalhar em centros urbanos.

Em geral as UFs são bem estruturadas com boas habitações, equipamentos de trabalho, meios de locomoção para a família e para o jovem. Uma boa porcentagem dos jovens possui sua moto ou carro. Essas informações também são possíveis de serem visualizadas no inventário do PJER elaborado para a caracterização do jovem. Para Brumer (2000), as perspectivas da permanência dos filhos na atividade agrícola dependem principalmente das condições internas familiares, tanto econômicas como sociais, tais como a viabilidade econômica do empreendimento, por meio de uma boa geração de renda; qualificação do agricultor para se integrar a um mercado competitivo; oportunidades de obtenção de renda complementar às atividades agrícolas por um ou mais membros da família; das relações que são estabelecidas entre pais e filhos; das relações de gênero, por meio das quais existem oportunidades para as mulheres; escolha profissional e valorização da profissão de agricultor.

Outra questão importante a ser destacada é que essas famílias não vivem isoladas, expressando, segundo Wortmann (1995), uma ativa dinâmica social rural. Este tecido social local é constituído pelas relações sociais de trabalho na família, pelas relações de parentesco, de vizinhança, de reciprocidade e de sociabilidade comunitária.

No que se refere à escolaridade do grupo, podemos observar na tabela 16 que os jovens possuem na sua maioria o Ensino Médio completo.

Tabela 15 – Recorte de gênero relacionado à escolaridade

| Escolaridade | Número de jovens Egressos | | | | TOTAL % | |
|-------------------------------|---------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| | Feminino | % | Masculino | % | | |
| Ensino Superior | 4 | 4 | 8 | 8 | 12 | 12 |
| Estudante Ensino Superior | 7 | 7 | 5 | 5 | 12 | 12 |
| Ensino Médio | 24 | 25 | 42 | 43 | 66 | 68 |
| Ensino Técnico | 1 | 1 | 3 | 3 | 4 | 4 |
| Ensino Fundamental | 0 | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Ensino Fundamental Incompleto | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Total | 36 | 37 | 61 | 62 | 97 | 100 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

Os jovens dessa região possuem acesso à educação, diferenciado em relação à média dos jovens. Como podemos observar na tabela anterior, 96% dos jovens concluíram o Ensino Médio. Esse resultado que é soma das porcentagens dos jovens que concluíram o Ensino Médio (68%), o Ensino Técnico (4%), os estudantes de Ensino Superior (12%) e os que concluíram o Ensino Superior (12%). As áreas que os jovens estão fazendo curso superior são na área da educação e das ciências agrárias, são 3 jovens fazendo Pedagogia em Educação do Campo, 1 Medicina Veterinária, 1 Ciências da Computação, 1 Pedagogia de Séries Iniciais e 7 Agronomia. Um dos fatores que permite que os jovens acessem a escola e as universidades da região é o transporte escolar disponibilizado pelas prefeituras municipais. Outro fator é que os cursos são noturnos tanto no Ensino Médio como na Universidade, um exemplo são os jovens que fazem Agronomia, estudando à noite em uma universidade da região. Dividem o trabalho com as aulas noturnas. Os jovens estão buscando uma profissionalização com a possibilidade de combinar a realização de um projeto próprio e a segurança oferecida pelos laços familiares.

Por meio das informações da tabela 16 é possível perceber que as UFs possuem áreas de terra bastante limitadas para que os jovens possam desenvolver suas atividades produtivas.

Tabela 16 – Tamanho das UF dos jovens egressos

| Tamanho das UF | Nº de UF | % |
|-----------------------|-----------------|------------|
| 1 a 5ha | 7 | 7 |
| 5 a 10 ha | 14 | 15 |
| 11 a 15ha | 10 | 10 |
| 16 a 20ha | 10 | 10 |
| 21 a 30ha | 17 | 18 |
| 31 a 40ha | 8 | 8 |
| 41 a 50ha | 13 | 13 |
| 51 a 75ha | 7 | 7 |
| 76 a 100ha | 5 | 5 |
| Acima de 100ha | 2 | 2 |
| Sem informação | 4 | 4 |
| Total | 97 | 100 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

Com esses dados conseguimos perceber que serão grandes os problemas para a sucessão familiar. Das famílias dos jovens somente 4 têm filhos únicos, os demais irão precisar discutir a herança e a sucessão. Esse é um dos fatores que levam os jovens a sair, pois percebem que não haverá espaço para todos e isso também faz com que muitos jovens optem por atividades não agrícolas. Segundo Mattei (2010), as dificuldades do trabalho agrícola e a falta de terra são fatores internos que estimulam os jovens a saírem. De acordo com o trabalho que realizou no Município de Esperança do Sul/RS, a saída dos jovens estava diretamente relacionada com o tamanho do estabelecimento, pois este não oferecia as garantias de reprodução de mais de uma família.

Outra informação relevante é o grande número de titulações de propriedades na região por meio da transmissão do patrimônio por herança. Somente 4 famílias adquiriram a propriedade com recursos do Crédito Fundiário e somente um jovem acessou essa política pública. Isso deixa claro como as políticas públicas são ineficientes e burocráticas, não atendendo ao público de interesse.

É importante reforçar que mesmo quando alguns dos filhos já saíram da UF, eles têm direito a sua parte na divisão da propriedade. Esta questão normalmente é tratada quando um dos pais falece. Dos jovens egressos, somente 5% possuem a condição de proprietário. As circunstâncias por não ser proprietário faz com que os jovens reflitam sobre sua permanência no campo e determine as atividades que irão

desenvolver. Essa questão também reflete no tipo de projeto que o jovem elabora.

A tabela 17 apresenta a atividade de projetos de empreendedorismo elaborados pelos jovens rurais na área agrícola e não agrícola durante a formação, quantos foram implantados e a sua divisão por gênero. No total foram 97 projetos elaborados²². Do universo dos projetos verificamos quais eram agrícolas e não agrícolas e dentro desses quais foram implantados e hoje continuam em plena atividade que na tabela corresponde ao 100% implantado. Ao 0% de implantação corresponde os projetos que foram elaborados teoricamente, implantados e abandonados, ou deixados para outros executarem. A não implantação corresponde aos projetos elaborados teoricamente como exercício. Desse universo, 69% dos projetos são em atividades agrícolas e 31% em atividades não agrícolas.

Tabela 17– Projetos de empreendedorismo elaborados pelos jovens

| Projetos de Empreendedorismo elaborados pelos jovens | | | | | | |
|---|--------------------|-----------------------|-------------------|--------------------|----|----|
| | | N° de Projetos | % Feminino | % Masculino | | |
| AGRICOLA | | 67 | 69 | 21 | 22 | 47 |
| NAO AGRICOLA | | 30 | 31 | 15 | 15 | 15 |
| Situação de implantação do projeto | | | | | | |
| AGRICOLA | 100% implantado | 34 | 51 | 10 | 15 | 36 |
| | 0% de implantação* | 21 | 31 | 7 | 10 | 21 |
| | NÃO implantado | 12 | 18 | 4 | 6 | 12 |
| NAO AGRICOLA | 100% implantado | 7 | 23 | 2 | 7 | 17 |
| | 0% de implantação* | 9 | 30 | 4 | 13 | 17 |
| | NÃO implantado | 14 | 47 | 9 | 30 | 17 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

*projeto elaborado teoricamente, implantado e abandonado.

O maior número de projetos elaborados na área agrícola foi em atividades como a pecuária leiteira, ovinocultura, piscicultura, horticultura. Outras com números menos expressivos, foram na fruticultura e na silvicultura. É também na área agrícola que temos o maior número de projetos com 100% de implantação, totalizando. É notório também que essas atividades podem ser desenvolvidas em pequenas unidades, possibilitam renda o ano todo e não exigem altos investimentos, já que poucos jovens fizeram a implantação do projeto com auxílio de financiamentos.

²² Projetos elaborados são aqueles que foram concebidos teoricamente.

Como prevalece projetos de empreendedorismo agrícolas, pode-se concluir que, apesar de todas as dificuldades encontradas na agricultura esses jovens querem permanecer nessa atividade, promovendo a reprodução social da agricultura familiar. Para Weisheimer (2011), duas condições são importantes para elaborar projetos profissionais que permitam a reprodução do trabalho familiar agrícola: condição fundiária das famílias e o grau de autonomia material. Quanto mais positiva a avaliação sobre o trabalho agrícola e o modo de vida dos pais, mais os jovens desenvolvem projetos profissionais de permanência na agricultura.

Aos projetos não agrícolas, que correspondem a 31%, são ligadas ao agroturismo, agroindustrialização e ao artesanato. Outros são de infraestrutura das unidades familiares, gestão administrativa e de manutenção de rede de computadores. A Tabela 18 representa informações com relação ao ramo de atividades desses projetos.

Tabela 18 – Ramo de atividade dos projetos de empreendedorismo elaborados

| Ramo de Atividade | Nº de projetos elaborados | % |
|--------------------------|----------------------------------|------------|
| AGRÍCOLAS | | |
| Pecuária Leiteira | 36 | 54 |
| Horticultura | 8 | 12 |
| Piscicultura | 5 | 7 |
| Ovinocultura | 4 | 6 |
| Agricultura-Pecuária | 3 | 5 |
| Avicultura de postura | 3 | 5 |
| Plantas Medicinais | 2 | 3 |
| Apicultura | 2 | 3 |
| Silvicultura | 2 | 3 |
| Pecuária de corte | 1 | 1 |
| Fruticultura | 1 | 1 |
| Total | 67 | 100 |
| NÃO AGRÍCOLAS | | |
| Prestação de serviço | 16 | 53 |
| Agroindústria | 6 | 20 |
| Artesanato | 4 | 13 |
| Gestão da UF | 2 | 7 |
| Infraestrutura da UF | 2 | 7 |
| Total | 30 | 100 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

Pelas informações anteriores podemos verificar que os projetos na área agrícola conseguem ser implantados pelos jovens. Na descrição das justificativas colocadas nos PJERs nota-se que foram decisivos o apoio da família e a continuidade de uma atividade já desenvolvida na UF. Abaixo seguem trechos dos projetos de empreendedorismo que retratam essa questão:

“(…) através de pesquisas, estudos e após a realização do diagnóstico pude perceber que a propriedade apresenta condições para desenvolver o Sistema Racional Voisin que é uma atividade que a família já desenvolve e que pode ser melhorada”. (Moça T2/Santa Rosa de Lima, 24 anos, PJER produção de leite a base de pasto).

“(…) Escolhi o projeto leite à base de pasto, pois a atividade do gado de leite já vem sendo há muito tempo produzido na propriedade e está precisando ser melhorada. Com o projeto poderei estar aumentando a produção diminuindo a mão de obra, com isso aumentando renda familiar. Com o planejamento do projeto consegui perceber a importância de preservar o meio ambiente e percebi que isso é possível. O projeto vai beneficiar toda família” (Rapaz T3/Grão Pará, 25 anos, PJER produção de leite a base de pasto).

“(…) Diversificação da produção foi a área com a qual me identifiquei e a família apoiou, analisando o próprio histórico da propriedade e assim obtendo mais renda o ano todo” (Rapaz da T4/Rio Fortuna, 23 anos, PJER Diversificação da produção).

“(…) Um fato de grande importância, para que eu tenha tomado esta atividade como um projeto de vida, é que a minha família já trabalha há muitos anos nesta área, temos um grande conhecimento disso e gostamos muito desta atividade de lidar com animais” (Rapaz da T5/Rio Fortuna, 22 anos, PJER de produção de leite a base de pasto).

De acordo com as informações acima os projetos agrícolas desenvolvidos pelos jovens levam em consideração os fatores

relacionados à “aceitação da família”, e “atividades já desenvolvidas pela família”, e “conhecimento de técnicas já adotadas na família”, enfim apoio familiar para a implantação do projeto. É possível que a relação do jovem com sua família esteja enraizada na predominância da instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho próprio dessa categoria denominada agricultura familiar. Segundo Weisshermer (2011), a socialização realizada no contexto da agricultura familiar produz a incorporação de saberes específicos associada à configuração de identidades sociais e profissionais ligadas à agricultura. A identidade do jovem se constrói portanto, em relação ao trabalho familiar.

Outro fator relevante observado está relacionado à tecnologia utilizada. Seus projetos para produção de leite à base de pasto utilizam a tecnologia do Pastoreio Racional Voisan (PRV)²³. Em suas observações Aguiar e Stropasolas (2010) expressam que os jovens têm se posicionado de uma forma bastante crítica em relação aos sistemas de produção tradicionais, que não geram renda regular. Questionam a eficiência econômica, social e ambiental das atividades já desenvolvidas na propriedade. Ao adotarem as novas tecnologias como o PRV, a produção orgânica de alimentos pode considerar essas questões.

Outros projetos agrícolas, ligados à diversificação, além do apoio da família, ampliam a renda familiar e possibilitam principalmente que as jovens participem do sistema de produção e do sistema decisório. Os trechos abaixo revelam essa situação:

“(…) Com a falta de diversificação na propriedade, decidi junto com a minha família focar nesse projeto, acreditamos que com a implantação de uma nova atividade estaremos diversificando e ao mesmo tempo gerando mais renda. Atualmente é uma das coisas que mais nos preocupa é a necessidade de ter outra forma para complementar a renda familiar” (Moça T3/Grão Pará, 26 anos, PJER criação de galinhas de postura).

²³ PRV pode ser definido como um método racional de manejo do complexo solo - planta - animal, proposto pelo cientista francês André Voisin, e que consiste no pastoreio direto e em rotação das pastagens (MACHADO FILHO, 2009).

“(…) Quero diversificar as atividades que desenvolvemos na propriedade. Tenho interesse por plantas medicinais porque elas estão presentes no meu dia a dia, quero também melhorar a qualidade de vida da minha família proporcionando ao longo do tempo mais lazer, mais cidadania e mais saúde” (Moça T2/Orleans, 24 anos, PJER cultivo de plantas bioativas).

Os projetos agrícolas, ligados à diversificação, são visualizados pelos jovens como uma oportunidade de ampliar a renda familiar e de participar mais ativamente no processo decisório dos sistemas produtivos. Os sistemas de produção mais diversificados favorecem o acesso, principalmente da jovem, à renda e à tomada de decisões. Quando são desenvolvidas atividades que envolvem a produção de leite e hortifrutigranjeiros para comercialização em feiras a jovem consegue obter uma renda mensal. As atividades ligadas à produção de leite e à horta são atividades tradicionalmente relacionadas ao trabalho feminino que, ao crescer em importância econômica, inserem o trabalho das mulheres no espaço dito “produtivo”.

Outros fatores que motivam os jovens a escreverem projetos agrícolas é o crédito e a assistência técnica. Ocorre a possibilidade de acesso ao crédito pela família e também a assistência técnica disponibilizada na região pelas organizações públicas, como as prefeituras municipais, via secretarias de agricultura, EPAGRI e cooperativas como a Cooperagreco e a Cooperfamília.

Os projetos em atividades não agrícolas que foram implantados pelos jovens também levam em consideração a continuidade de atividades já desenvolvidas e o apoio familiar, como segue nas justificativas dos PJERs.

“(…) O meu PJER é a Construção da Casa do Mel, porque ela é um meio de agregar valor e facilitar o trabalho. Cheguei a essa decisão através das dificuldades que nós tivemos que enfrentar por não termos um local adequado para podermos trabalhar. (...) meu pai e o meu tio já trabalham nesse ramo a mais de 35 anos e já fizeram vários cursos e eles possuem muito conhecimento e um número significativo de colmeias, umas 600 colmeias” (Moça T2/, Anitápolis, 24 anos, PJER casa do mel).

“O meu objetivo é contribuir para a melhoria da atividade de agroturismo desenvolvida pela família, através da ampliação e melhoria dos atrativos turísticos. Já que a minha família já trabalha e tem experiência na área de agroturismo e apicultura, gosta de trabalhar com isso e é economicamente viável, vamos apenas melhorar o que já existe assim dando mais qualidade aos turistas e à família” (Moça T3/Santa Rosa de Lima, 23 anos, PJER Fortalecimento do Agroturismo na Unidade Familiar de Produção).

Na sequência iremos abordar os fatores determinantes das escolhas e a implantação dos projetos no universo dos 25 jovens entrevistados.

5.2 AGRÍCOLAS OU NÃO AGRÍCOLAS: FATORES DETERMINANTES NAS ESCOLHAS E NA IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS JUVENIS

Os jovens recebem no Cedejor formação para serem empreendedores, dentro e fora de suas UFs. A abrangência de atuação dos jovens é o território. Por meio da formação é estimulado o protagonismo, o desenvolvimento de potencialidades e habilidades, que promovam sentimentos de confiança e solidariedade para se estabelecer e para contribuir com a resolução dos problemas sociais específicos do seu território.

É por meio da Pedagogia da Alternância que, aplicado no cotidiano os conhecimentos adquiridos (sejam nas palestras, oficinas, viagens técnicas, visitas técnicas, cursos, seminários e intercâmbio), os jovens fazem suas escolhas por projetos agrícolas e/ou não agrícolas. O depoimento do educador reforça a importância dessa formação:

“É muito importante ouvir, dialogar e estimular o jovem, acreditar que ele é capaz de desenvolver suas potencialidades. Não é adequado insistir para que permaneça na meio rural, “fixar” o jovem, mas sim oferecer diferentes oportunidades, formação e capacitação profissional, para que ele realize suas escolhas” (educador do Cedejor ESG).

A formação que o jovem recebe está associada a sua UF e a dinâmica socioeconômica histórica e cultural do território em que ele reside. Isso permite que ele relacione e identifique meios, instrumentos, equipamentos, ferramentas administrativas e outras ações individuais ou coletivas que irão se materializar em um projeto que tem o objetivo de intervir na UF e no território.

Os projetos decorrem da necessidade de conhecer o meio vivencial dos jovens. Tem como ponto de partida as experiências juvenis, da família e do local onde está inserido, tomadas como foco de investigação para que concretize ações que contribuam para a solução de problemas que comprometem o desenvolvimento das pessoas e do território investigado.

Para a elaboração do PJER, segundo o documento de trabalho do PEJR (2010) é importante durante a formação dos jovens que eles tenham acesso há uma série de conteúdos relacionados: a) à compreensão dos empreendimentos rurais agrícolas, pluriativos e não agrícolas como oportunidade de trabalho e geração de renda para os jovens; b) aos potenciais e/ou limites para um desenvolvimento rural sustentável e solidário e vinculado às dinâmicas dos territórios; c) as informações sobre políticas públicas e privadas capazes de gerar ambientes institucionais favoráveis aos empreendimentos previstos no PJER; d) as formas de organização em cooperação como associações, grupos, cooperativas, etc.; e) à administração e de planejamento, voltados para o desenvolvimento das habilidades de gestão que compreendem a autogestão, a gestão compartilhada, a heterogestão (coordenação, liderança) e a gestão participativa; f) a preocupação com a rentabilidade dos empreendimentos, que deve estar integrada com objetivos sociais e ambientais; g) a capacidade de gerar projetos e recursos de forma a promover práticas sustentáveis; e h) a captação de recursos; uso de técnicas para diferenciar e agregar valor a produtos e serviços, comercializar e tornar os resultados sustentáveis.

O jovem ao identificar em qual atividade irá desenvolver seu projeto inicia o desenvolvimento da escrita, que possui etapas de planejamento para sua elaboração, ou um roteiro que tem como objetivo orientar o jovem na sistematização de suas ideias. Durante toda a elaboração os jovens têm o acompanhamento dos educadores, dos colegas, suas famílias e técnicos da região.

É importante registrar o olhar do jovem sobre o processo de escrita do projeto, os passos que seguiu e as orientações que obteve. Na introdução do PJER da jovem de Rio Fortuna podemos verificar esse

processo. A jovem realiza um resumo do processo de elaboração do seu projeto, como segue:

“Começamos com o diagnóstico da propriedade, onde podemos conhecer detalhadamente a propriedade. A visão sistêmica nos permitiu ter uma visão das dimensões sócio-culturais, técnica-produtiva, econômica, ecológica e político-institucional. Analisamos também as oportunidades e ameaças, fortalezas e fraquezas, ao qual chamamos de FOFA. Ao realizar o plano de melhorias familiar, podemos fazer um planejamento a curto, médio e longo prazo das ações que serão realizadas na propriedade. Fizemos um estudo de mercado para observarmos como se encontra o setor. Além de definir objetivos, metas e justificativa do projeto. Na engenharia do projeto descrevemos o que iremos realizar na propriedade, além de ver os riscos da atividade e as estratégias para amenizar os mesmos. Realizamos um orçamento (...). O estudo das viabilidades nos permite ver o desenvolvimento sustentável da propriedade, onde observamos se o projeto é economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto. Durante a etapa de elaboração, todos os jovens foram sensibilizados para a importância de escolherem uma atividade com a qual se identificassem, de modo a realizarem seu trabalho com prazer e responsabilidade. (...) Espera-se que a elaboração dos projetos, além de incentivar a reconstrução de seus espaços de trabalho, impulse os jovens rurais para que sejam protagonistas de sua história, atores sociais capazes de transformar a sua realidade e de suas comunidades (Moça T5/Rio Fortuna, 24 anos, PJER sobre Pastoreio Racional Voisin).

Para o empreendedor, o planejamento de sua atividade é um elemento que contribui para que possam calcular, antever riscos e projetar. No PEJR, há um roteiro que está acompanhado por conteúdos didáticos durante as alternâncias. Esse roteiro é composto por um diagnóstico da propriedade, pelo estudo de mercado, pela engenharia do projeto e pela análise de viabilidades.

O diagnóstico da propriedade segundo o documento de trabalho do PEJR (2010) é o ponto de partida para a tomada de decisões. Durante esse processo o jovem realiza o levantamento de dados e identifica as potencialidades da UF e da região. Dessa forma pode identificar as possíveis melhorias nas atividades que já desenvolve e até mesmo implementar atividades inovadoras. No levantamento de dados sobre o seu município e as localidades onde residem, fazem uso da ferramenta Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Nesse processo coletam informações sobre o histórico de sua família, realizam o mapa de localização da propriedade, o mapeamento com informações sobre o tamanho, limites, histórico de cultivo, o mapa de uso do solo, recolhem dados sobre os recursos disponíveis; físicos (construções, máquinas e equipamentos), humanos (disponibilidade de mão-de-obra, qualificação), financeiros (capital disponível, dívidas, produtos estocados), hídricos (rios, açudes, nascentes), os animais disponíveis para o trabalho e os dados climáticos (índice pluviométrico, temperatura média).

Para Giongo (2008), a etapa do diagnóstico contribui para que o jovem observe o seu entorno e salienta:

O Diagnóstico não deve se limitar a um simples levantamento de dados das UFPs, mas resultar de outro olhar do jovem e família através das ferramentas utilizadas no processo de formação, para isso utiliza-se de ferramentas como Visão Sistêmica, Análise de ambientes Interno e Externo das Unidades de Produção Familiares - UFP e o inventário da UFP que visa identificar a real situação da unidade e servir de base para a tomada de decisão sobre os pontos de melhoria ou os possíveis potenciais a serem explorados na unidade. (GIONGO, 2008, p. 24).

Na etapa estudo de mercado, de acordo com o documento de trabalho do PEJR (2010), o jovem precisa identificar e compreender como se comporta o mercado em que irá atuar. Conhecer seus fornecedores, os preços aplicados no mercado. Também será necessário realizar o estudo do mercado consumidor, concorrente, oferta e demanda dos produtos ou serviços, os canais de comercialização, os preços estabelecidos no mercado.

A etapa da engenharia do projeto deve apresentar a localização do projeto, a abrangência em termos de características do empreendimento

e do mercado a ser atingido, os objetivos e metas, a atividade do projeto, a descrição das tecnologias utilizadas, a necessidade de recursos humanos e materiais, a estimativa de produção e produtividade, os orçamentos, o fluxo de caixa e os impactos decorrentes do empreendimento. Nessa etapa, segundo Giongo (2008), o empreendedor deverá responder questões como o que, quando, como e quanto será produzido de bens ou serviços com o projeto. Também deverá responder o que, como, quando e quanto de cada fator de produção [Trabalho (T), Capital (K) e Recursos Naturais (N)] serão necessários para se produzir o bem ou o serviço. Essa etapa também visa responder qual o sistema de produção o empreendedor irá adotar.

A última etapa, a análise das viabilidades, é realizada para que os jovens elaborem projetos que contribuam para um desenvolvimento rural sustentável e solidário, sendo necessário analisar aspectos como os econômicos, ambientais e sociais que são os pilares do desenvolvimento sustentável e ainda o fator legal, ou seja, a legislação que regulamenta a atividade do projeto (Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural, 2010).

Os projetos depois de elaborados são apresentados pelos jovens em seus municípios. Nesses locais são formadas bancas de examinadores com representantes da EPAGRI, STR, CRESOL, secretários das prefeituras municipais, educadores, jovens rurais e membros de outras organizações como cooperativas e associações. Além de avaliar os projetos, a intenção é que a família, a comunidade e as instituições vejam nesses jovens e em seus projetos oportunidades de desenvolvimento da região e possam dar o apoio necessário para a execução deles.

Figura 9 – Jovem apresentado o seu PJER



Fonte: acervo da autora

Ao realizarmos o levantamento da temática dos projetos do grupo de jovens entrevistados, é possível verificar que, dos 25 jovens entrevistados, 17 deles optaram por elaborar projetos agrícolas e outros 8 de atividades não agrícolas como podemos observar na tabela 19 abaixo.

Tabela 19 – Projetos de empreendedorismo dos jovens entrevistados

| | N° de projetos | Gênero | |
|---|---------------------|----------|-----------|
| | | Feminino | Masculino |
| AGRICOLAS | 17 | 9 | 8 |
| NAO AGRICOLAS | 8 | 3 | 5 |
| AGRICOLAS | 100% de implantação | 9 | 4 |
| | 0% de implantação * | 4 | 2 |
| | NAO implantado | 4 | 3 |
| NAO AGRICOLAS | 100% Implantado | 3 | 0 |
| | NAO Implantado | 5 | 3 |
| Municípios que fazem parte da pesquisa | | | |
| | Lauro Müller | 3 | 5 |
| | Rio Fortuna | 4 | 3 |
| | Santa Rosa de Lima | 5 | 5 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados obtidos a campo (2012)

*projeto elaborado teoricamente, implantado e abandonado.

Uma das primeiras observações que se extrai da tabela anterior está relacionada ao fato de as moças escreverem projetos agrícolas, mas de não conseguirem concretizá-los.

Nas entrevistas realizadas os jovens foram questionados se, ao escreverem o projeto, era realmente essa atividade que gostariam de realizar. Em 95% dos casos, os jovens queriam desenvolver o projeto que elaboraram, embora somente 52% deles conseguiram realizá-lo. Mesmo escrevendo projetos em atividades que gostariam de atuar, surgiram fatores que desestimularam os jovens como a necessidade de realizar investimentos financeiros, a falta de recursos financeiros, a condição na família e a falta de terras para produzir. Primeiramente veremos os fatores que levaram à escolha por projetos agrícolas e não agrícolas. Os depoimentos abaixo expressam as escolhas pelos projetos que os jovens queriam desenvolver.

“Após ter feito a análise dos dados do levantamento do potencial da minha propriedade, estava convicto de que deveria aproveitar a matéria prima, dejetos de suíno e bovino disponível

na propriedade (...). O meu projeto foi a construção de um biodigestor, que já está funcionando fazem 6 anos. (...) quando eu decidi por esse projeto foi pensando em como poderia reduzir o uso de lenha, o que significava também poupar as matas. Com a produção de biogás nós conseguimos reduzir os seguintes custos: gás de cozinha e de energia elétrica, lenha e mão de obra para cortar a lenha (...) o biodigestor gera o calor necessário para aquecer as caldeiras do frigorífico. Houve uma redução significativa dos custos na propriedade e podemos investir na agroindústria” (Rapaz /T1/Lauro Müller, PJER, Melhoria da eficiência da propriedade através da construção de um biodigestor).

“Eu queria ter trabalhado com o papel, era um projeto que eu gostaria de desenvolver. Vi a possibilidade de viabilidade financeira, por ser novo, pelo mercado querer. (...) quando escrevemos o projeto percebemos que o nosso município tinha um grande potencial para se trabalhar com artesanato, principalmente artesanato com bagaço de cana-de-açúcar, pois o mesmo se encontra com facilidade, pois tem três agroindústrias de beneficiamento de cana” (Moça /T2/Santa Rosa de Lima, PJER, Produção artesanal de papel a partir do bagaço de cana-de-açúcar).

“Por meio do diagnóstico percebi o potencial da Unidade Familiar de Produção e identifiquei qual seria o meu projeto, fiz um estudo de mercado e parei para analisar bem minha propriedade. Com esse estudo da realidade pude perceber como é importante ficar na UFP e obter lucro com aquilo que eu posso fazer(...). O diagnóstico foi o começo e também analisei que o município tem grande potencial para produção de leite. Iniciei então o projeto pelo piqueteamento. (...) hoje já melhoramos a pastagem e com isso já houve aumento na produtividade de leite. Temos mais animais e mais lucro” (Moça /T4/Rio Fortuna, PJER, Produção de leite à base de pasto)

Os projetos que esses jovens escolheram relacionam-se com o apoio recebido pela família, com os estudos e pesquisas que realizaram, com as atividades que desenvolveram durante a formação e com a identificação de suas habilidades. Um dos fatores limitantes observados é a falta do apoio familiar. Isso é de extrema importância para a realização dos projetos, pois quando não há o devido apoio o projeto não se desenvolve, como segue no depoimento do jovem:

“Eu fiquei desanimado, a família não colaborou muito. Somente comecei, fiz uns piquetes e o pai não quis mais fazer o restante. (...) o técnico da Epagri esteve aqui fez todo o mapeamento, ajudou a colocar alguns piquetes e depois nunca mais veio. Agora está tudo parado (...) prefiro ir trabalhar na madeireira e ganhar o meu dinheiro. Logo, logo eu vou embora da propriedade, pois vou casar com uma jovem agricultora e ela já tem o sistema do pastoreio voisin implantado(...) vou poder colocar em prática o que aprendi lá.”
(Rapaz/T3/Rio Fortuna, PJER de Produção de leite à base de pasto)

É possível perceber a importância do papel da família. Segundo Carneiro (2005), o apoio afetivo, a segurança emocional e a socialização encontrada na família são mais importantes que o apoio material disponibilizado para a realização de projetos futuros.

Outro fator implicado na não implantação dos projetos, principalmente os não agrícolas, está relacionado à necessidade de investimentos financeiros como podemos verificar nos depoimentos que seguem:

“Quando elaborei meu projeto de agroturismo, era realmente o que eu queria fazer. Conheci muitos lugares com as visitas e abriu meu olho para fazer algumas coisas na propriedade. (...) começar por uma trilha, pois tem uma cachoeira muito bonita, construir um refeitório agradável. (...) mas tudo mudou e o tempo para fazer as mudanças e o custo não permitiu. (...)Mudei meu projeto para produção de leite a base de pasto foi uma saída prática e fácil, eu gosto e minha mãe também.”
(Rapaz /T5/Lauro Müller, PJER Agroturismo Vô Carrer)

“o projeto de artesanato com bagaço de cana-de-açúcar, não consegui colocar em prática, não tínhamos dinheiro, até apresentamos para algumas fundações para tentar recurso a fundo perdido, pois iríamos trabalhar com as mulheres da comunidade, mas não deu, ai fui desanimando e nada mais aconteceu.” (Moça /T2/Santa Rosa de Lima, PJER, Produção artesanal de papel a partir do bagaço de cana-de-açúcar)

“O meu projeto foi implantado enquanto fazia a formação porque queria no ano seguinte entregar para o PAA e para feira e mercados de Lauro Müller. Durante a safra tive problemas com falta de água e não tinha dinheiro para fazer irrigação. (...) não consegui acessar crédito para fazer esse investimento.”. (Moça/T5/Lauro Müller, PJER Horticultura orgânica).

O depoimento desses jovens é o reflexo das dificuldades que jovens e mulheres rurais encontram para acessar crédito, pois há uma série de fatores que restringem esse acesso, entre eles podemos citar o endividamento dos pais; a falta de conhecimento dos profissionais que trabalham com o crédito em relação a essas linhas específicas; os projetos elaborados pelos técnicos limitam-se às atividades primárias; o medo de contrair dívidas; e também a falta de autonomia econômica dos jovens e mulheres rurais. Castro (2009) destaca que o excesso de exigências para o acesso a créditos específicos para a juventude rural pode ser expressão de uma representação social que dificulta a credibilidade nos jovens pelo fato de serem jovens. Os jovens teriam que comprovar legitimidade como produtores rurais para acessarem o crédito.

Alguns projetos não conseguem ser implantados por questões relacionadas à necessidade de apoio das instituições locais, incentivo, disponibilidade dos órgãos públicos em apoiar projetos inovadores e que sejam de abrangência municipal. No depoimento a jovem expressa essa falta de apoio:

“nós não tivemos apoio do poder público, não tivemos abertura, apoio (...) pensamos em um projeto para o desenvolvimento do nosso município. (...) Queríamos ter mostrado aos agricultores uma atividade mais fácil e tranquila,

como uma pousada, fazer uma trilha, um café colonial, ou até mesmo mostrar uma propriedade modelo, mas não deu. Decidi continuar estudando e ver se como agrônoma consigo colocar o projeto em andamento” (Moça/T5/Lauro Müller, PJER Turismo rural consciente).

Na região de abrangência da pesquisa encontramos duas realidades distintas da atuação do poder público e das organizações. Nos municípios de Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna, as instituições locais promovem e apoiam o desenvolvimento dos projetos juvenis com diferentes ações como capacitação técnica, apoio técnico nas UFs, com a promoção de acesso a políticas públicas do governo federal. Já no caso de Lauro Muller, há pouco envolvimento do poder público local em ações para o desenvolvimento de projetos juvenis. O reflexo está, por exemplo, nas poucas ações de promoção de projetos turísticos em uma cidade que tem como paisagem a encosta da serra geral e um dos pontos turísticos mais importantes de santa Catarina, a Serra do Rio do Rastro.

Podemos constatar que os fatores que possibilitam o desenvolvimento dos projetos juvenis são de ordem interna e externa. Os mesmos fatores são muitas vezes os que possibilitam que o jovem desenvolva seus projetos, como também é o fator da não realização. Os principais fatores de ordem externa identificados estão relacionados a limitação de acesso ao crédito, regularização fundiária, acesso à terra, assistência técnica regular e contínua e de ordem interna é a família.

Para compreendermos melhor essa situação, abordaremos a seguir, como esses fatores, internos e externos, determinam as escolhas e a consolidação dos projetos de empreendedorismo agrícolas e não agrícolas dos jovens egressos do Cedejor.

6 MUDAR OU SAIR: OS LIMITES E AS POTENCIALIDADES PARA IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DOS JOVENS

Atualmente muitas são as pesquisas que abordam o tema da juventude rural, principalmente nas questões relacionadas à permanência ou não no campo e às condições de realização dos projetos de futuro, sejam eles profissionais ou de vida (WEISHEIMER, 2006, BRUMER, 2007; SPANEVELLO, 2009; AGUIAR, STROPASOLAS, 2010). É importante considerarmos os fatores que estão influenciando a decisão dos jovens entre mudar ou sair da situação em que se encontram na UF ou no território.

Nos casos estudados, os fatores que estão influenciando a decisão dos jovens são fatores de ordem interna e externa. Os fatores de ordem interna estão relacionados à família nos aspectos estruturais, financeiros e afetivos e no aspecto externo está o acesso a políticas públicas. Weishemer (2009) constatou em sua pesquisa que os projetos profissionais formulados pelos jovens são influenciados em diferentes graus pelas oportunidades objetivas de reprodução das unidades de produção familiar, como o acesso aos recursos materiais que possibilitam aos jovens dispor de autonomia para tomar suas próprias decisões e acessar os resultados de seus esforços produtivos. Segundo o autor, os projetos que os jovens definem como atividade profissional são diretamente influenciados pelo modelo de reprodução da família e pelos recursos materiais que dispõe.

Ao perguntarmos aos jovens nessa pesquisa se tinham vontade de permanecer no campo, 24 (96%) jovens querem permanecer no meio rural, e do universo dos 97 jovens egressos, 71 (79%) residem no meio rural. Desse grupo de jovens alguns são agricultores e outros realizam outras atividades profissionais. Segundo os jovens residir no meio rural lhes proporciona obter renda, ter seu empreendimento e estar com a família:

“Eu gosto de ser agricultora, de trabalhar com os animais(...). Hoje tenho minha renda, uma boa renda, sem precisar sair daqui. Eu tive a experiência de trabalhar fora da propriedade, e não há necessidade de ser empregada se na propriedade você tem seu próprio negócio” (Moça/T2/Santa Rosa de Lima).

“(...) ocorre um maior controle das tarefas, pode ser muito mais independente, pode ir e vir com mais liberdade” (Rapaz/T2/Santa Rosa de Lima).

Constatou-se que um número expressivo de jovens que realizaram a formação estão residindo no meio rural, uma exceção, se comparados às pesquisas realizadas no Brasil sobre permanência do jovem no meio rural (CARNEIRO, 1998; BRUMER, 2008). No entanto é importante reforçar que os jovens estão residindo no meio rural e se inserindo em atividades não agrícolas que passam a ser uma opção estratégica, conforme aponta Carneiro (2004), “dada às necessidades familiares e as alternativas de emprego existentes, e não mais uma fatalidade” (CARNEIRO, 2004, p. 261).

Carneiro (2005), observa que nas áreas rurais que apresentam melhores condições de infraestrutura como a qualidade de estradas e dos meios de transporte, a comunicação com a cidade, a telefonia, etc., vêm ocorrendo uma mudança de valores no que se refere a relação campo-cidade e os jovens passam a ser influenciados pela valorização urbana do campo. Segundo a autora, isso contribui com o desejo dos jovens de permanecerem na localidade de origem. Esse fator muitas vezes se constitui num estímulo para que a juventude desenvolva, além de atividades agrícolas, as atividades não agrícolas.

Contudo é importante ressaltar que essa não é uma realidade de todos os jovens dessa região. Eles também apontam as dificuldades que enfrentam para viver no campo, que a migração de muitos de seus amigos e familiares ocorreu por fatores como a falta de acessibilidade, pois não há boas estradas, telefonia, saúde, educação voltada para atender a criança e o jovem, há também dificuldades de comercialização dos produtos da agricultura e a falta de renda e autonomia do jovem na família. De um modo geral, segundo Aguiar e Stropasolas (2010) são precárias as condições de infraestrutura encontradas no meio rural, em que se verificam precárias condições das estradas, além do fator de distância dos centros urbanos e da má qualidade dos serviços de transportes, bem como as dificuldades para o acesso ao computador e à internet. A jovem da T5 de Rio Fortuna retrata bem essa situação:

“os meus amigos aqui da comunidade foram todos embora, uns foram morar na praça [centro urbano da cidade] e outros foram para Braço do Norte, Tubarão e Florianópolis (...) também (...) os pais não davam dinheiro por todo o trabalho que o filho fazia, também não tinham moto, colocar dinheiro na agricultura também não tinham, então era mais fácil ir embora”. (Moça/T5/Rio Fortuna)

Apesar dessa fala, no grupo de jovens entrevistados, 17 escreveram seus projetos de empreendedorismo em atividades agrícolas e 12 preferem permanecer em atividades agrícolas na propriedade da família, pois acreditam que as condições oferecidas são mais atrativas do que aquelas oferecidas na cidade, conforme o depoimento dos jovens:

“aqui eu estou perto de tudo, estou a 3 Km do centro de Lauro Müller, estou em contato com a natureza, estudo, trabalho, gosto do meu trabalho”. (Rapaz/T5/Lauro Müller).

“fora, eu não vou ganhar o que ganho aqui. Eu gosto de trabalhar com os animais, de plantar, de trabalhar junto com a família”. (Moça/T5/Lauro Müller).

Ao elaborarem seus projetos de empreendedorismo, os jovens podem decidir por implantar uma nova atividade, ou mesmo realizar uma melhoria nas atividades que já desenvolvem. As atividades escolhidas podem estar relacionadas às atividades agrícolas ou não agrícolas. Nos casos estudados, foram elaborados 25 projetos, 17 (68%) em atividades agrícolas e outros 8 (32%) em atividades não agrícolas. Desse número 12 (48%) projetos foram implantados e já estão concretizados e estão proporcionando renda para os jovens e suas famílias, 4 (16%) foram implantados, mas foram abandonados ou deixados para outros executarem e 9 (36%) projetos foram somente elaborados teoricamente.

Primeiramente foi possível verificar que os jovens, tanto rapazes como moças, escreveram mais projetos agrícolas do que não agrícolas, e que os agrícolas obtiveram maior êxito na implantação.

O fator interno que contribuiu para os jovens escolherem seus projetos em atividades agrícolas ou não agrícolas foi a condição do jovem na família, particularmente aspectos como a autonomia material, a participação na gestão do empreendimento e a formação educacional. O fator externo relaciona-se com o acesso ao crédito e às políticas públicas. Os fatores limitantes para a implantação dos projetos estão pautados nas mesmas questões como a falta de apoio da família, falta de autonomia na gestão do projeto, dificuldades de acesso ao crédito e o acesso às políticas públicas. Estes resultados corroboram pesquisas como, por exemplo, a realizada por Aguiar e Stropasolas (2010), que constata conflitos intergeracionais e de gênero entre os membros das

famílias rurais, entre os quais o modelo de gestão centralizado na figura do pai, chefe da família, que centraliza as decisões; a dificuldade do diálogo entre pais e filhos de aceitar as ideias e inovações; a pouca participação das filhas nas tomadas de decisões; a falta de confiança dos pais; a falta de autonomia dos filhos e principalmente das filhas; e também limite de mobilidade espacial das filhas.

Observamos que é no núcleo familiar que reside um dos grandes desafios dos jovens, sobretudo das moças, pelas relações de trabalho e de vida aí estabelecidas. Essas relações podem ser flexíveis, ou seja todos participando dos processos decisórios que envolvem a UF, ou podem ser rígidas e centralizadas, processo caracterizado pelo poder autoritário do chefe da família.

Para protagonizar sua história e desenvolver seus projetos, os jovens precisam encontrar estratégias para dar conta dessas questões, que são de natureza cultural no meio rural. Os jovens que implantaram seus projetos encontraram algumas alternativas e a mais citada por eles foi o diálogo com a família, para que houvesse uma maior participação dos seus membros no projeto nas diferentes etapas de seu desenvolvimento como, por exemplo, no diagnóstico, no estabelecimento de metas, além de outras etapas.. Essa informação é revelada nos depoimentos abaixo:

“sim, eu consegui implantar meu projeto, antes não havia muito investimento no leite, não tinha piquetes e nem sala de ordenha moderna, (...) conversando em casa eles começaram a me perguntar e fazendo junto e foi dando certo”. (Moça/T4/Rio Fortuna, PJER de Produção de leite à base de pasto).

“ Eu procurei sentar com a família desde o início, (...) vimos que ia ser com gado de leite. Aqui em casa todos gostamos de lidar com os animais, até o vô ajuda. (...) o projeto tá indo, já fizemos os piquetes, melhoramos a pastagem, agora vamos plantar as árvores.” (RapazT4/Santa Rosa de Lima, PJER de Produção de leite à base de pasto).

Outra estratégia utilizada foi a implantação do projeto enquanto elaboravam o mesmo, dessa forma tinham apoio dos educadores e dos técnicos da EPAGRI e da prefeitura quando estes realizavam as visitas e também estavam repletos de informações dos cursos e estágios. Ou seja,

retornavam dos estágios e já aplicavam os conhecimentos na sua propriedade. Como segue no depoimento do jovem.

“lá em casa já se trabalhava com produção de alevinos, mas precisava melhorar, então meu projeto foi com a ideia de melhorar essa produção(...) voltei do meu estágio do Paraná em piscicultura, aprendi duas técnicas que na propriedade ainda não era utilizada (...) e era fácil, ia dar diferença na produtividade. O pai topou e gostou do resultado, depois eles aceitou mais minhas ideias. (...) agora eu casei e mudei de propriedade e o projeto ficou com o pai e a mãe.”
(Rapaz/T2/Rio Fortuna, PJER de Produção de alevinos)

Nos casos estudados, para alguns jovens e suas famílias, realmente ocorreram mudanças. Projetos, nos quais as famílias participaram da escrita deles e que permitem a participação dos jovens na gestão da UF, obtiveram maior êxito. O resultado é que os jovens permaneceram nas UFs, implantaram seus projetos e já estão obtendo renda, conforme relato:

“passei a ter maiores responsabilidades com as atividades que já desenvolvemos como o gado de leite e a suinocultura. A gestão ficou comigo, sou responsável principalmente pelo controle de custos, anotações, registros e contas da propriedade”. (Moça/T3/Santa Rosa de Lima, PJER de produção de leite à base de pasto).

“uma parte da minha renda vem da porcentagem da venda de leite e outra da porcentagem da venda de lenha do reflorestamento. Quando implantei o projeto o pai já me passou uma porcentagem da venda do leite”. (Moça/T2/Santa Rosa de Lima, PJER de produção de leite à base de pasto).

A renda é um fator que colabora para a tomada de decisão dos jovens em permanecer ou não no espaço rural. Perguntamos aos jovens como é a remuneração pelo trabalho realizado na UF, 11 (44%) jovens recebem recursos do trabalho desenvolvido com atividades agrícolas, são parceiros dos pais, recebem porcentagem da produção e até mesmo

recebem salários. Do grupo de jovens somente três recebem dinheiro quando precisam e 11 (44%) não recebem remuneração na UF, pois atuam em outras atividades, são funcionários, prestam serviço em outros locais.

Evidenciou-se nessa questão uma mudança de padrão na agricultura familiar, em que as famílias estão remunerando seus filhos pelas atividades que desenvolvem. Tradicionalmente, segundo Carneiro (2005), a forma de organização familiar do trabalho na agricultura supunha a não individualização da renda resultante do trabalho coletivo na lavoura. O trabalho que antes era reconhecido como “ajuda” passa a ser reconhecido e remunerado ampliando as possibilidades de permanência desse jovem. Essa condição diferenciada pode estar relacionada há uma pressão exercida pelo jovem e também aos investimentos em formação, assistência, acompanhamento, diálogo e outras ações realizadas pelas instituições locais. Brumer (2007) reforça que as principais reivindicações dos jovens filhos de agricultores familiares no sul do Brasil são o acesso a uma renda própria e autonomia em relação aos pais.

Outra aspecto observado foi a participação das moças na gestão e na renda da unidade familiar. Conforme Weisheimer (2006), as jovens mulheres dificilmente tem acesso aos rendimentos financeiros advindos da agricultura, nem vislumbram entre as suas possibilidades suceder aos pais na gestão da unidade familiar e terem a propriedade da terra para o exercício autônomo da agricultura. Segundo Stropasolas (2006), há um aumento expressivo da participação de mulheres e moças nos sistemas integrados de produção agroindustrial e em unidades de processamento agroindustrial familiar de alimentos, no entanto nem sempre essa participação gera mudanças de padrões culturais, pois ainda se verifica a tendência de haver uma centralização nos homens da gestão desses estabelecimentos.

Nas estratégias para obter renda sejam elas em atividades agrícolas ou não agrícolas no meio rural ou no urbano também há uma renda secundária. No grupo estudado 12 jovens têm uma renda secundária em atividades agrícolas como a produção animal, vegetal e a silvicultura.

Os jovens buscam sua autonomia financeira para que possam atender primeiramente necessidades básicas como roupas, material de uso pessoal, e também para investimento em educação conforme depoimentos: “Primeiro realizo o pagamento de pequenas contas, como roupa e combustível” (Rapaz/T4, Santa Rosa de Lima), “quando recebo o dinheiro pago primeiro a mensalidade da faculdade” (Moça/T5, Lauro

Müller) e também seus desejos de consumo como a moto, o celular, a casa, como segue: “Eu pago primeiro a prestação da minha moto” (Rapaz/T2, Santa Rosa de Lima), “Eu estou guardando a maior para a construção da minha casa” (Moça/T2, Santa Rosa de Lima).

Os depoimentos e as informações, que foram analisados, estabeleceram o que os jovens realizam com sua renda em grau de importância. Primeiramente pagam contas que assumiram como responsabilidade que são as prestações de móveis, eletrodomésticos, computador, moto, ou mensalidades de cursos ou da faculdade, na sequência vêm os gastos pessoais com roupas e calçados. Ao pagarem todas as contas aplicam parte da renda na caderneta de poupança para investimentos futuros na aquisição de bens materiais como carro, casa e terras e, por último, vem os gastos com o lazer. Todos os jovens, independentemente do grau de importância que classificaram a questão fazem uma reserva da sua renda.

A independência financeira, segundo Stropasolas (2006), é o que define muitas vezes as opções de ficar ou sair da UF, pois permite ao jovem realizar seus projetos de vida. Outro fator importante que define a escolha dos jovens é a sucessão na UF.

A sucessão é um assunto difícil de ser abordado, sendo perceptível que as famílias têm resistência de falar sobre esta questão. Um assunto que ainda não está sendo resolvido, que ainda está sendo encaminhado para depois nas decisões das famílias dos jovens. No grupo de jovens entrevistados somente 2 jovens rapazes possuem o registro das terras e um desses jovens, que teve sua formação na T5 de Lauro Müller, é filho único e tem apoio da família para continuar com as atividades que são desenvolvidas na UF conforme a fala do pai: “(...) eu incentivo, vai dele querer ficar, ele foi para o Cedejor, agora tá fazendo agronomia, tem tudo”.

A situação do grupo com questão a sucessão está colocada da seguinte maneira: em 17 famílias a propriedade será dividida entre os filhos, mas ainda não há o nome do sucessor, pois os pais ainda são jovens. Paulilo (2004) ressalva que o modelo sucessório no sul do País é tardio. Em 8 UFs o assunto ainda não foi abordado, sendo que em 5 dessas os avós ainda têm a posse da terra. O jovem nesse caso não sabe se terá recursos físicos como a terra para desenvolver qualquer projeto na área agrícola. Por isso uma das jovens da T5 de Santa Rosa de Lima se manifesta dizendo que escreveu um projeto para sua família desenvolver, mas ela irá procurar emprego na cidade: “(...) o pai tem quatro irmãos, quando a terra for dividida ele ficará com um pedaço muito pequeno, que vai dar para ele e minha mãe, assim o projeto de

leite a base de pasto poderá aumentar a renda e o pai poderá deixar de plantar fumo”.

Para as jovens moças a sucessão é um pouco mais delicada, como podemos ver na situação abaixo:

“(…) hoje eu não tenho chance na UF, tudo é meu irmão que faz, mas eu queria fazer junto e resolver junto(…) quem sabe ser sócia do meu irmão.” (Moça/T2 de Rio Fortuna).

“eu gostaria de assumir, que meus pais confiassem em mim (...) mas conversar com meus pais é muito difícil, eles não deixam eu falar e eu acho que quem vai ficar com a sucessão é minha irmã do meio que é casada, mora do lado dos meus pais e o marido dela pode ajudar.” (Moça/T5 de Rio Fortuna).

Nos estudos de Carneiro (2001) e Stropasolas (2006), são constadas hierarquias e vieses de gênero no tocante à sucessão. As filhas, de maneira geral, já sabem de antemão que dificilmente irão ser escolhidas como sucessoras. O que foi possível perceber nos resultados da pesquisa é que mesmo os jovens participando de uma formação voltada para a sua situação juvenil é muito difícil se criar mecanismos para que os jovens possam abordar esta questão na família.

No que se refere ao processo decisório na UF, o espaço de atuação dos jovens foi ampliado, mas continua ainda ocorrendo na maioria das famílias a situação do pai como responsável, tanto pela produção animal, como vegetal. Conforme relato do rapaz da T5 de Lauro Müller: (...) “É uma gestão coletiva, eu, meu pai e minha mãe participamos”, também da moça da T3 de Santa Rosa de Lima “Com muita perseverança fui conquistando a mãe, mostrando trabalho, tive muita paciência e mostrei muita responsabilidade”. O Rapaz da T2 de Santa Rosa de Lima “Consegui convencer o pai implantar o PRV, antes os animais ficavam no pasto e com comida no cocho, não tinha manejo.”

Mas há muito para ser conquistado pelos jovens, uma parcela deles conseguiram se inserir na gestão da UF, mas outra continua subordinada aos pais. Ao nos deparamos com depoimentos em que o jovem expressa “não participei das mudanças na propriedade, nem perguntaram minha opinião”, “o pai não me ouviu”, “parece que o pai tem medo de mudar”, “ele não confia em mim mesmo, acha que não

quero nada com nada”. Aguiar e Stropasolas (2010) na pesquisa com famílias rurais envolvidas no Projeto Microbacias constatam que o principal tensionamento entre pais e filhos homens está na gestão da UF, a qual abarca a escolha do sistema de produção, a decisão do que produzir, de como produzir, no que investir, que atividades desenvolver, a quem ou a que se destinam os recursos (AGUIAR e STROPASOLAS, 2010, p. 174)

O fator externo que contribui para a tomada de decisão da escolha por realização em projetos agrícolas ou não agrícolas identificados na pesquisa está relacionado ao acesso a recursos financeiros. Precisamos considerar que há programas de governo para atender a demanda juvenil por crédito, mas, no entanto o número efetivo de ações é bastante reduzido. O PRONAF jovem é uma linha de crédito especial criada para incentivar a permanência dos jovens no meio rural e o crédito destina-se para criação de animais, aquisição de equipamentos agrícolas, e também para o desenvolvimento de atividades de turismo rural ou artesanato. Com crédito disponibilizado os jovens poderiam iniciar o seu projeto, trabalhar no campo, gerar renda e assim melhorar as suas condições de vida e da família.

No entanto o que se observou é que os jovens escrevem seus projetos, mas não conseguem implantar, pois não há recursos para eles, como podemos verificar no depoimento abaixo:

“a produção de papel a partir do bagaço de cana era um projeto que gostaria que desse certo, mas não tínhamos dinheiro, até tentamos, escrevemos para outros lugares (...). No fim desistimos e hoje trabalho na praça, mas moro na propriedade”.
(Moça/T2 de Santa Rosa de Lima).

Se o crédito é um fator que ainda não é acessível para a maioria dos agricultores familiares, para os jovens torna-se ainda mais difícil essa possibilidade. Ao serem questionados se acessaram crédito nos últimos 3 anos, somente 4 (16%) responderam afirmativamente, sendo que 1 jovem fez uso crédito pessoal para reformar a granja de aves, os outros 3 jovens o Pronaf. Quanto ao Pronaf jovem um dos jovens foi informado pelo banco que não havia disponibilidade para a região. O Governo Federal lançou em 2004 os dois primeiros programas de dimensão nacional de políticas públicas para a juventude, que são o

“PRONAF jovem²⁴” como crédito para a produção e o “Nossa primeira terra” que seria crédito para compra de imóvel (CASTRO, 2009). Segundo a autora, a um excesso de exigências para que os jovens possam acessar essas políticas públicas para as quais eles são o público-alvo, como exemplos tem-se a necessidade de comprovar carga horária em cursos técnicos ou comprovar tempo de experiência na produção agropecuária. Os jovens precisam comprovar legitimidade como produtores rurais para acessarem o crédito.

No que se refere ao programa “Nossa Primeira Terra”, do grupo de jovens entrevistados, somente um, de Lauro Muller da T1, acessou o crédito fundiário e o procedimento durou três anos. Segundo o jovem “foram muitas idas e vindas aos cartórios e ao órgão que estava encaminhando a documentação”.

Na perspectiva de mudar ou sair, os jovens da pesquisa estão optando por permanecerem na UF e no território. Os jovens avaliam de forma positiva a possibilidade de casar e fixar residência no meio rural. O meio rural continua sendo concebido como um lugar tranquilo, seguro e onde há maior qualidade de vida. As limitações do espaço rural, como o acesso ao lazer e à cultura, a inclusão digital e a infraestrutura (estradas, transporte, serviços básicos) são levados em consideração, assim como as questões do núcleo familiar como a falta de autonomia, de colaboração na gestão da UF, da autoridade do pai. Todas essas questões implicam o cotidiano juvenil.

Os projetos de empreendedorismo elaborados pelos jovens contribuem para que melhorem a perspectiva de executarem um projeto de vida no espaço rural, que possam dessa forma suceder seus pais e conseqüentemente promover a manutenção do tecido social e produtivo das unidades familiares e dos empreendimentos não agrícolas. No entanto é fundamental que os próprios jovens provoquem a mudança,

²⁴ Pronaf Jovens – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas nos grupos B, C, D e E, maiores de 16 anos e com até 6 25 anos de idade, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Visa incentivar o desenvolvimento de novas atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/guia/outrosprogramas/pronaf-jovem>

que eles sejam os próprios indutores e protagonistas das ações e dos projetos dentro e fora da UF.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa identificou os fatores que determinam as escolhas e a consolidação dos projetos de empreendedorismo agrícola e não agrícola dos jovens do Cedejor das Encostas da Serra Geral, especificamente nos Municípios de Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna e Lauro Muller. A intenção foi compreender quais os fatores que influenciam diretamente a opção dos jovens por desenvolverem projetos em atividades agrícolas e não agrícolas e a consolidação deles.

Os fatores que influenciam são de ordem interna e externa. O fator de ordem interna identificado nas escolhas dos jovens pelos seus projetos independentemente de serem agrícolas ou não é o fator familiar. Quanto maior o apoio familiar, maiores são as chances que o jovem tem de desenvolver seu projeto.

Por meio da análise dos resultados constatou-se que os jovens, moças e rapazes, optam por fazer projetos de empreendimento na área agrícola. Os projetos nessa área também são os que foram implantados e que continuam em atividade. Os projetos agrícolas desenvolvidos pelas moças tiveram maior sucesso quando elas já desempenhavam essas atividades. Essa situação sugere que os sistemas de produção adotados nas UFs podem favorecer em maior ou menor grau a participação das jovens nos processos de decisão e provocar alterações na forma que se realiza a gestão.

Os jovens sofrem influência direta da família na elaboração dos seus projetos, o que se observa é que quanto maior e melhor o relacionamento no núcleo familiar, maiores são as chances dos projetos se estabelecerem. Quando os jovens conquistam seu espaço para decidir, participar do processo de gestão do empreendimento, eles conseguem visualizar perspectivas e continuar com seus projetos. Ao encontrarem resistência, não conseguindo fazer parte da gestão, da escolha do sistema de produção, da decisão das atividades que irão desenvolver, onde investir seus recursos, irão em busca de novas atividades, que podem ser agrícolas, com o início de um projeto individual em outra propriedade, ou em atividades não-agrícolas como a prestação de serviço, ou mesmo emprego em estabelecimentos locais e na região.

Quanto à formação oferecida pelo Cedejor, verificou-se que ela contribui com propostas de temas para os projetos, pois oferece ferramentas para que o jovem realize escolhas dentro do contexto em que se encontra. A formação contribui com o relacionamento familiar, pois amplia a capacidade de o jovem estabelecer relações com a família, com a comunidade e com as instituições locais. Motiva o jovem a

permanecer no espaço rural e desenvolver atitudes e ações que melhorem as condições de vida da família e da comunidade.

Quanto ao trabalho das organizações, foi possível verificar nos depoimentos e no acompanhamento das atividades que ocorre somente uma participação inicial. Constatou-se a falta de continuidade nas ações, como exemplo: as prefeituras ao mudarem os mandatos, alteram as prioridades. Nas organizações públicas de extensão faltam profissionais para atender a demanda local e nas associações e cooperativas faltam recursos para manter profissionais e oferecer capacitações condizentes com a realidade dos jovens.

Outro fator levantado na pesquisa foi a mudança que os projetos praticados pelos jovens proporcionam na sua condição de jovem na família. Verificou-se que muitos jovens saem da condição de “ajudante” para a de membro ativo, pois inicia sua participação na gestão da UF e /ou do empreendimento. No que se refere ao tema da sucessão, mesmo sendo algo ainda não resolvido na maioria das situações, alguns pais, ao verem o(a) filho(a) permanecer e investir na UF, conseguem visualizar a possibilidade de se concretizar a sucessão do patrimônio familiar.

Assim confirma-se uma das hipóteses dessa pesquisa: os jovens rurais realizam sua opção por projetos agrícolas ou não agrícolas pelas condições oferecidas na UF, sejam essas de cunho estrutural, financeiro ou afetivo. Essas condições permitem e dão segurança ao jovem para empreender. O apoio familiar, o incentivo proporcionado faz com que elaborem seus projetos.

Nesta perspectiva, essa pesquisa com jovens do Cedejor ESG permitiu compreender que a escolha por desenvolver um projeto seja ele em atividades agrícolas ou não agrícolas está relacionado à interação ao coletivo da família. Quanto maior a participação do jovem na UF, maiores são as condições de escolha e de implantação de seus projetos.

No entanto, para que um número maior de jovens possa empreender projetos de vida no espaço rural, faz-se necessário realizar ações na família, na formação escolar, na atuação das instituições públicas e privadas. É preciso um conjunto de ações na vida desses jovens promovendo o acesso à educação, ao lazer, à cultura, à informação, etc., todas condizentes com a realidade de um grupo juvenil.

Para que os projetos de empreendedorismo viabilizem o projeto de vida dos jovens e assim possibilitem a continuidade da agricultura de base familiar, faz-se necessária intervenção e ação do Estado sobre os fatores externos para viabilizar as políticas públicas, pois é urgente e necessário que mais jovens acessem o crédito rural, tenham assistência

técnica regular e contínua, educação, infraestrutura, inclusão digital, acesso a terra e a regularização fundiária.

Os projetos de empreendedorismo agrícolas ou não agrícolas permitem aos jovens no contexto das novas ruralidades continuar no espaço rural. Os elementos dessa nova ruralidade como a possibilidade de acessar curso superior, a profissionalização, a internet no meio rural, as agroindústrias, o agroturismo e tantas outras questões favorecem a permanência. É preciso fortalecer o protagonismo desses jovens nos diferentes espaços de atuação, sejam públicos ou privados, em atividades produtivas e associativas e assim conquistar as condições necessárias para a permanência e instalação efetiva dos jovens no meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo/SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

ABRAMOVAY, R. (Coord.); SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, T.; FERRARI, D.; TESTA, V.M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília/DF: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 abr. 2001, p. A 3. Disponível em: <http://www.abramovay.pro.br/artigos_jornal/>. Acesso em: 12 de set. de 2011.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre/RS: Ed. UFRGS, 2003.

AGUIAR, V.V.P.; STROPASOLAS, V.L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. *In*: PARRY SCOTT, R.C; MENEZES, M. (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. 1 ed. v. 1. Florianópolis/SC: Editora Mulheres, 2010. p.1-22.

ALVES, M. **Entre o canto do galo e o apito das fábricas: a pluriatividade na agricultura familiar de São Ludgero/SC**. 2008. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC.

ANDRADE, A.P.C. **Diagnóstico de variedades locais e as razões subjacentes à prática da conservação**. Estudo de caso nos Municípios de Anitápolis/SC e Santa Rosa de Lima/SC. 2003. 154 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC.

ARROYO, M.G.; FERNANDES, B.M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma educação básica do campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº2.

ARROYO, M.G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA (AMUREL). **Dados Municipais**. Braço do Norte, 2011. Disponível em: <<http://www.amurel.org.br>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

BAPTISTA, F.M.C. **Educação rural**: das experiências à política pública. Brasília/DF: NEAD, 2003.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**. Florianópolis/SC, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan.-jul. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso EM: 18 out. 2012.

BOTTEGA, M.P.V. **Jovens quilombolas e ocupações não agrícolas**: tensões em um programa de educação do campo. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro/RJ: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRASIL. Ministério da Educação. Referências para uma política nacional de educação do campo. **Caderno de subsídios**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2003. 40 p. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/imprensa/MioloSeminarioedCampo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Base ProJovem Campo Saberes da Terra**: Programa nacional de educação de jovens integrada com qualificação social e profissional para agricultores (as) familiares. Brasília/DF, 2009. 79 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/projovem_projetobase2009.pdf. Acesso em: 22 out. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar. **O que é o Pronaf?** Brasília/DF: MDA/SAF, 2005. 3 p. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 4 set. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Proposta técnica para inserção da educação do campo no processo de desenvolvimento territorial** (versão preliminar). Brasília/DF: MDA, 2005. 26 p.

BRASIL. **Novo Código Civil**. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/senador/alvarodi/b_menu_esquerdo/4_biblioteca_virtual/Novo_codigo_civil.pdf>. Acesso em: 1º out. 2012

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Nacional de Juventude. **Governo define políticas para jovens rurais**. Brasília, 2012, 2 p. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/05/18/governo-define-politicas-para-jovens-rurais>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis/SC: UFSC, v.12, n.1, p. 205-227, 2004.

BRUMER, A. A problemática dos jovens na pós-modernidade. *In*: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro/RJ: Mauad, 2007. p. 35-51.

BRUMER, A.; PAULILO, M. I. (Orgs.). Dossiê: as agricultoras do Sul do Brasil. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis/SC: Ed. da UFSC, v.12, n.1, p. 171 -174, 2004.

BRUMER, A.; PANDOLFO, G.C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. *In*: 8º SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: Corpo, Violência e Poder. Florianópolis. **Anais**. Florianópolis/SC, 2008.

CALDART, R.S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *In*: MOLINA, M.C.; JESUS, S. M. S. A. de (Orgs.). **Coleção por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília/DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, n.5, p.13-52, 2004.

CALIARI, R. O. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento local**. Lavras/MG: Editora da Universidade, 2002.

CALVÓ, P. P. Centros familiares de formação em alternância. *In*: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: Alternância e Desenvolvimento. **Anais**. Salvador/BA, 1999. p. 15-24.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *In*: ENCONTRO NACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO. **Anais**. Curitiba/PR: ABEP/IPARDES, 1998. p. 303-327.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. I CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL. **Anais**. Piracicaba/SP: FEALQ, 1999. p. 9-42.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo-cidade no imaginário de jovens rurais. *In*: TEIXEIRA DA SILVA, F.C; SANTOS, R; COSTA, L.F.C. (Orgs.). **Mundo Rural e Política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Campus/Pronex, 1998. p. 94-118.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998a.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Mauad, n.11, p.53-75, out. 1998b.

CARNEIRO, M.J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis/SC: v. 9, n. 2, p. 22-55, jun.-dez. 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9671>>. Acesso EM: 18 nov. 2011.

CARNEIRO, M.J. A pluriatividade na agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Mauad, n. 19, p. 176-183, out. 2002.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Introdução. *In*: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro/RJ: Mauad, 2003. p. 17- 27.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. *In*: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.M. **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo/SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.

CARNEIRO, M.J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. *In*: SCHNEIDER, S. (Coord.). **A diversidade da agricultura familiar. Série Estudos Rurais**. Porto Alegre/RS: Ed. da UFRGS, 2006. p.165-185.

CARNEIRO, M.J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. *In*: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro/RJ: Mauad, 2007. p. 53-66.

CARNEIRO, M. J.; MARTINS, M. Juventude rural e políticas públicas no Brasil. **Grain de Sel: La revue de Inter-Réseaux**. Paris/França, maio 2007. p. 23-24.

CARRIER, J. P.; CAZELLA A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Revista Eisforia**. Florianópolis/SC: PPGAGR/UFSC, v.1, n.1, p. 23-48, 2006.

CASTRO, E.G. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 408 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional (PPGAS/MN), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ.

CASTRO, E.G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S.L.F.; RODRIGUES, M.E.B; CARVALHO, J.G. **Os jovens estão indo embora? juventude**

rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro/RJ: EDUR, 2009.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO JOVEM RURAL (CEDEJOR). **Estatuto Social**. Instrução Normativa RFB n. 748, de 28 de junho de 2007. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), 2 ago. 2001.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO JOVEM RURAL (CEDEJOR). Projeto Juventude Rural em Movimento (PJRM). **Relatório de Atividades 2008**. Lauro Muller. 40 f.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO JOVEM RURAL (CEDEJOR). **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2009. Disponível em: <<http://www.cedejor.org.br>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO JOVEM RURAL (CEDEJOR). **Projetos institucionais**. 2009a. Disponível em: <<http://www.cedejor.org.br>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

CONTERATO, M.A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 228 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)- Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: DESLANDES, S. F.. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. p. 51-79.

DAYRELL, J.. O jovem como sujeito social. *In*: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro/RJ: ANPED, n. 24, p. 40-52, set.-dez. 2003.

DELORS, J. et al. **Educação, um tesouro a descobrir**. Brasília/DF: Ministério da Educação/UNESCO, 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4. ed. São Paulo/SP: DIEESE/NEAD/MDA, 2011.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. São Paulo/SP: Cultura Editores Associados, 1999.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo/SP: Cultura Editores Associados, 2002.

DURSTON, J. Juventud rural excluída em America Latina reduciendo la invisibilidade. In: XXI CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA. **Anais**. São Paulo/SP, 1997.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina (2010-2011)**. Florianópolis/SC: Epagri/Cepa, 2012.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI/SC). **Levantamento Agropecuário de Santa Catarina (LAC) 2005**. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo/SP: Iglu Editora (Fapesp), 2007.

GELBCKE, D. L. **Agroturismo e produção do espaço nas Encostas da Serra Geral**: entre a ideia e a prática. 2006. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC.

GIMONET, J. C. Método pedagógico ou novo sistema educativo? A experiência das Casas Familiares Rurais. **Documentos Pedagógicos**. Brasília/DF: Cidade Gráfica e Editora Ltda., 2004.

GIMONET, J. C. Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos Ceffas. **Coleção Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação, Família e Alternância (AIDEFA)**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

GIONGO, E. **Elaboração e organização de um roteiro para o Projeto do Jovem Empreendedor Rural – PJER**. 2008. 33 f. Monografia

(Graduação em Administração em Agronegócio) Faculdade de Administração, Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), Orleans/SC.

GODOY, C.M.T; PÉREZ, F.I.C.; WIZNIEWSKY, J.G.; GUEDES, A.C.; MORAES, C.S. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. *In: 48º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Anais.* Campo Grande/MS, 2010. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/15/1212.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

GONTIJO, C.R.B. Juventudes do campo no contexto de ruralidades a serem (re)construídas: um estudo exploratório em um acampamento dos sem-terra. *In: II SEMINÁRIO NACIONAL: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. Anais.* Florianópolis/SC, 2007. p. 195-210.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas/SP: UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil? **Ciência Hoje.** Rio de Janeiro/RJ, n. 29, p. 60-63, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas/SP: UNICAMP, 2002. p. 1-28

GRUPO TEMÁTICO DE JUVENTUDE RURAL (GTJR). Juventude Rural e o desenvolvimento rural sustentável. *In: DELGADO, N. G. (Coord.) Brasil rural em debate: coletânea de artigos.* Brasília/DF:CONDRAF/MDA, 2010. p. 232-243

GUILHOTO, J.J.M.; ICHIHARA, S.M; SILVEIRA, F.G; AZZONI, C.R Agricultura familiar: contribuindo para a riqueza nacional. **Revista Marco Social,** Rio de Janeiro/RJ: Leograf Gráfica e Editora, v.9, p. 24-29, 2007.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural:** sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas

Encostas da Serra Geral Catarinense. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos do IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 13 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2006**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 13 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico IBGE 2010**. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge-2010.pdf>. Acesso em: 14 set. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA/FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (INCRA/FAO). Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. **Projeto de Cooperação Técnica**. Brasília/DF: INCRA/FAO, 2000.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. **Programa Empreendedorismo do Jovem Rural**. Unidade Político- Metodológica, versão de 10-10-2005. Rio de Janeiro, 2005.

LAMARCHE, H. Introdução Geral. *In*: LAMARCHE, H. (Coord.). **A Agricultura familiar I: comparação internacional**. v.1. Campinas/SP: UNICAMP, 1993. p. 13-33.

LAMARCHE, H. Por uma teoria da agricultura familiar. *In*: LAMARCHE, H. (Coord.) **Agricultura familiar II: do mito à realidade**. Campinas/SP: UNICAMP, 1998. p. 303-336

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo/SP: EPU, 1986.

MACHADO FILHO, L. C. P. *et all.* **Transição para uma agropecuária agroecológica**. Florianópolis, Centro de Ciências Agrárias: Núcleo de Pastoreio Racional Voisin/Laboratório de Etologia Aplicada (LETA), 2009.

MATTEI, L.F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina**. 1999. 166 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas/SP.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004. p. 9-29.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e territórios**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. 2003. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Universidade Federal de Florianópolis (UFSC), Florianópolis/SC.

MOLINA, M. C. O Pronera como construção prática e teórica da educação do campo. *In*: ANDRADE, M. R. *et al.* (Orgs.). **A educação na reforma agrária em perspectiva**. São Paulo/SP: Vozes, 2004. p. 61-88.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. *In*: NOBRE, M.; SILIPRANDI, E.; QUINTELA, S.; MENASHE, R. (Orgs.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo/SP: SOF, 1998. p. 15-27.

NOVAES, R. **Juventude e sociedade**: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Disponível em: <<http://portalyah.com/facj/files/2011/09/Juventude-e-Sociedade-Regina-Novaes.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2012.

PAULILO, M. I. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina. Florianópolis/SC: Ed. da UFSC, 1990.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan.-abr. 2004.

PETTAN, K.B. Análise comparativa do desempenho da competitividade das agroindústrias familiares no oeste de Santa Catarina em relação ao ambiente institucional. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.22, n.3, p.667-689, set.-dez. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA/SC. Plano Municipal Participativo da Juventude. Rio Fortuna/SC, 2008. 116 f.

PREZOTTO, L. L. Relatório sobre as características e funcionamento da Rede Agreco de agroindústrias de Santa Catarina. **Projeto: BRA/06/010, produto 5**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/.../6_-_Manual_sobre_rede_de_agroindustrias.doc>. Acesso em: 2 out. 2012

PROGRAMA EMPREENDEDORISMO DO JOVEM RURAL (PEJR). **Documento de Trabalho- versão 20 de junho de 2010**. Viçosa /MG: UFV, jun. 2010.

PUNTEL, J. **Situação e Perspectivas para o Desenvolvimento dos Jovens Rurais**: um estudo a partir dos jovens formados no Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural no Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural no Vale do Rio Pardo/RS. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul/RS.

QUADROS, C. **A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do litoral Sul Catarinense e as implicações no processo sucessório**. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC.

QUEIROZ, J. B. P. de. **Construção das escolas famílias agrícolas no Brasil**: ensino médio e educação profissional. 2004. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) –Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF.

QUEIROZ, J.B.P. de; SILVA, V.C. e; PACHECO, Z. (Coord.).

Pedagogia da alternância: construindo a educação do campo. Brasília/DF: Ed. Universa, 2006.

ROULLIER, R.. O Ceffa como instituição educativa: uma base associativa. Trad. Thierry de Grughgrave. In: **Formation d'adolescents et alternance**. Paris/França, 1980.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O.A. (Orgs.). Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. **Série Informação Tecnológica**. Brasília/DF: Embrapa, 2002.

SANTOS, J.S. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul:** uma análise do processo de comercialização. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC.

SCHMIDT, V.D.B. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In: PAULILO, M.I.S.; SCHMIDT, W. (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis/SC: Ed. UFSC, 2003. p.265-286.

SCHMIDT, W. Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das encostas da Serra Geral (SC). In CARNEIRO, M. J., MALUF, R. **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro/RJ: Mauad, 2003. p. 44 – 59

SCHMIDT, W. A construção social de um território: a ação da Agreco nas encostas da Serra Geral. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs.). **Territórios em movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília/DF: Sebrae, 2004. p.325-350.

SCHMIDT, W.; SCHMIDT, W.; CERDAN, C. Da política à ação pública: o caso da construção do território das encostas da Serra Geral em Santa Catarina. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Orgs.) **Agricultura Familiar:** entre políticas públicas e dinâmicas locais:

ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre/RS: Ed. da UFRGS, 2007. p. 77-100.

SCHNEIDER, C. P. **Agricultura familiar e empreendedorismo**: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) no Vale do Rio Pardo/RS. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS.

SCHNEIDER, S. O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro: uma apreciação do estudo da OIT. **Série Documentos**. Porto Alegre/RS: FETAG, v.1, p.8 -31, jan. 2005.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no Brasil. Proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais**. Fortaleza/CE, 2006. p.1-24.

SCHNEIDER, S. A. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre/RS: Ed. da UFRGS, 2009

SCHUTTER, O de. Informe del Relator Especial sobre el derecho a la alimentación. **Promoción y protección de todos los derechos humanos, civiles, políticos, económicos, sociales y culturales, incluido el derecho al desarrollo**. Consejo de Derechos Humanos: 16º período de sesiones. Tema 3 de la agenda: Assembleia Geral das Nações Unidas, Espanha, dez. 2010.

SELLTIZ, W. C. *et all.* **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. v. 2. São Paulo: EPU, 1987.

SILVA, L. H. da. **As experiências de formação de jovens do campo**: alternância ou alternâncias? Viçosa/MG: Ed. da UFV, 2003.

SILVA, R. N.; CAPELO, M.R.C. Juventude do campo e políticas públicas: algumas reflexões de um texto em construção. **Coloquium Humanarum**. Presidente Prudente/SP: Editora da Universidade, v.3, n.1, p. 36-48, 2005. Disponível em: <<http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/view/210/110>>. Acesso em 08 de nov. 2012.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R. (Coord.); MELLO, M.A.; DORIGON, C. V.; BALDISSERA, I. T.. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília/DF: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1998.

SIQUEIRA, L. H. S. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade familiar**. 2004. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS.

SOUZA, R.. SOUZA, M. O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas. *In: XLVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Anais*. Rio Branco/SC, jul. 2008.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS.

SPANEVELLO, R.M. Reprodução social na agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores. *In: 48º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, Mato Grosso. *Anais*. Cuiabá/MT, 2010. p. 1-15.

STROPASOLAS, V. L. O valor do casamento na agricultura familiar. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-257, jan.-abr. 2004.

STROPASOLAS, V. L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Florianópolis/SC: Ed. da UFSC, 2006.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**. Curitiba/PR, v.8, n.1, p. 26-29, mar. 2011.

TEDESCO, J.C. **Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural**. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 2001.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (TCE-SC). **Indicadores/?Municípios**. Disponível em: <<http://www.tce.sc.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

VEIGA, J. E. Introdução. **Cidades imaginárias**: O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2 ed. Campinas/SP: Ed. Autores Associados, 2003. p. 29-53.

VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea *in* ALMEIDA, M.I.M.; EUGÊNIO, F. (Orgs). **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editora, 2006. p. 192-200.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2. ed., cap. 1. Passo Fundo/RS: EDIUPF, 1999. p. 21-55.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas, o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro/RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n.11, p.87-146, out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. *In*: CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (Orgs.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro/RJ: Mauad, 2003. p. 9-16.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In*: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro/RJ: Mauad X, 2007. p. 21-33.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processos de integração. *In*: DELGADO, N. G. (Org.). **Brasil Rural em Debate**: coletânea de artigos. Brasília/DF: CONDRAF/MDA, 2010.

WANDERLEY, M.N.B. Editorial da Revista. Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia – Juventude na construção da agricultura do futuro. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro/RJ: AS-PTA, v.8, n.1, p. 4-7, mar. 2011.

WEISHEIMER, N. Os jovens agricultores como categoria sociológica. *In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: sociologia e conhecimento além das Fronteiras. Anais.* Campinas/SP, 2003. p. 1-21.

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS.** 2004. 208 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal de Santa Catarina (UFRGS), Porto Alegre/RS.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais:** mapa de estudos recentes. Brasília/DF: MDA, 2005.

WEISHEIMER, N. Jovens agricultores: gênero, trabalho e projetos profissionais. *In: XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS: ruralidade na Sociedade Contemporânea, desafios e perspectivas. Anais.* Maceió, 2006.

WEISHEIMER, N. A situação juvenil na agricultura familiar: elementos para uma interpretação sociológica da construção de projetos profissionais por jovens agricultores familiares. *In: XI CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: diversidades e (des) igualdades. Anais.* Salvador/BA, 2011. p. 1-17.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, Parentes e Compadres:** Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. Brasília/DF: Huctec-Edunb, 1995.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília/DF: Ed. da UNB, 1997.